

Carlos Alberto dos Santos Mattos

A Presença dos Patrícios no Oeste Paulista:
Portugueses em Marília

Marília
2003



UNESP CARLOS ALBERTO DOS SANTOS MATTOS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

A PRESENÇA DOS PATRÍCIOS NO OESTE PAULISTA: PORTUGUESES EM
MARÍLIA
**A PRESENÇA DOS PATRÍCIOS NO OESTE PAULISTA: PORTUGUESES EM
MARÍLIA**

CARLOS ALBERTO DOS SANTOS MATTOS

Dissertação apresentada no curso de mestrado em
Ciências Sociais da UNESP Universidade
Estadual Paulista, como requisito para sua
conclusão.

Orientadora Prof. Dr. Elzei V. Kosminsky

1419001403

MARÍLIA
2003
**MARÍLIA
2003**



**UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

Título: **A PRESENÇA DOS PATRÍCIOS NO OESTE PAULISTA: PORTUGUESES EM MARÍLIA**

Autor: **CARLOS ALBERTO DOS SANTOS MATTOS**

Dissertação submetida e aprovada para defesa perante a
comissão pelos professores:

**A PRESENÇA DOS PATRÍCIOS NO OESTE PAULISTA: PORTUGUESES EM
MARÍLIA**

CARLOS ALBERTO DOS SANTOS MATTOS

Dissertação apresentado no curso de mestrado em
Ciências Sociais da UNESP Universidade
Estadual Paulista, como requisito para sua
conclusão.

Orientadora Prof^a. Dr^a. Ethel V. Kosminsky

1410001493



MARÍLIA
2003



FOLHA DE APROVAÇÃO

UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

Título: A PRESENÇA DOS PATRÍCIOS NO OESTE PAULISTA:
PORTUGUESES EM MARÍLIA

Autor: CARLOS ALBERTO DOS SANTOS MATTOS

Dissertação defendida e aprovada pela banca examinadora
constituída pelos professores:

Professora Dra. Ethel Volfzon Kosminsky – Presidente da Banca

Professora Dra. Célia Sakurai - Titular

Professora Dra. Claude Lépine - Titular

Professor Dr. Marcos Alvarez - Suplente

Professor Dr. José Geraldo Alberto Bertoncini Poker - Suplente

Marília, 25 de Março de 2003.



Agradecimentos

Às queridas e amadas Nara, Marília e Mayara. E a memória das também queridas, minha mãe Matilde e Tia Julieta.

A Profª Ethel, com carinho especial.

Aqueles amigos e professores que, com paciência e sugestões, contribuíram na construção deste trabalho.

Introdução	01
Capítulo I – O Português, colonizador e indígena	03
1.1 – A emigração portuguesa para o Brasil	04
1.2 – O comércio de Portugal na Europa no século XIX	12
1.2.1 – a emigração	17
1.2.2 – a emigração – viagens	27
1.2.3 – a grande emigração	34
1.3 – Os portugueses no Brasil	40
1.3.1 – Os portugueses em São Paulo e no Brasil Paulista	47
Capítulo II – Potencial da Teoria	52
Capítulo III – A emigração como alternativa de uma vida melhor	58
3.1 – Espaço Português na sociedade brasileira	58
3.2 – A Casa de Portugal em Madrid	66
Capítulo IV – Memória	80
4.1 – Os portões da memória	80
4.2 – A vida na memória	88
4.2.1 – Origem	88
4.2.2 – As relações familiares	89
4.2.3 – Da emigração a uma melhor vida	91
4.2.4 – Profissão	92
4.2.5 – A vida de rua, das memórias	93
4.2.6 – Da memória ao Brasil de origem	98
4.3 – A participação na descoberta do Estado de Madrid	109
Considerações Finais	111
Bibliografia	110

À Profª Ethel, com carinho especial.

Àqueles amigos e professores que, com pareceres e sugestões, contribuíram na construção deste trabalho.

SUMÁRIO

Introdução.....	01
Capítulo I – O Português, colonizador e imigrante.....	03
1.1 – A emigração portuguesa para o Brasil.....	03
1.2 – O contexto de Portugal na Europa no século XIX.....	12
1.2.1 - a miragem.....	17
1.2.2 - a travessia – viagem.....	27
1.2.3 - a grande imigração.....	34
1.3 - Os portugueses no Brasil.....	41
1.3.1 - Os portugueses em São Paulo e no Oeste Paulista.....	47
Capítulo II – Referencial Teórico.....	52
Capítulo III – A emigração como alternativa de uma vida melhor.....	64
3.1 – Espaços Portugueses na sociedade brasileira.....	64
3.2 – A Casa de Portugal em Marília.....	68
Capítulo IV – Memória.....	86
4.1 – Os portadores da memória.....	88
4.2 – A vida na nova terra, as realizações, saudade e sonhos.....	90
4.2.1 – Origem.....	90
4.2.2 – As relações familiares.....	95
4.2.3 – Da emigração e seus motivos.....	100
4.2.4 – Profissão.....	102
4.2.5 – A rede de relações sociais dos imigrantes.....	103
4.2.6 – Do retorno ao local de origem.....	108
4.3 – A participação no desenvolvimento da cidade de Marília.....	109
Considerações Finais.....	111
Bibliografia.....	113

INTRODUÇÃO

O tema da pesquisa diz respeito aos imigrantes portugueses que vieram para o Oeste Paulista, mais precisamente para a cidade de Marília, quais eram seus sonhos e projetos de vida, de que forma eles expressavam esses sonhos, e no que eles contribuíram para o desenvolvimento desta região e quais foram os marcos deixados ao longo desse tempo.

A imigração em nosso país foi um dos marcos da formação de nosso povo; a miscigenação de raças é algo incontestável. Desde o descobrimento do Brasil a figura do homem português se mistura à figura de índios e outras raças, derivando o que temos hoje: o povo brasileiro. (cf. Freyre, Casa-grande e senzala, 1958)

A abolição da escravidão no Brasil culminou com uma nova realidade econômica para a elite dominante de então. Era necessário força de trabalho não-escrava para a continuidade da lavoura, principalmente a do café. Para a solução do problema, que já era de grande preocupação do governo de então, o Brasil recebeu uma imensa leva de imigrantes europeus que atravessaram o oceano Atlântico em busca de uma vida melhor.

Iludidos por agentes de viagens, por propaganda do governo brasileiro, por associações de colonização e grandes proprietários brasileiros, dentre outros, que tinham enorme interesse econômico em jogo, pessoas de várias nacionalidades, tais como italianos, espanhóis, japoneses, portugueses e tantos outros, lançaram-se na aventura que se desenhava convidativa naquele momento histórico a emigrar para o Brasil.

O presente trabalho tratará de modo especial da população originária de Portugal, mais precisamente do momento histórico daquele País nas décadas que antecederam a 2ª grande guerra e as posteriores, com enfoque nas de 1940 a 1950, quando esses imigrantes aportaram no oeste paulista, vindo fixar residência na região de Marília (SP).



A opção por esta nacionalidade está relacionada ao fato de que, na cidade de Marília (SP), é nítida a presença da colônia Portuguesa no desenvolvimento desta terra, principalmente no comércio, indústria e nos serviços. Necessário se faz a busca da compreensão dos motivos da emigração, a adaptação ao novo contexto social, as dificuldades encontradas ao chegar à nova terra, as relações familiares, a saudade, os espaços portugueses criados na sociedade de então, que tinha como meta amenizar essa saudade e servir de apoio na adaptação à nova pátria. A luta na perpetuação desses espaços até nossos dias pelos portugueses mais antigos, a constante realização de atividades culturais, como jantares típicos e outras atividades para manter vivo ainda hoje em nossa sociedade os traços culturais e a identidade étnica, são esses os principais fatores que se pretendem analisar neste estudo.

Em especial, nosso interesse está voltado para as famílias portuguesas que criaram raízes em nossa sociedade e hoje desempenham atividades em associações de ajuda mútua nos espaços criados, principalmente na Casa de Portugal e no consulado honorário existente na cidade, não tendo qualquer anseio de retornar à terra de origem.

Enfim, essas e outras questões estarão sendo estudadas e analisadas mediante entrevistas com esses imigrantes e material coletado na Casa de Portugal.

Como critério de seleção dessas pessoas, optou-se pelos imigrantes portugueses, homens e mulheres com idade igual ou acima de cinquenta anos, que residem na cidade de Marília (SP) e participam ativamente na preservação da cultura e identidade portuguesa.



Capítulo I – O Português, colonizador e imigrante

1.1 – A emigração portuguesa para o Brasil

Este primeiro capítulo tem como objetivo caracterizar, nos seus aspectos histórico - sociais, a imigração portuguesa para o Brasil a partir da independência, nos séculos XIX e XX.

Qualquer explanação sobre o papel histórico de Portugal nas Américas deve começar pelo vínculo entre a Coroa e a exploração ultramarina. A descoberta do Brasil adapta-se perfeitamente a essa relação e, para manter a posse das terras descobertas, era necessário ocupá-las, marcar território e povoá-las.

De todo esse processo de colonização até os nossos dias, a presença de portugueses na sociedade brasileira é marcante e isso se torna bastante evidente nos ensinamentos contidos em nossos livros de “História do Brasil”, fazendo com que a visão que se tenha do “colonizador” português esteja associada à idéia de que a formação e a constituição étnica e cultural do povo brasileiro seja considerada atrasada, fazendo crer na existência de um País subdesenvolvido justamente por conta dessa colonização extrativista.

Pode-se dizer que a emigração portuguesa para o Brasil teve início justamente com a colonização, tornando-se uma constante na história das relações entre os dois países e que perdura até nossos dias. No entanto, considera-se o português como imigrante somente após a independência do Brasil .

A referida colonização e a presença dos portugueses no Brasil tem um contorno especial exatamente em razão da peculiaridade de, juntamente com os indígenas e os negros, constituíram a formação da sociedade brasileira desde os

seus primórdios, contribuíram quer na esfera cultural, econômica e/ou social, porém não podendo esse estudo prescindir da contribuição também dos diferentes outros grupos de imigrantes que aportaram no Brasil no decorrer dos séculos XIX e XX, pois essas pessoas, a serviço de outros Estados ou em benefício próprio, se radicaram e criaram descendência dentro de seu grupo étnico ou por miscigenação de cores e sincretismo de culturas.

Para contextualizar é necessária uma digressão histórica da situação de Portugal e do Brasil naquele período.

“ Em 1744 chegavam ao Brasil inúmeras famílias trazidas das ilhas da Madeira e dos Açores, possessões portuguesas situadas no Oceano Atlântico. Transferidas por determinação do rei de Portugal, aquelas famílias vieram povoar os atuais Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Eram colonizadores, portanto. Ainda não se podia falar em imigrantes. A sua vinda assume grande importância por ser uma das primeiras entradas organizadas e com finalidade específica de povoamento registradas pela nossa história.

O Brasil ainda não era um país independente e as leis da metrópole proibiam a vinda de qualquer pessoa que não fosse nascida em Portugal ou em alguma colônia portuguesa.

Em 1807, a França, governada por Napoleão Bonaparte, invadiu Portugal. Para escapar à invasão, a corte portuguesa transferiu-se de Lisboa para a cidade do Rio de Janeiro. A chegada da Família Real, no início de 1808, provocou grandes mudanças na vida da colônia. Naquele ano caíam as leis coloniais a que o Brasil estava submetido desde o descobrimento. Os resultados imediatos foram a fundação da Casa da Moeda e do Banco do Brasil, a concessão de licença para a instalação de indústrias e a

abertura dos portos que, além de autorizar o comércio direto com os países "amigos" de Portugal, permitia a entrada de estrangeiros no território brasileiro. Era o primeiro passo de um processo que resultaria na vinda de quase cinco milhões de imigrantes para o Brasil.

Contam-nos os historiadores que o Brasil no contexto mundial naquele período, era então governado por um Imperador, e seus Estados eram chamados de Províncias e apesar da acelerada industrialização da Europa, a base de sua economia era o comércio dos produtos obtidos do trato da terra.

O desenvolvimento de um país naquele período podia ser medido com a sua produção de minérios e ainda o cultivo e comercialização de produtos agrícolas, fazendo esse país se inserir no mercado internacional. Porém com a decadência das minas de ouro e do ciclo da cana-de-açúcar, o Brasil necessitava de novas fontes de recursos para continuar a se desenvolver, pois as riquezas auferidas naqueles ciclos anteriores em sua grande parte foram encaminhadas para a metrópole, o Brasil então se deparou com um novo ciclo de riqueza, que eram as lavouras de café.¹

No estudo realizado por Maria Beatriz Rocha-Trindade e Domingos Caeiro sobre a situação de passagem de colônia para país independente, nesta sua fase histórica, o Brasil possuía amplas condições de afirmar-se como Estado soberano, segundo esses autores, *"Nunca a formação de uma nação se processa sem um cortejo de lutas, de sofrimentos, de erros e de injustiças, indo de par com realizações, com sucessos, com construções de um futuro que sempre se almeja melhor. Assim se passou entre o momento de vislumbrar o monte Pascoal, com a*

¹ Carnier Júnior, Plínio – A imigração para São Paulo: a viagem, o trabalho, as contribuições – São Paulo : P. Carnier Júnior, 1999.

*entrada em Porto Seguro, e aquele outro momento, trezentos e vinte anos depois, em que o Brasil se afirma como estado soberano.*²

Neste mesmo estudo afirmam categoricamente os autores que a independência do Brasil era inevitável, uma vez que, com a criação de outros estados na América espanhola, o clima era favorável a essa independência e asseveram que, no início do século XIX, o Brasil, que já tinha sido reino, centro do império e até residência oficial da família real, possuía a infra-estrutura necessária para garantir o exercício do poder, detinha o conhecimento da complexidade da administração, tanto na esfera judicial como nas forças armadas, tinha governantes e, dentro das camadas da sociedade de então, já existia aristocracia, funcionalismo, representantes da burguesia e do clero, e possuía também povo.

O que a história nos conta sobre o grito do Ipiranga acabou por ser um ato necessário e, sem receio de afirmar, um ato necessário, quase natural de afirmação de um povo que havia atingido sua maioria política e social, facilitada pela legislação de então.

A pesquisa bibliográfica ora citada nos demonstra que,

“Por via desse evento singular, a esmagadora maioria dos portugueses ali residentes mudou, de um dia para o outro, de soberania nacional, sem que tal se traduzisse necessariamente, no imediato, por conseqüências legais ou administrativas visíveis. Na realidade, os portugueses que escolheram continuar radicados no Brasil não tiveram de renegar a sua nacionalidade anterior, mesmo assumindo plena lealdade ao novo Estado e ao novo monarca, este

² Rocha-Trindade, Maria Beatriz e Caeiro, Domingos – Portugal – Brasil migrações e migrantes 1850-1930 – Edições INAPA, Lisboa, 2000, p. 5

ambiguamente detentor de direitos sucessórios na monarquia portuguesa.”³

As condições políticas no Brasil daquela época em relação aos portugueses residentes em território brasileiro não sofreram alterações significativas, salvo para aqueles a quem foram confiadas novas responsabilidades no novo governo; aos demais, verificou-se uma situação de normalidade, ou seja, nada mudou, exceto para os portugueses que resistiram à nova política, que não aceitaram a legitimidade da proclamação do novo Estado. Esses foram forçados a regressar para Portugal.

Portanto, segundo os autores, de um outro ponto de vista, a “migração interna” dos portugueses para o Brasil, quando determinada por motivações econômicas, passou a ser, a partir da independência, uma imigração de caráter internacional.

Portugal durante muito tempo foi considerado um dos países mais pobres da Europa, principalmente em razão de sua política econômica baseada na agricultura em detrimento do desenvolvimento industrial verificado em alguns países europeus. Compreendendo esse “subdesenvolvimento” de Portugal em relação aos demais países europeus, fácil de se concluir a ligação dessa situação econômica com a emigração portuguesa para outras regiões do mundo e em especial para o Brasil.

Por seu turno, o Brasil, com a independência política e a constatação dos problemas a serem resolvidos para assegurar o desenvolvimento do novo Estado recém-criado, deparou-se com a necessidade de mão-de-obra para o setor primário da agricultura e da mineração, fontes de renda de então e mais, era necessária a ocupação do imenso território brasileiro para a consolidação de suas fronteiras.

³ Idem, *ibid.*

Em consequência dessa constatação, vieram a cristalizar-se duas posições distintas, a saber: “a escravagista” e a “imigrantista”, sendo que a primeira defendia a continuidade do recurso de mão-de-obra escrava advinda da África, cuja prática perdurou por longos anos, e a segunda corrente defendia o recrutamento intensivo de trabalhadores europeus brancos.

Como a história comprova, saiu-se vencedora a segunda posição.

O governo brasileiro da época desenvolveu uma agressiva campanha de recrutamento de imigrantes estrangeiros, sobretudo da Europa; em particular na Itália, Espanha, Alemanha, Suíça e, inevitavelmente, em Portugal.

Conforme assevera a autora Maria Beatriz Rocha-Trindade que diante desses fatos históricos, inevitavelmente ocorreu que, juntamente com os portugueses já residentes no Brasil à época da independência, vieram a juntar-se, segundo as fontes estatísticas brasileiras, cerca de 50.000 imigrantes portugueses, entre os anos de 1822 e 1850.

A partir deste período, constatou-se que a imigração portuguesa para o Brasil tornou-se uma constante na história das relações entre os dois países, iniciando-se no século XIX e prolongando-se até nossos dias.

Pela pesquisa realizada pela autora citada, existe uma estimativa global que indica o total de aproximadamente 1.700.000 emigrantes portugueses que se dirigiram para o Brasil entre os anos de 1850 e 1960.

Em sua pesquisa ficou evidenciado que a emigração a partir dos anos 60 do século XX, sofreu uma evidente diminuição.

“O decênio de 60 marca efectivamente a alteração do destino prioritário da emigração portuguesa, a partir de então predominantemente dirigida para os países europeus, designadamente para França. No fim daquele decênio, já a

emigração para o Brasil se tinha reduzido a volumes anuais de escassos milhares, em vez das várias dezenas de milhares que anteriormente se haviam verificado.”⁴

Sabe-se que esses números não são exatos, pois não constam dos registros a emigração clandestina nem tampouco os que não se incluíam como “emigrante”, e para F. Emygdio da Silva, *apud* Maria Beatriz Rocha-Trindade, “admitia-se pelo contrário, que as viajantes com bilhetes em classes superiores fossem familiares de imigrantes já radicados no Brasil”⁵.

Portanto as duas situações aqui narradas fogem dos registros históricos da época, porém facilitam a conclusão de que os números oficiais de imigrantes é bem maior do que os constantes nos registros dos livros de controle da imigração.

A emigração clandestina possuía varias formas de se materializar, desde a clássica invasão nos porões dos navios, por meio das cargas quando dos carregamentos, até utilizar-se de outros tipos de recursos, tais como embarcar em portos estrangeiros, na Espanha, ou ainda utilizar-se de documentação falsa para facilitar o embarque para o Brasil.

Portanto neste seu estudo, afirmam os autores que juntando-se o número indefinido de emigrantes clandestinos com todos os outros emigrantes portugueses que para o Brasil se dirigiram, sem no entanto serem incluídos na categoria de emigrantes, e que quando aqui chegaram, acabaram por fixar residência definitiva, é de esperar que o número total de portugueses de primeira geração que aqui se fixaram, após 1822 chegaria a quase dois milhões de pessoas.

Pelos livros de história, à data da independência, a população do Brasil era estimada entre 4 e 5 milhões de pessoas, isso segundo vários autores que se dedicaram ao estudo da matéria.

⁴ Idem, *ibid*

⁵ Idem, *ibid*

Conforme a pesquisa elaborada por Maria Trindade sobre o assunto, tem-se que:

“ Se exceptuarmos uma componente de autóctones sem contacto significativo com a maioria da população (e por isso designados como índios bravios), grosseiramente avaliada em 800.000 pessoas, a maioria dos habitantes do Brasil de então tinha sido aculturada no contacto com os Portugueses.

Deste conjunto, apenas a população negra não miscigenada era excluída da ascendência portuguesa, já que a imigração de pessoas de outras nacionalidades não tinha, até à data, qualquer expressão significativa.”⁶

E para demonstrar esses dados referentes às pesquisas, o quadro abaixo se mostra elucidador. Tudo de acordo com o gráfico que segue abaixo.

Gráfico 1: Principais destinos da imigração portuguesa entre 1801 e 1901 (milhares de pessoas)

Fonte: Emigração Portuguesa, Lisboa M.N. Fazenda, 1901

⁶ Idem, ibid

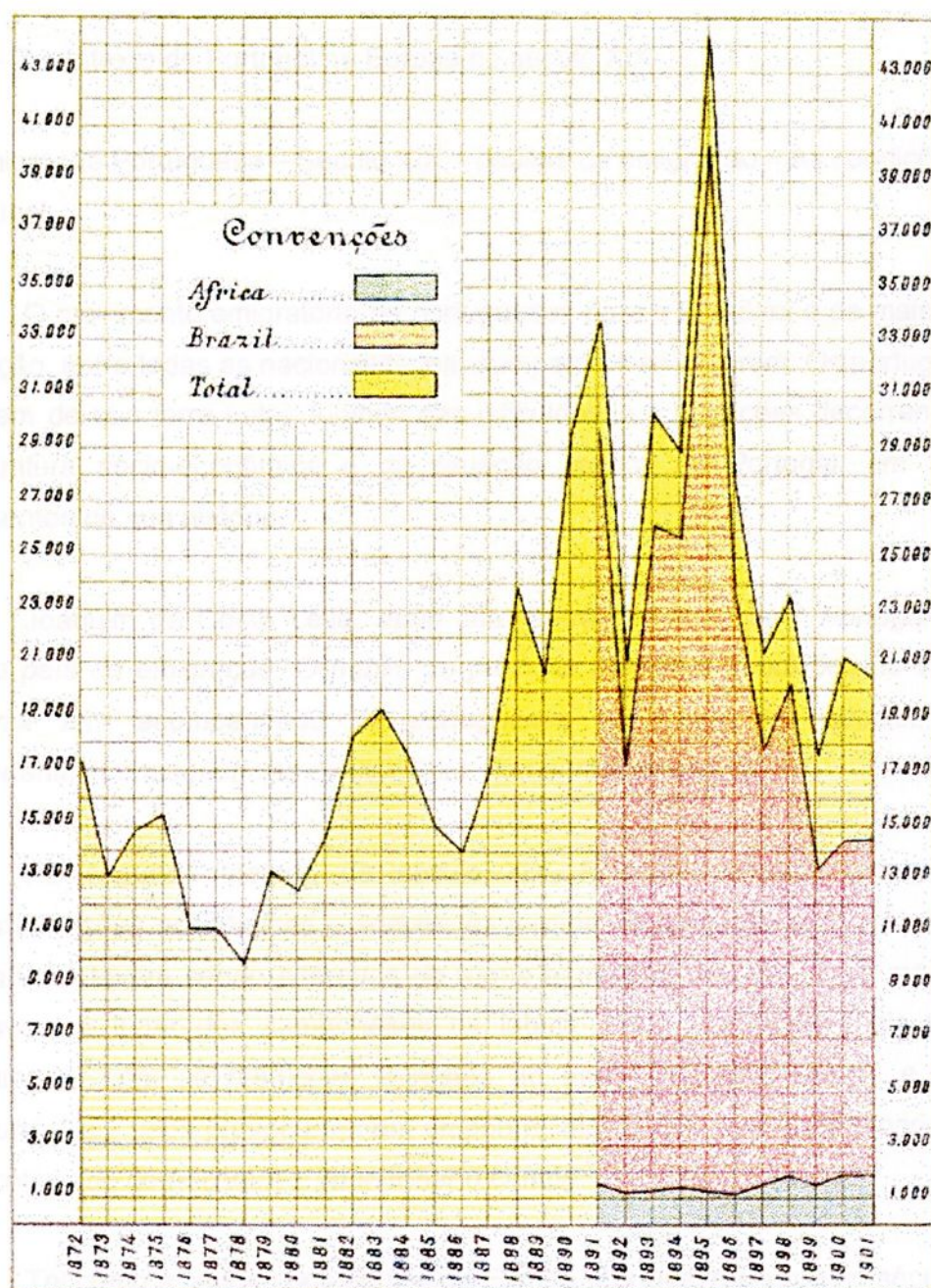


Gráfico II. Principais destinos da emigração, Brasil antes de 1891 (destinos entre 1872 a 1901)

Fonte: *Emigração Portuguesa*, Lisboa, M. N. Fazenda, 1901

Gráfico I. Principais destinos da emigração, Brasil antes de 1891 (destinos entre 1872 a 1901)

FONTE: Emigração Portuguesa. Lisboa M.N. Fazenda, 1901

1.2 – O contexto de Portugal na Europa no século XIX

A emigração Portuguesa – Século XIX – causas da emigração – As condições em Portugal

O movimento emigratório de portugueses para o Brasil foi o de mais longa duração, entre todas as nacionalidades que para cá se dirigiram. Os portugueses partiam de sua terra natal, fugindo das dificuldades e privações decorrentes da conjuntura sócio-econômica e da situação política de Portugal, em alguns momentos de sua história.

Joaquim da Costa Leite, *apud* Joel Serrão, afirma que “ *Portugal é um velho país de emigração. O hábito de procurar melhores condições de vida no exterior tem acompanhado os portugueses ao longo dos séculos, com importantes conseqüências econômicas, demográficas e culturais*” ⁷

Na segunda metade do século XIX, Portugal passava por grandes transformações econômicas e sociais; as formas de produção e as relações de trabalho estavam sendo alteradas de forma acelerada. No campo as máquinas tomavam o lugar dos camponeses na labuta diária nas terras mais férteis, juntamente com as restrições impostas ao uso das terras, pastos e águas comuns. Tais fatos provocaram um empobrecimento dos pequenos proprietários agrícolas que começaram a abandonar o campo.

Tal como a maioria dos países da Europa, Portugal registrou no século XIX um intenso crescimento demográfico, que não foi acompanhado por um crescimento econômico.

⁷ Fazer a América / Boris Fausto (organizador).- 2. ed. – São Paulo : Editora Universidade de São Paulo, 2000. p.177

A incapacidade da economia para sustentar a população do país deveu-se a diversos fatores, como a luta pelas terras, especialmente no Norte do país, densamente povoado e onde predominavam os minifúndios; acirravam-se então as disputas pelas exíguas áreas de terra fértil.

Em texto e pesquisa, Ondina Antonio Rodrigues, afirma que:

“ Nas cidades, por volta de 1875, o mercado de trabalho estava reduzido a pequenas empresas artesanais e manufatureiras, com baixo nível tecnológico.

Crises agrícolas internas e externas, afetando as importações e exportações de cereais, acarretavam o aumento do custo de vida e dos preços dos alimentos empobrecendo ainda mais a população.

Entre 1886 e 1888, a produção vinícola da região Norte de Portugal entra em colapso. Os camponeses dessa região dirigem-se para as lavouras do Sul ou decidem pela emigração.

Leis de heranças - pelas quais o escolhido para ficar com o patrimônio familiar tinha de comprar a parte dos irmãos, tornando possível a esses a posse de um capital para investimento - e até a obrigatoriedade do serviço militar foram motivos que também levaram os portugueses a emigrar. Outros fatores como as péssimas condições de saúde pública pesaram igualmente na decisão dos portugueses de abandonar o seu país, pois as condições de saúde eram melhores no Brasil do que em Portugal, onde a taxa de mortalidade da população atingia 21%, por volta de 1903-1905.

Apesar de todas estas circunstâncias desfavoráveis a uma vida digna, o governo de Portugal tentava desestimular seus

cidadãos de emigrar mandando, por exemplo, que durante as missas os padres lessem listas com nomes de portugueses mortos no Brasil. Mas esta iniciativa não teve êxito e a emigração continuaria a crescer até às vésperas da Primeira Guerra Mundial.”⁸

Portanto, nos finais do século XIX, Portugal mantinha as características de um país globalmente pobre, que não havia conseguido acompanhar o desenvolvimento vivido pelos demais países vizinhos, onde a revolução industrial e o comércio internacional tinham trazido evidentes vantagens à sua população, e tampouco a exploração de suas colônias na África tinha trazido benefício para a população portuguesa de um modo geral, mas apenas a alguns poucos abastados.

Para Herbert S. Klein *“o sector industrial, com um ritmo de expansão lento, era objecto de uma protecção excessiva e relativamente ineficaz, mostrando-se, portanto, incapaz de compensar as deficiências da agricultura”*⁹

Segundo esse mesmo autor, *apud* V. Massimi Livi Bacci lê-se:

“Entretanto, a elevada taxa de natalidade [ligeiramente superior a 30% (30 por mil)] e a diminuição gradual da taxa de mortalidade (ligeiramente superior a 20%) asseguravam um crescimento rápido da população portuguesa. Apesar de ter uma das mais elevadas taxas de emigração *per capita* da Europa, a população portuguesa residente no país viria a aumentar a 0,5% por ano ou mais durante o século XIX, tendo chegado a atingir uma taxa de crescimento natural de cerca de 1% no final do século”¹⁰

⁸ Rodrigues, Ondina Antonio. Imigração Portuguesa no Brasil, Série Resumos, n. 5, Memorial do Imigrante / Museu da Imigração, São Paulo, 1999. págs. 9 e 10

⁹ Klein, Herbert S. – Imigrantes Portugueses no Brasil, - Análise Social, vol. XXVIII (121), 1993 (2.º), p.235

¹⁰ Idem, *ibid*

Assim, o crescimento demográfico ultrapassou a capacidade da economia para sustentar a população, principalmente a rural, que se viu impelida a arrumar outra alternativa de vida, pois a crise originária dessa situação se mostrava insustentável.

Segundo os autores Maria Beatriz Rocha-Trindade e Domingos Caeiro, a situação econômica de Portugal, naquela época, era muito difícil para seus cidadãos, o que os levou a sonhar com uma vida melhor em outras plagas.

Em algumas regiões como Açores e a Ilha da Madeira sofriam com a superpopulação em relação aos recursos naturais ali disponíveis. Esse problema era também verificado em muitas outras regiões do território continental, pois a pobreza da terra, a escassez de trabalho advindo das pragas encontradas na agricultura e ainda das constantes secas naquelas regiões, tornavam muito curto o horizonte de esperança, ou ainda, da própria sobrevivência da população rural.

Portanto, em todas as regiões, quer no continente, mais precisamente na metade norte do País, quer nos arquipélagos atlânticos, a esperança do futuro residia unicamente na emigração para outras paragens, com predomínio para o Brasil, mas não somente para as terras brasileiras se dirigiam essas pessoas. Foram também para os Estados Unidos, para a Argentina, para as Guianas ou ainda para as ilhas Sandwich, no Pacífico (atual estado americano do Havaí).

O que se verifica pelos estudos ora apontados, é que:

"Em Portugal, só a constelação de dificuldades que caracterizavam a vivência quotidiana dos que partiam poderá explicar a força física e a determinação moral dos que o fizeram, obrigados a deixar o País, se não como solução imperativa para a sua própria sobrevivência e para a sobrevivência dos seus, como única saída possível para uma melhoria de vida ou, mesmo, para a realização de um

desejado sucesso, a ser atingido num período de tempo desejavelmente curto.”¹¹

A par dessa situação caótica vivenciada pelo povo Português, foi-se estabelecendo uma rede de informações que ocorria tanto no convívio familiar como nos acontecimentos sociais, com vizinhos, conhecidos, em feiras livres, em espaços de celebração religiosa ou ainda em manifestações festivas e cívicas: o melhor que se podia fazer era sair de Portugal.

Essa motivação se dava exatamente na proporção em que as dificuldades vivenciadas por essas pessoas se contrapunham com as notícias de sucesso daqueles outros que se tinham arriscado na aventura de emigrar.

Essas glórias e vitórias propaladas por esta rede de informações, muitas vezes ampliadas e distorcidas da realidade factual, sempre enaltecendo apenas os pontos positivos, reforçavam um inconfessado desejo de partir nas pessoas que, inicialmente difusa, progressivamente passava a ser de forma concreta.

Essa expectativa reinante no seio da população carente e desejosa de dias melhores foi denominada, pelos estudiosos do tema, de “MIRAGEM”.

¹¹ Rocha-Trindade, Maria Beatriz e Caeiro, Domingos – Portugal – Brasil migrações e migrantes 1850-1930 – Edições INAPA, Lisboa, 2000, p. 11

1.2.1 -A MIRAGEM

Afirmam os autores em sua obra “migrações e migrantes” que em todo esse processo de cooptação das pessoas, existia a figura denominada de “engajador”, personagem de fundamental importância no sucesso dessa empreitada. Cabia-lhe a função de agenciar, servir de agente intermediário entre os eventuais candidatos a emigrar e as empresas, companhias e outras entidades interessadas neste recrutamento, às vezes até a serviço do próprio governo ou organizações governamentais dos futuros países receptores, conforme se vê na foto abaixo:



Foto nº 01 - “O engajador” – Foto do livro Portugal Brasil – Migrações e Migrantes

A essas pessoas, os engajadores, lhes eram atribuídos o dever de negociar os custos, as condições e os detalhes da viagem a ser empreendida, bem como assegurar o preenchimento de todas as formalidades legais exigidas, documentação necessária ao embarque perante as autoridades portuguesas e ainda as exigências encontradas pelas autoridades do país receptor desse imigrante.



Foto nº 02 - “Engajador tentando convencer os hesitantes”

Foto do Livro Portugal Brasil – Migrações e Migrantes



Foto nº 03 - “O engajador com as autoridades dos serviços de emigração”

Foto do Livro Portugal Brasil – Migrações e Migrantes

"Era seguramente papel do engajador traçar também um retrato muito positivo de tudo o que iria acontecer durante e após o processo emigratório, minimizando ou escamoteando as suas dificuldades e inconvenientes e exaltando, em contrapartida, todas as vantagens e benesses esperadas.

Em resultado de todo este conjunto de informações nem sempre fidedignas, ia-se a pouco e pouco construindo a miragem da emigração para o Brasil. Miragem que abria as etapas de um longo caminho que levava muitos dos que viviam em zonas desfavorecidas do interior português até as cidades do litoral, onde se encontravam os portos de embarque."¹²



3 — Curiosos em volta dos emigrantes e hospedaria onde ficavam alojados

Foto nº 04 - "Livro Portugal Brasil – Migrações e Migrantes"

¹² Ibidem, p. 11 - 15

Portanto tudo conspirava para atrair a atenção e despertar a vontade de mudanças, pois faziam-se apologias das imensas riquezas acumuladas em pouquíssimo tempo e, com um pouco de habilidade, a sorte também sorria para o próximo aventureiro, e raro era aquele que detinha outro sentimento de que não seria o próximo felizardo a conseguir fazer a fortuna almejada.

A combinação desses fatores agia de forma cruel gerando insatisfação constante naquelas pessoas. De um lado a certeza de que ficar em sua terra natal, principalmente na área rural onde a produção voltada para o auto-consumo foi lentamente diminuindo, fatalmente ampliaria a desgraça e a pobreza. Em contrapartida, as propagandas de uma nova vida com enormes chances de sucesso rápido soavam como cânticos da sereia aos ouvidos das pessoas. Tal combinação de fatores foi preponderante para impulsionar a grande emigração verificada, sendo que Portugal, nos séculos XIX e XX, foi o país europeu mais afetado pela perda de população, devido à emigração.

É sabido que em Portugal, neste período, os proprietários pagavam a seus empregados em forma de produtos alimentícios. Com a abolição do sistema feudal, o dono da terra precisava vender a maior quantidade possível de produtos, pois uma parte seria rateada entre seus trabalhadores e a outra parte serviria para ser trocada por mercadorias para serem comercializadas. Essas mudanças aumentavam sensivelmente os desníveis das classes sociais, fazendo com que o trabalhador reagisse às novas tendências, saindo do campo e procurando um novo meio de vida.

Alguns iam à procura de trabalho nas cidades, porém na maioria das vezes não conseguiam lograr êxito neste intento, pois devido à combalida situação econômica verificada, o emprego era escasso; alguns o conseguiam na construção de estradas de ferro ou ainda na construção civil, porém a grande massa da população saída do campo, sem nenhum tipo de qualificação profissional, não tinha outra saída, a única era a emigração.

Joaquim da Costa Leite afirma que

"Na era das grandes migrações da segunda metade do século XIX e começos do século XX, a emigração portuguesa foi transatlântica, tendo o Brasil como destino principal, quase exclusivo. De 1855 a 1914 as estatísticas portuguesas registraram um pouco mais de 1,3 milhões de saídas. O Brasil atraiu oitenta a noventa por cento desses emigrantes; apenas uns 200 mil escolheram outros destinos, rumando à América do Norte, Argentina, Guiana Britânica, e Hawai." ¹³

As propagandas veiculadas sobre a nova terra eram por demais enaltecidas. Falava-se que o ouro era abundante, dinheiro ganhava-se com extrema facilidade e que diamantes e esmeraldas estavam quase que brotando do chão deste éden, pois na terra da promessa tudo era belo, grande e fácil.

Essa era a MIRAGEM...

Diante desse quadro, centenas de pessoas partiam, vendendo o que possuíam, rumando na busca da conquista de novos horizontes em suas vidas.

Muitos eram os que legalmente conseguiam sua saída, conforme assevera Costa Leite, pois a era da emigração de massas teve seu apogeu no momento histórico dos acontecimentos que afetaram as sociedades e as economias dos dois lados do Atlântico.

Nesse mesmo estudo, afirma o pesquisador português que, no caso de Portugal, ocorreram três fatores influenciadores e determinantes, o primeiro deles foi a legislação vigente, o segundo se deveu ao acompanhamento estatístico e o outro à própria navegação, que podem ser apontados como símbolos de mudança na década de 1850, marcando a abertura de uma nova época.

¹³ J. Costa Leite, "Emigração Portuguesa: a Lei e os Números (1855-1914)" *Análise Social*, 97: 463-480, 1987.



Essa nova época demonstrada pelas estatísticas, permitem documentar o aumento da emigração a partir do ano de 1855, inclusive com o acompanhamento político desse fenômeno. Mesmo com deficiências claras, o Estado português passaria a monitorar e disponibilizar maiores recursos para a efetiva coleta desses dados estatísticos, sobre a emigração de seu povo.

Pelos estudos efetuados por Costa Leite, foi possível detectar que o governo português utilizou-se até de inquéritos parlamentares nesta busca de maiores dados sobre o fenômeno que vinha ocorrendo em seu país. O Estado tinha interesse nessa questão e procurava uma maneira de enquadrar juridicamente tal fato social, inclusive supervisionando em termos administrativos.

A evidência dessa preocupação estatal é o que consta do texto constitucional português, em sua carta magna de 1838, quando das tratativas dos direitos e garantias dos portugueses, a Constituição em seu título III incluiu a liberdade migratória, *in verbis*:

“Todo o Cidadão pode conservar-se no Reino, ou sair dele e levar consigo os seus bens, uma vez que não infrinja os regulamentos da polícia, e salvo o prejuízo público ou particular” (Art. 12º da Constituição de 1838 Portuguesa)

O que se viu na prática, porém, não condiz com o admirável princípio contido no texto legal. Essa liberdade, contida na lei fundamental, precisou ser regulamentada, e após as diversas interpretações a ela dada, sofreu restrições, tornando-se menos aberta sua aplicabilidade do que parecia no texto constitucional. O Estado português, à semelhança de outros Estados da Europa continental, nunca abdicou de manter estreito controle sobre as entradas e saídas de nacionais e estrangeiros em seu território. Aos estrangeiros era livre a escolha de sua futura residência, porém deveriam comunica-la às autoridades, e aos portugueses, estes podiam emigrar, porém necessitavam de passaporte. Como

se vê, o controle era total, tornando letra morta o princípio de liberdade geral contido no texto de sua Constituição.

“As leis de emigração de 1855 e 1863 estabeleciam as condições de emissão de passaporte. Algumas dessas condições explicam-se por si mesmas, destinando-se a afirmar princípios gerais de autoridade; os menores precisavam do consentimento dos pais, as mulheres dependiam dos maridos, os funcionários dos seus superiores hierárquicos.”¹⁴

Para Herbert S. Klein, *apud* Vitorino Magalhães Godinho, tentando explicar o fenômeno demográfico ocorrido, afirma que

“Com efeito, calcula-se que entre 1886 e 1959 a emigração legal, só por si, tenha absorvido, pelo menos 50% do excesso do número de nascimentos em relação ao número de mortes da população portuguesa residente no país e que em períodos de emigração muito intensa, como os de 1912-1913, 1918-1920 e 1966-1972, a emigração se tenha traduzido em taxas de crescimento negativas da população portuguesa residente no país.”¹⁵

Esse mesmo autor em sua pesquisa afirma que, conforme Livi Bacci

“Esta pressão da emigração não foi uniforme ao longo do tempo, nem em termos geográficos, tendo-se concentrado principalmente nos distritos do litoral e do interior norte, onde as densidades populacionais eram elevadas e as terras estavam divididas em minifúndios, bem como no Nordeste

¹⁴ Idem, *ibid op.cit.* p.178

¹⁵ Klein, Herbert S. – *Imigrantes Portugueses no Brasil*, - *Análise Social*, vol. XXVIII (121), 1993 (2.º), p.236

transmontano, onde a qualidade dos recursos era insuficiente para manter sequer a esparsa população que aí existia. As ilhas da Madeira e dos Açores, tal como as regiões do Norte do continente, também foram afetadas por pressões populacionais e pela subdivisão excessiva das terras, o que levou a uma emigração constante durante os séculos XIX e XX. A pressão da emigração apenas não se fez sentir nos distritos do Sul, escassamente povoados, onde predominavam os latifúndios.¹⁶

"A maioria dos emigrantes portugueses eram provenientes dos distritos mais densamente povoados do continente. Assim, dos 1.306.501 portugueses que emigraram entre 1855 e 1914, 78% eram originários do continente. Deste total, 82% foram para o Brasil, 2% para a Argentina e 15% para os Estados Unidos."¹⁷

" Se o Brasil era o principal destino dos emigrantes do continente, para as populações das ilhas a principal zona de emigração eram os Estados Unidos. 1910 constitui um exemplo típico dessa distribuição da emigração. Apenas 20% dos 40.000 emigrantes eram originários das ilhas, mas, desses 20%, 79% foram para os Estados Unidos. Dos emigrantes originários do continente apenas 6% não foram para o Brasil.¹⁸

¹⁶ Klein, Herbert S. - Imigrantes Portugueses no Brasil, - Análise Social, vol. XXVIII (121), 1993 (2.º), p.236 - Os distritos de Leiria (que se situa no litoral, mesmo a sul de Coimbra) para norte (exceptuando o distrito de Castelo Branco situado a leste) registraram todos uma taxa de migração anual, durante o período 1900-1960, de 3,5 ou mais por 1000 habitantes residentes, sendo a taxa mais elevada a de Bragança (8,4) e situando-se as da Guarda, Viseu e Aveiro acima de 7,0. As taxas de migração das ilhas foram ainda mais elevadas — todas ultrapassaram 7% chegando a de Ponta Delgada a atingir 10,3. A taxa global foi de 4,7 migrantes por ano por cada 1000 habitantes residentes para Portugal inteiro (Livi Bacci, A Century of Portuguese Fertility, p. 33).

¹⁷ idib idem

¹⁸ Portugal, Ministério das Fazendas, Direcção-Geral da Estatística, Anuário Estatístico de Portugal, 1908, 1909 e 1910, 2 vols. Lisboa, 1914, I, 74-75. Dos 250.000 portugueses ou mais que emigraram para os Estados Unidos, cerca de 65%-70% eram originários dos Açores. A emigração do continente apenas foi importante no princípio dos anos 10 e novamente no princípio dos anos 20. Os madeirenses dividiram-se mais, tendo cerca de metade emigrado para o Brasil e os restantes para os Estados Unidos. Por último, houve um contributo significativo de ilhéus negros do Cabo Verde para a emigração portuguesa com destino à América do Norte (Leo Pap, The Portuguese-Americans, Boston, 1981, p. 36).

Ao contrário dos restantes europeus, cuja emigração se distribuiu por diversos países americanos, os portugueses dirigiram-se sobretudo para o Brasil. Desde o início do século XIX até a década de 50 do século XX, mais de quatro quintos de todos os emigrantes portugueses registrados foram para o Brasil.

Paralelamente a este processo legal e transparente da emigração, que era acobertado pela legislação e que exigia a expedição de um passaporte, documento que correspondia ao preenchimento de exigências decorrentes da própria lei, havia uma atividade igualmente forte de emigração que ocorria na clandestinidade.

As exigências eram que homens até aos 35 anos, que não tivessem cumprido suas obrigações para com o serviço militar, ou pessoas que possuíam cadastro na polícia ou ainda que se encontravam com problemas na justiça, condenados ou fugitivos, por qualquer crime cometido, e mais, funcionários, que legalmente eram impedidos de emigrar, crianças, menores, fugidos de seus pais ou tutores, não lhes restavam outra alternativa a não ser partir à margem do sistema legal implantado.

Pelos registros históricos, verificou-se que para essas pessoas, a principal porta para a emigração clandestina era o porto de Vigo, na Galiza, estrategicamente localizado próximo das regiões de Entre Douro e Minho, de onde provinha a maior parte dos emigrantes portugueses.

Com a total convivência das autoridades locais espanholas, eram essas pessoas candidatos à emigração clandestina, recepcionados pelos empregadores e, mediante simples declaração escrita por esses, contendo à informação evidentemente falsa, de que essas pessoas possuíam nacionalidade espanhola por naturalização, eram-lhes fornecidos os documentos necessários, principalmente o passaporte, que os habilitava a embarcar nos navios que iria transportá-los a portos transatlânticos.



“ Mais arriscado era o embarque à sorrelfa enquanto o navio se encontrava acostado ao cais ou ancorado nos portos nacionais, iniciando a viagem dissimulados entre a carga dos porões e na esperança de que, uma vez descobertos pela tripulação, um capitão benevolente lhes aceitasse dinheiro e trabalho em troca do custo da passagem e não denunciase a situação às autoridades do porto de chegada.

Em condição legal ou como clandestino, o embarque marcava o início da concretização do sonho de emigrar, em busca da Miragem.”¹⁹

Pela pesquisa efetuada nos livros de História do Brasil, verifica-se que, da segunda metade do século XVI até o começo do século XX, o Brasil foi o principal centro de atração dos portugueses.

Divergem os pesquisadores e isso está expresso na bibliografia sobre a dimensão da emigração clandestina, porém é certo que estudos recentes apontam que, desde a década de 70 do século XIX a meados do século XX, a emigração clandestina não era tão elevada.

Nas pesquisas, verificou-se que, embora a partir da década de 60 do século XIX fossem necessários passaportes, o seu custo correspondia, geralmente, apenas a 10% do custo da passagem para o Brasil no século XIX e menos de 20% no princípio do Século XX.

Além disso, tudo o que se viu até o ano de 1929, quando passou a ser requisito obrigatório saber ler e escrever, não havia quaisquer restrições

¹⁹ Rocha-Trindade, Maria Beatriz e Caeiro, Domingos – Portugal – Brasil migrações e migrantes 1850-1930 – Edições INAPA, Lisboa, 2000, p. 18, 19



relativamente ao tipo de pessoas que podiam emigrar, nem informar sobre seu destino.

Ainda que não sendo possível aos indivíduos do sexo masculino em idade de prestarem o serviço militar, por imposição legal, virem a emigrar, a não ser que pagassem fiança, que correspondia ao dobro da tarifa mais barata de um bilhete de 3ª classe para o Brasil, mesmo assim, esses indivíduos podiam emigrar se ficassem isentos ou ainda após a sua quitação com o serviço militar.

Klein, *apud* J. Costa Leite, afirma que:

“Por último, embora o registro efectuado nas ilhas fosse um tanto incompleto, o do continente era razoável, se bem que tenha havido períodos em que os portugueses apenas contavam os emigrantes com passaporte e outros em que apenas registravam todos os passageiros de 3ª classe com destino ao estrangeiro. Embora pareça que as estatísticas do tempo das embarcações à vela (antes de 1870) relativas ao continente português e as estatísticas de muitos períodos relativas às ilhas não sejam completas, no que se refere ao período de 1880 até à década de 50 do século XX, as estatísticas oficiais portuguesas são relativamente completas e talvez melhores do que os dados americanos correspondentes.”²⁰

1.2.2 - A TRAVESSIA – VIAGEM

Em busca da realização desses sonhos, empreendiam então as pessoas a viagem; a travessia se dava naquela época somente por via marítima, embarcando em Portugal ou Espanha, com destino ao Brasil, aqui aportando em

²⁰ Klein, Herbert S. – Imigrantes Portugueses no Brasil, - *Análise Social*, vol. XXVIII (121), 1993 (2.º), p.239 – O estudo definitivo sobre o assunto é o artigo de J. Costa Leite, “Emigração portuguesa: a lei e os números (1850-1914)”, in *Análise Social*, XXIII, 3, nº 97, 1987, pp. 463-480

Belém do Pará, que tinha ligação com Manaus, São Luís do Maranhão, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e Santos, que serviu de porta de entrada a todos os imigrantes com destino a São Paulo e ainda a cidades do Sul do País.

Afirmam os historiadores que, por volta de 1850, o transporte era feito por navios a vela. Na década de 1870, a viagem já começa a ser feita em navios a vapor. Os veleiros levavam, em média, 48 dias para chegar ao Brasil; já os vapores, a partir de 1870, conseguiam reduzir a viagem para 24 dias, sem escalas; de Lisboa ao Rio de Janeiro chegavam a fazer em 15 dias.

Durante todo o século XIX, foi dominante o trânsito de passageiros portugueses para o Rio de Janeiro, seguindo-se a cidade de Santos e outras cidades, o que já sinalizava claramente que as intenções desses imigrantes eram de fixarem-se na região urbana.

A companhia marítima “Mala Real Britânica”, conhecida em Portugal e no Brasil, foi a primeira companhia a estabelecer e disponibilizar uma ligação regular entre o velho e o novo continente. Mantendo essa primazia de ligação regular com a América do Sul até a eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Outras companhias também participaram no transporte de passageiros, como as francesas, belgas e alemãs, porém a Mala Real Britânica e a Companhia de Navegação do Pacífico, também de origem inglesa, foram as duas companhias que mais transportavam emigrantes portugueses para o Brasil.

Pelas pesquisas efetuadas sobre o assunto, verificou-se que as embarcações de então possuíam apenas três classes, sendo a terceira classe a conhecida como “a classe imigrante”. Pelos registros históricos, viu-se que, a partir de 1920 em diante, muitos navios passaram a trafegar com quatro categorias, sendo divididas em primeira, segunda e terceira classes com cabines e, a quarta, reservada aos imigrantes.

Nessa recém-inaugurada quarta classe, vinham os imigrantes amontoados, em porões adaptados, abafados, mal iluminados e quase sempre superlotados, onde por óbvio reinavam más condições de higiene que, não raro, era o fator preponderante para o aparecimento de várias doenças que acometiam aquelas pessoas.

Essas condições sub-humanas acabaram por desencadear inúmeras denúncias das péssimas condições de viagem impostas aos imigrantes. O clamor era tanto que, aos poucos, as companhias marítimas foram melhorando as instalações de seus navios.

"No final do século XIX, os principais portos de desembarque no Brasil eram os portos do Rio de Janeiro e o de Santos, no Estado de São Paulo. Os imigrantes que entravam no país pelo Rio de Janeiro eram alojados na Hospedaria da Ilha das Flores."²¹

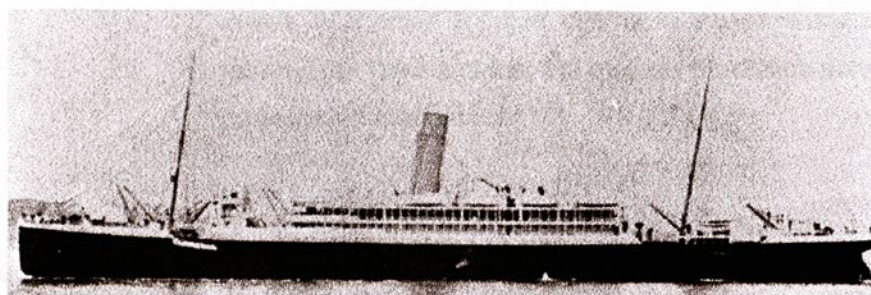
Verifica-se então que, após a transição do sonho para a realidade, quando começa o imigrante a tomar consciência e sentir na própria carne as agruras que esta empreitada o espreita, ainda assim não esmorece, embarca no primeiro navio a que tem acesso, realizando assim seu sonho .

Com a redução do tempo da viagem tanto dos navios a vapor quanto propriamente dos navios a vela, dependendo dos ventos na época em que a viagem era realizada, as condições sanitárias a bordo e a qualidade da alimentação com alimentos mais frescos vieram a melhorar.

Mas, se na época das viagens à vela era comum o acometimento de um certo número de mortes durante o percurso, causadas pela insalubridade reinante, e ainda pela deterioração de alimentos, melhor sorte não tinham os que

²¹ Rodrigues, Ondina Antonio. Imigração Portuguesa no Brasil, Série Resumos, n. 5 - Memorial do Imigrante / Museu da Imigração, São Paulo, 1999. págs. 20 e 21

passaram a viajar de navios a vapor, que também não estavam imunes ao mesmo risco, pois aos velhos existia o risco de doenças pré-existentes, já as crianças que vinham com seus familiares, a própria idade era fator de risco devido a fragilidade e deficiências físicas a ela inerentes, ou ainda, as epidemias oportunas advindas de toda essa situação caótica.



27 - Vapor Aragon, da Mala Real Inglesa (1905)

Foto nº 05 - Vapor Aragon da Mala Real Inglesa (1905)

“Livro Portugal Brasil – Migrações e Migrantes”

Visto que o oceano Atlântico é sabidamente agitado, acometido freqüentemente de grandes tempestades, com ventos de forte intensidade, tornando difíceis as condições de navegação, isso impingia aos passageiros, não raras vezes, total impedimento de apanhar ar fresco no convés dessas embarcações. Aos enjôos freqüentes que um mar agitado causa nas pessoas, a carga debilitante nas pessoas somava para dificultar ainda mais a travessia.

Assim afirmam os pesquisadores que

“ A insuficiência de recursos médicos, farmacêuticos ou cirúrgicos, bem como de meios avançados de diagnóstico ou de tratamento, característicos da ciência de então, não deixava grandes possibilidades de sobrevivência àqueles a quem ocorrera qualquer tipo de doença grave.

Nem sempre o Atlântico profundo constituía o maior risco da viagem: em condições climáticas adversas, com vaga cavada, ventos fortes e mesmo nevoeiros, tornava-se muito perigosa a proximidade das costas e a entrada ou saída da barra dos portos. Não sendo muito freqüentes, os naufrágios ocorriam; mas só na vizinhança da costa poderiam, com alguma probabilidade, existir sobreviventes. Em ocasião de desastre, estavam em vantagem os passageiros dos navios de madeira, mais lentos a afundar e cujos destroços possibilitariam algum refúgio aos naufragados, até que um hipotético salvamento pudesse vir a acontecer.”²²

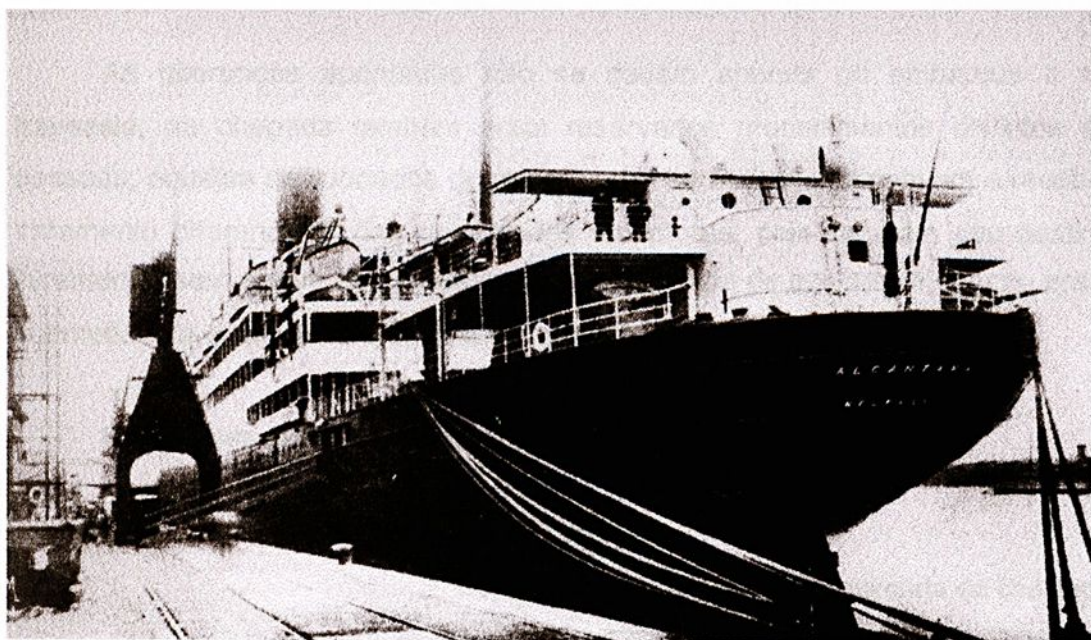
Pelo relato dos autores, é fácil chegar à conclusão de que, apesar de todos os sonhos carregados no intimo de cada pessoa que se aventurava a realiza-lo, o risco era muito grande.

Esse risco e a saída de tantas pessoas, principalmente força de trabalho em busca de empregos em terra estrangeira, causaram embaraços também de ordem política, chegando-se à conclusão, pelos governantes de então, de que a causa da emigração era a cobiça e não a miséria.

Com toda a certeza o termo “cobiça” utilizado para tentar explicar a causa da emigração não tenha sido o mais adequado; melhor seria alinhar esse fenômeno à palavra “esperança”. A esperança de novas possibilidades na vida de cada um, no desempenho de muito trabalho, luta e perseverança, numa nova terra cheia de oportunidades, terras imensas para serem cultivadas e facilidades para se estabelecer definitivamente, descortinando-se um futuro promissor.

²² Rocha-Trindade, Maria Beatriz e Caeiro, Domingos – Portugal – Brasil migrações e migrantes 1850-1930 – Edições INAPA, Lisboa, 2000, p. 22 e 27

Porém as dificuldades eram logo percebidas, tanto no desenrolar da própria viagem marítima, com as diferenças evidentes de acomodação entre os passageiros divididos em categorias, que acabavam por redundar na própria recepção no país de destino. Conforme nos relatam os autores, qualquer que fosse o tipo de navio e a companhia responsável, a diferença entre os passageiros nas diversas classes de passagens, não se diferenciavam apenas nas condições de acomodação e na alimentação servidas a bordo, pois enquanto alguns iam amontoados, outros tantos tinham camarotes coletivos e alguns com maiores privilégios viajavam de cabines individuais; o marcante era o “status” do passageiro.



26 – Paquete Alcântara, da Mala Real Inglesa

Foto nº 06 - Paquete Alcântara da Mala Real Inglesa

“Livro Portugal Brasil – Migrações e Migrantes”

De plano, era reservada àquelas pessoas, viajantes de terceira classe, os chamados emigrantes, a necessidade de portarem passaporte e necessariamente ligados a uma carta de chamada ou um contrato – promessa, como colono ou como trabalhador, por parte do governo local ou de uma entidade empregadora.

Por outro lado, aos embarcados em primeira ou segunda classe dos navios de transporte de passageiros, o tratamento era diferenciado, sendo tratados como viajantes ou visitantes, o que lhes dava a prerrogativa de não portarem qualquer tipo de documento exigido ao emigrante. E o único pressuposto para se atingir essa condição era a capacidade de pagar o correspondente título de transporte.

As diferenças apontadas não se davam apenas no embarque e na travessia; na chegada também eram reservados procedimentos distintos às pessoas; aqueles aquinhoados de maior poder aquisitivo continuavam a receber tratamento diferenciado das autoridades receptoras, pois seguiam seu destino livremente, sem serem obrigados a dar qualquer tipo de esclarecimento ou eram submetidos a qualquer tipo de procedimento burocrático.

Porém, nas pesquisas realizadas, verifica-se claramente que

“ Os imigrantes detentores de uma carta de chamada viam visado o seu passaporte pelas autoridades portuárias, sendo seguidamente “entregues” ao familiar residente responsável pela sua vinda.

Os que iam recrutados como imigrantes por uma entidade brasileira, após o correspondente registro de entrada eram, consoante os casos, ou directamente encaminhados para um certo empregador ou, pelo contrário, eram transferidos para hospedarias de imigrantes

especialmente criadas para esse fim, onde aguardavam recrutamento individual a efectuar por agentes dos empregadores envolvidos no processo.”²³

Transformando-se a miragem em realidade, conseguindo o intento de chegar vivo ao destino, cumprindo a primeira etapa de seu sonho, realizada a viagem, deparava-se o individuo, então, com os novos desafios a serem vencidos.

1.2.3 – A grande imigração

No estudo do historiador português, J. Costa Leite, compilado na obra organizada por Boris Fausto, lê-se:

“ Não se pode compreender o fenômeno das migrações transatlânticas do século XIX sem prestar atenção, por um lado, às condições tecnológicas que alteram as condições de transporte, o volume e qualidade da informação disponível; e, por outro lado, às relações sociais que permitiam a circulação dessa informação de modo que ela fosse acessível mesmo aos habitantes de aldeias remotas, em condições merecedoras de confiança, de modo a poderem razoavelmente colocar o problema de fiar ou partir.

Naturalmente, os riscos da partida, ainda que significativos, deveriam ser reduzidos de modo a serem aceitos por um grande número de indivíduos e famílias: a própria noção de uma era de emigração de massas exclui a idéia de riscos excepcionais que apenas seriam aceitáveis para um número reduzido de aventureiros.

A migração transatlântica enquadrava-se num movimento mais geral de circulação de mercadorias, mão-de-obra e capital, que simultaneamente exigia e estimulava contatos diplomáticos e culturais. Tudo isso ajudava a

²³ Ibid., p.27



manter redes de transporte e informação, para além de contatos pessoais, que podiam ser usados pelos potenciais emigrantes.

A repetição de referências de origem diversa e por diversas formas ao Brasil e suas condições de trabalho tornavam próxima essa terra distante, reduzindo a desconfiança e a incerteza, tornando aceitável o risco de partir em busca de melhoria de vida.²⁴

Verifica-se que desde o início, primeiramente como colonizadores e depois como imigrantes, após a independência do Brasil, os portugueses foram o maior contingente na imigração verificada, ultrapassando em certas épocas a dos italianos.

Na década de 1930, quando o Brasil criou restrições à imigração com cotas limites para outros países, os portugueses foram liberados para entrar e sair livremente do país.

Estima-se que, entre 1872 e 1972, tenham entrado no país cerca de 1.662.180 portugueses, ou seja, 31% do total de imigrantes que vieram para o Brasil nesse período

A evasão de pessoas de forma constante em Portugal chegou a preocupar o governo daquele país, que temia um despovoamento, sendo essa uma das razões que o levou a impor restrições legais à emigração em algumas ocasiões. A região Norte de Portugal se transformou em terras das quais os homens partiam e deixavam suas mulheres, causando um certo embaraço às autoridades da época.

²⁴ Fazer a América / Boris Fausto (organizador). - 2. ed. - São Paulo : Editora Universidade de São Paulo, 2000. p.184/185

Porém nem tudo era negativo, pois esse movimento acabou por beneficiar a economia portuguesa, em virtude da remessa de poupança dos portugueses que se encontravam no Brasil.

Da época da mineração até meados do século XIX, a maioria dos imigrantes portugueses que para cá vieram eram da província do Minho, Região Norte de Portugal, seguidas de Trás-os-Montes, Douro, Beira Alta, Beira Litoral, dos distritos do Porto, Braga, Viana do Castelo, Vila Real, Vizeu, Bragança, Leiria, Aveiro, Coimbra.

Analisando esse fenômeno, Costa Leite assevera e demonstra, por meio do quadro abaixo, as taxas de emigração por habitantes, que durante o período analisado, ficou evidenciado que as ilhas da Madeira e Açores mantiveram taxas sempre superiores às advindas do continente. Porém o que se verificou é que a emigração das ilhas era mais diversificada do que a do continente, pois a presença dos ilhéus no Brasil não foi tão marcante como as taxas de emigração poderiam sugerir, mesmo levando-se em conta o reduzido efetivo populacional verificado nas ilhas.

Observando-se a cartografia da emigração da época, os pesquisadores verificaram que, em paralelo com os relatórios dos cônsules de Portugal sediado na cidade do Rio de Janeiro, é possível verificar o alargamento geográfico da atração migratória.

A partir dos dados encontrados no núcleo localizado na cidade do Porto, ainda nos anos quarenta do século XIX, as taxas migratórias em 1864 permitem distinguir os distritos do Porto, Viana, Braga, Vila Real e Aveiro, todos com taxas de emigração igual ou superior à taxa média do continente, 1,29 por mil; o Porto liderava com 5,8 emigrantes por mil habitantes.

Pela sua pesquisa, o historiador português Costa Leite, afirma que no ano de 1.890, no pico das saídas de pessoas de Portugal, a taxa geral do continente subiu para 4,29 por mil, destacando-se, além dos cinco distritos referidos em

1864, os distritos de Viseu, Coimbra, Leiria, Bragança e Guarda. Nessa altura Aveiro e Viseu tinham as taxas mais altas, acima de 8 por mil.

E sua pesquisa histórica não leva somente a essas conclusões, para demonstrar a importância desse fenômeno migratório, que acometeu o povo português, o pesquisador afirma que

“ Em 1911, a taxa de emigração do continente subiu para 10,2 por mil, destacando-se os mesmos dez distritos de 1890. Nessa altura, porém, a taxa mais alta era registrada em Bragança, com 36,8 por mil. Vale a pena notar ainda que, nesse breve período anterior à Primeira Guerra Mundial, as elevadas oportunidades migratórias pareciam começar a atrair emigrantes fora das áreas tradicionais de emigração: os distritos de Castelo Branco, Santarém, Beja e Faro registraram taxas que, sendo comparativamente baixas para a época, se encontram acima da média do continente em 1864.

É possível que o desencadear do conflito mundial tenha posto fim à experimentação migratória dessas regiões pobres, onde o estabelecimento de redes migratórias seria mais difícil.”²⁵

²⁵ Fazer a América / Boris Fausto (organizador). - 2. ed. - São Paulo : Editora Universidade de São Paulo, 2000. p.190/191



QUADRO I

TAXAS DE EMIGRAÇÃO POR SEXOS E DISTRITOS

Distritos	1864		1890		1911	
	M	F	M	F	M	F
Viana	3,14	0,08	9,64	1,26	20,87	2,33
Braga	5,95	0,08	9,86	1,14	18,11	2,62
Porto	1,29	1,25	12,37	2,59	14,71	2,58
Aveiro	6,09	0,06	15,75	2,46	31,50	4,58
Vila Real	2,63	0,00	17,00	2,97	31,21	16,77
Viseu	1,76	0,00	13,74	3,29	33,97	11,22
Coimbra	0,72	0,05	11,53	2,13	27,25	5,70
Leiria	0,15	0,00	5,16	1,02	22,57	5,23
Bragança	0,25	0,02	5,98	2,56	39,29	34,36
Guarda	0,17	0,00	5,29	1,49	28,56	11,43
Continente	2,50	0,17	7,19	1,57	15,84	5,14

Nota: Taxas de emigração por mil habitantes, calculadas com base nas médias de emigração de quatro anos centrados na data do recenseamento respectivo, exceto no que se refere ao recenseamento de 1864 em que foram utilizados os dados da emigração de 1866-1869 (não há dados numa base distrital antes de 1866).

Fontes: Para a população, recenseamento de 1864, 1890 e 1911. Para a emigração, Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873; Anuário Estatístico de Portugal, 1884, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886; Movimento da População, Lisboa, Imprensa Nacional, vários anos.

Fontes: Para a população, recenseamento de 1864, 1890 e 1911. Para a emigração, Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873; Anuário Estatístico de Portugal, 1884, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886; Movimento da População, Lisboa, Imprensa Nacional, vários anos.



Nota-se pelo estudo da estatística que a emigração era predominantemente de homens. Segundo esse mesmo autor, é possível distinguir claramente três tipos de grupos de imigrantes portugueses; o primeiro desses grupos era aquele formado por pessoas que tinham a finalidade de obter uma carreira profissional; outros eram aqueles que vinham com o único intuito de acumular reservas financeiras, e o outro grupo que simplesmente estava fugindo da grave crise econômica.

O primeiro grupo era formado basicamente por jovens do sexo masculino, alfabetizados, já com contatos previamente estabelecidos por meio de familiares ou amigos. O segundo grupo era constituído por artesãos já na fase adulta e com experiência profissional. Trabalhavam no Brasil e tinham interesse em retornar para Portugal. O terceiro grupo de emigrantes era o constituído pelo grupo familiar; em razão da crise econômica todos vinham em busca de novas paragens.

De todo esse contexto, existiam aqueles que, por razões sazonais, se aventuravam na travessia do Atlântico para tentar recuperar-se do prejuízo sofrido. Esses normalmente não tinham nada planejado e acabavam por se entregar nas mãos dos comandantes dos navios, em troca de passagem e quem sabe algum emprego no porto de destino, quando então esse novo patrão indenizaria as despesas com o transporte. Posteriormente o imigrante pagaria o patrão com seu próprio trabalho. Muitos imigrantes açorianos passaram por essa experiência.

Para se ter uma idéia da emigração portuguesa por região utilizemos o quadro abaixo:

Quadro II

Emigração portuguesa global por regiões

Localidades	Ano			
	1886-1871	1880-1882	1896-1898	1911-1913
Porto	2.471	2.867	3.845	6.198
Aveiro	1.027	959	2.509	5.992
Braga	973	1.128	1.497	4.123
Viana	390	693	947	2.560
Viseu	390	1.474	2.699	10.156
Vila Real	344	791	1.936	6.658
Coimbra	189	1.162	2.172	6.213
Bragança			939	8.675
Faro				1.087
Guarda			1.194	6.190
Leiria			799	4.229

Fonte: Silva, Emigração Portuguesa, p. 392 e Boletim da Junta de Emigração, Rio de Janeiro, 1954, apud Lobo, Eulália Maria L., Portugueses en Brasil en el Siglo XX, Madrid, Mapfre, 1994, p. 21.

O que se vê pelos quadros e estudos estatísticos disponíveis é que, tanto o volume da emigração diferia de região para região, variando ao longo do tempo e também as características da população que deixava o país.

Embora a cronologia e origem desta corrente migratória tenham sido influenciadas pela evolução interna da sociedade portuguesa, as suas características demográficas eram principalmente determinadas pelas alterações verificadas nas condições do mercado de trabalho brasileiro, sendo isso o fator preponderante que registrou tal emigração para o Brasil.

1.3 – OS PORTUGUESES NO BRASIL

Os dados apresentados no presente subtítulo integram a memória da colônia portuguesa no Brasil e, para entendê-la, é necessária uma historiografia da imigração.

Herbert S. Klein, pesquisando sobre o fenômeno da emigração em massa para o Brasil, afirma que

“ O mercado brasileiro da mão-de-obra importada era um mercado importante. O crescimento da economia do café nas províncias centrais do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais era mantido pela importação em massa de escravos africanos, que entre 1822 e 1850 ascenderam a 1,1 milhão.

O crescimento destas regiões centrais e dos respectivos centros urbanos — as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo levou, por sua vez, a um aumento da procura de mão-de-obra, que foi inicialmente satisfeito pelos emigrantes portugueses. As empresas agrícolas levaram camponeses alemães e italianos para as províncias pouco povoadas do Sul — Rio Grande do Sul e Santa Catarina mas em 1879 esses emigrantes não ultrapassavam os 425 000.

O verdadeiro aumento da procura aos imigrantes estrangeiros dar-se-ia nos finais da década de 80 do século XIX, quando os escravos começaram a abandonar as fazendas de café devido à introdução da emancipação.”²⁶

²⁶ KLEIN, Herbert S. – Imigrantes portugueses no Brasil, – *Análise Social*, vol. XXVIII (121), 1993 (2º.) – pag.241.

A atração que o Brasil exerceu sobre os portugueses durante grande parte dos séculos XIX e XX deveu-se a vários fatores.

O fato de se falar a mesma língua, os laços históricos entre ex-metrópole e ex-colônia, os ganhos mais elevados que se encontravam no Brasil de então, as melhores oportunidades econômicas, bem como as relações econômicas e comerciais complexas e de longa data e uma comunidade comercial local de que os portugueses eram um dos principais elementos, fizeram do Brasil um destino muito desejado pelos imigrantes.

Os imigrantes portugueses possuíam uma fácil e estreita rede de contatos que facilitavam e muito a vida daqueles que aqui aportaram, integrando-se sem maiores dificuldades na economia brasileira. Esses laços históricos explicam em parte o fluxo migratório que se verificou, independentemente das diversas subvenções que explicam a migração de outros europeus para o Brasil.

Os contratos enganchados anteriores a 1870, as colônias agrícolas e a concessão de subsídios a passageiros transatlânticos para trabalharem nas fazendas de café envolveram efetivamente trabalhadores portugueses, mas a maioria foi por sua própria conta, independentemente desses incentivos.²⁷

O mesmo autor em seu estudo afirma que

“ Assim, embora os emigrantes italianos e mesmo espanhóis talvez tenham ultrapassado os portugueses em termos de números durante o período mais intenso da emigração para o Brasil, o que, de fato, aconteceu entre a década de 70 do século XIX e 1907, ou os japoneses no princípio dos anos 30 do século XX, os portugueses

²⁷ Assim, por exemplo, no «registro do movimento de imigrantes na ilha das Flores» do Rio de Janeiro relativo aos anos de 1911 e 1912 quase todos os migrantes portugueses que chegaram em navios provenientes do Porto (Leixões), Lisboa e ilhas eram agricultores subsidiados, quase todos traziam a família e a distribuição dos sexos era bastante equilibrada (v. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, «Entrada de estrangeiros», livros 100 e 103).

acabaram por se revelar os emigrantes mais duradouros e mais numerosos.²⁸

Para ilustração desse seu estudo foi feito um quadro demonstrativo dos principais grupos de imigrantes estrangeiros que aportaram no Brasil entre os anos de 1820 e 1972 :

Quadro III

Principais grupos de imigrantes estrangeiros que chegaram ao Brasil. 1820-1972

PERÍODO	ITALIANOS	PORTUGUESES	ESPAANHÓIS	JAPONESES	TOTAL
1820-1876	16 562	160 119	2 901		350.117
1877-1886	132 153	83 998	15 715		273.162
1887-1903	995 620	305.582	193.607		1.654.830
1904-1914	212 063	412 607	243 617	15 543	1.085.849
1915-1918	17 647	41 897	31 539	9 728	111.648
1919-1930	116 319	337 723	91 776	75 382	945.284
1931-1940	18 328	95 740	9 937	86 414	288.607
1941-1945	276	9 073	275	1548	18.432
1946-1963	115 754	320 595	123 590	53 556	799.365
1964-1972	4 527	22 980	4 467	5 836	74.082
Totais					
1820-1930	1 490 364	1 341 926	579 155	100.653	4.420.890
1820-1972	1 629 249	1 790 314	717 424	248 007	5. 601.376

*o total inclui também os imigrantes de todas as outras nacionalidades, incluindo cerca de 260.000 alemães.

Fonte: Maria Stella Ferreira Levy, «O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972)» In Revista de Saúde Pública. São Paulo. v. 8, supl., 1974, p. 74, tabela n.º 2. As estatísticas oficiais do governo referentes a 1884-1953 encontram-se no IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1954, ano XV, p.59.

²⁸ Idem, ibid, p. 242

Sempre seguindo o estudo deste autor, “No século XIX registrou-se um fluxo permanente de portugueses do Norte para o setor comercial urbano do Brasil, a ponto de ter sido por vezes designado uma migração de caixeiros.” (Klein, 1993: p. 243)²⁹

Mas também se utilizou o contrato enganchado, ou trabalhadores contratados dos Açores e do continente para o Rio de Janeiro e outras cidades, para substituir os escravos que se dedicaram à produção de café, depois de se ter acabado com o tráfico de escravos no Atlântico em 1850.³⁰

Este tipo de trabalhadores contratados do início e meados do século XIX tinha muito em comum com a mão-de-obra contratada para a América do Norte no século XVIII e princípio do século XIX, embora, neste caso, o emigrante vendesse apenas os serviços prestados durante um período de dezoito meses, a contar da data de chegada ao Brasil, em troca do dinheiro da passagem.

Já foi afirmado que estes trabalhadores enganchados substituíram os escravos urbanos, cada vez mais caros, que prestavam serviços não especializados na cidade do Rio de Janeiro durante este período.³¹

Mas deu-se também uma emigração constante de trabalhadores especializados do Norte que passaram a dominar o comércio retalhista de todas

²⁹ Ainda em 1887 a segunda ocupação mais importante dos 16 932 portugueses que emigraram nesse ano e cuja ocupação se conhecia era a de «caixeiros e negociantes». Isto correspondia a 8% do total, em comparação com 32% que estavam registrados como ((trabalhadores rurais jornaleiros, lavradores e trabalhadores em geral}}[Oliveira Martins. «A emigração portuguesa». 1931, reed. in Joel Serrão (ed.), Testemunhos sobre a Emigração Portuguesa, Antologia, Lisboa, 1976, pp. 122-123].

³⁰ Embora tenham chegado ao Brasil emigrantes açorianos durante os séculos XIX e XX, parece que a sua principal região de migração a partir da década de 20 do século XIX foram os Estados Unidos. Entre 1869 e 1892, por exemplo, 70% dos cerca de 39 000 portugueses que emigraram para os Estados Unidos eram provenientes das ilhas (Imre Ferenczi e Walter F. Willcox, International Migrations — Statistics, National Bureau of Economic Research, vol. 14, Nova Iorque, 1929, vol. I, pp. 378-429).

³¹ Klein apud V. Alencastro, «Proletários e escravos», pp. 36 e segs. Brettell calcula que nas décadas de 50 e 60 do século XIX uma passagem de 3ª classe para o Brasil nos vapores portugueses mais baratos custava 33\$000 réis, ao passo que o salário urbano diário em Portugal variava entre 300 réis para os trabalhadores especializados e 200 réis para os trabalhadores não especializados (Brettell, Men Who Migrate, Women Who Wait, p.90).

as grandes cidades brasileiras. Assim, um estudo oficial sobre os estabelecimentos comerciais do Brasil em 1856-1857 revelou que os brasileiros eram proprietários de apenas 44% do número total de estabelecimentos, sendo os portugueses proprietários de 35%.³²

Foi só com a abolição da escravatura propriamente dita, em 1888, e com o início da migração em massa subsidiada, que uma nova vaga de famílias de imigrantes portugueses começou a chegar ao Brasil e a dirigir-se para o trabalho agrícola. Mas, apesar da importância deste novo tipo de trabalhador contratado, os portugueses continuaram a ser talvez o mais urbano dos grupos de novos imigrantes.

Os portugueses foram, desde o início, um elemento muito significativo da população das duas maiores cidades da República, constituindo o grupo estrangeiro dominante no Rio de Janeiro (distrito federal) e uma presença significativa entre os estrangeiros de São Paulo. No recenseamento de 1890, por exemplo, os 124 000 portugueses residentes no Rio de Janeiro representavam 24% da população da cidade e 68% da população, nascida no estrangeiro. Além disso, era a comunidade estrangeira mais antiga de todos os grupos de imigrantes, tendo mais de metade dos seus elementos chegado ao Brasil até 1879.

O censo realizado no início do século XX, mais precisamente o de 1906 na cidade do Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal, trazia a informação de que existia uma grande concentração de portugueses nos centros urbanos do sudeste do Brasil. Essa concentração verificou-se que posteriormente foi mantida nas décadas seguintes.

No ano de 1920 os cerca de 65.000 (sessenta e cinco mil) portugueses residentes na cidade de São Paulo, representavam 11% (onze por cento) da população total da cidade, e os 172.000 (cento e setenta e dois mil) portugueses

³² Klein apud Eulália Maria Lahmeyer Lobo. História do Rio de Janeiro, 2 vols.. Rio de Janeiro, 1978, I, 284-289.



residentes na cidade do Rio de Janeiro correspondiam a uma porcentagem significativa de 15% (quinze por cento) da população total desta cidade.

No resultado censitário daquele ano, verificou-se que

"Em conjunto, estas duas concentrações urbanas correspondiam a 51% de todos os imigrantes nascidos em Portugal e residentes no Brasil no ano de 1906, ano do recenseamento efetuado no Rio de Janeiro."³³

Para Klein, estudando esses dados estatísticos, chegou-se à conclusão de que juntamente com as respectivas populações rurais de portugueses estes dois Estados concentravam cerca de 368.000 (trezentos e sessenta e oito mil) portugueses, ou seja, 85% (oitenta e cinco por cento) do número total de portugueses residentes no Brasil.

Analisando todos esses dados, o pesquisador afirma que

"Esta posição inicial predominantemente urbana não era a norma no que diz respeito a outras comunidades importantes de emigrantes europeus, que nos anos 20 se encontravam na sua grande maioria nas zonas rurais.

Além disso, esta concentração continuou a aumentar ao longo de várias décadas e no recenseamento de 1970, 93% de todos os portugueses residentes no Brasil residiam nesses dois estados, com uma porcentagem significativa de 66% a residir exclusivamente nessas duas cidades."³⁴

³³ Brasil, Recenseamento do Rio de Janeiro Districto Federal - Realizado em 20 de Setembro de 1906, Rio de Janeiro, 1907, pp. 126-127.

³⁴ KLEIN, Herbert S. - Imigrantes portugueses no Brasil, - Análise Social, vol. XXVIII (121), 1993 (2º.) - pags 244/245.

1.3.1 – OS PORTUGUESES EM SÃO PAULO E NO OESTE PAULISTA

Até 1850, a Província de São Paulo permaneceu isolada e pobre, razão pela qual as dificuldades de seu desenvolvimento eram consequência natural desse estado de coisas.

Porém esse quadro iria se alterar com o início do novo ciclo de riquezas descoberto, que eram as lavouras de café. Além das possibilidades da exploração do café, outros fatores também influíram no atrativo para a emigração deslocar-se rapidamente para São Paulo; a industrialização dava seus primeiros sinais de crescimento.

Porém a importância da cafeicultura para o desenvolvimento do hoje Estado de São Paulo, a partir da segunda metade do século XIX, é fundamental para que possamos entender o desenvolvimento de nosso interior paulista e a conseqüente vinda de inúmeros imigrantes para essas paragens.

As lavouras de café eram desenvolvidas com a utilização da mão-de-obra escrava. O Governo Imperial, porém, pressionado pela Inglaterra, pelos movimentos abolicionistas e pelos focos de resistência organizados pelos próprios escravos, vinha decretando uma série de leis que limitava cada vez mais a utilização daquele tipo de trabalho no território brasileiro.

No entanto, antes mesmo da decretação daquelas leis, alguns produtores paulistas já buscavam alternativas para a substituição do regime escravista pelo regime de trabalho livre ou trabalho assalariado. É importante destacar que essa intenção se devia mais a questões econômicas do que a questões humanitárias propriamente ditas.

O imigrante tornou-se então uma alternativa bastante viável para o desenvolvimento e execução daquela atividade econômica. Foi criado um sistema de parceria entre os fazendeiros e os imigrantes, porém a consecução desse

trabalho não foi possível, devido a vários fatores existentes naquele momento histórico.

A escravidão ainda não havia acabado no Brasil e, devido a isso, imigrantes trabalhavam lado a lado com os escravos e a cultura escravista dos fazendeiros impedia um tratamento mais bem dispensado aos colonos imigrantes, que o mais das vezes levavam uma vida igual ao próprio escravo negro. Isso levou a revoltas, inclusive uma que ficou famosa, por ter ocorrido na Fazenda Ibicaba, do então senador Vergueiro, na cidade de Limeira, interior do Estado de São Paulo. Tal sistema de utilização de imigrantes como parceiros nas lavouras de café não passou devido aos inúmeros problemas surgidos no ano de 1.860.

O mundo continuava a consumir mais e mais o café produzido no Brasil, gerando grandes negócios no mercado internacional, porém na contramão da necessidade de maiores produções na lavoura, estava a política abolicionista, pois a cada dia escasseava a mão-de-obra escrava e era necessário aumentar o número de trabalhadores para fazer frente ao grande consumo.

Os proprietários não possuíam qualquer tipo de experiência no trato com trabalhadores livres, não sabiam sequer quantificar seus salários, o que acabou dificultando a atração de imigrantes para o manuseio e trato da terra, em suas lavouras de café.

Cada qual arrumava seu jeito de acerto com seus trabalhadores, porém nenhuma política de remuneração adotada era capaz de atrair trabalhadores europeus em quantidade suficiente para dar cabo das necessidades existentes.

A época do regime escravocrata agonizava. Nas regiões produtoras de café a pressão dos movimentos abolicionistas aumentava sobremaneira, as fugas em massa prejudicavam ainda mais as lavouras e ameaçavam desestruturar completamente a produção das fazendas. Tornava-se fundamental trazer as famílias que estavam deixando a Europa.



“ Thomas Davatz, imigrante prussiano e um dos líderes da revolta na Fazenda Ibicaba, conseguiu retornar ao seu país onde escreveu um livro narrando as condições de vida de um colono nas fazendas de café. O livro gerou tanta indignação que, na década de 1850, o governo da Prússia proibiu os seus cidadãos de emigrarem para o Brasil.

No final do Império, a Inspetoria Geral de Terras e Colonização, que tomava todas as decisões sobre imigração para o Brasil, autorizou as províncias a estabelecerem suas próprias políticas para atrair imigrantes.

No ano de 1916, alguns fazendeiros paulistas criavam uma associação para incentivar a imigração de famílias européias para o Estado de São Paulo. Nascia a Sociedade Promotora de Imigração. Naquele período apenas a população da Europa era bem-vinda não havia espaço para os orientais, pois o preconceito era muito grande. Criada sob a liderança de Antônio de Queiroz Telles, o Visconde de Parnaíba, a Sociedade Promotora de Imigração funcionou até o ano de 1896. Um dos principais atrativos para a grande maioria dos emigrantes europeus eram as passagens pagas pelo Governo do Estado de São Paulo.³⁵

O grande movimento imigratório de portugueses em São Paulo deu-se entre os anos 1884 e 1936, segundo pesquisa de Ondina Antonio Rodrigues. A trajetória dos imigrantes portugueses no Estado de São Paulo foi da seguinte ordem e, conforme quadro abaixo, verificam-se as nacionalidades dessa entrada:

“ Desembarcados no porto de Santos, muitos se dirigiram para a cidade do Rio de Janeiro. Outros em menor quantidade, deram entrada na Hospedaria de Imigrantes,

³⁵ Carnier Júnior, Plínio – A imigração para São Paulo: a viagem, o trabalho, as contribuições – São Paulo : P. Carnier Júnior, 1999.

localizada no Brás, em São Paulo, indo em seguida para o interior do Estado, fixando-se em cidades, como: Piracicaba, São José do Rio Preto, Jaboticabal, Araraquara, Monte Mor, Mogi-Guaçu, Campinas, Santa Bárbara D'Oeste, Amparo, entre outras. Muitos se estabeleceram em Santos e São Vicente, no litoral ou ficaram na Capital do Estado para trabalhar em atividades ligadas ao comércio e à prestação de serviços. Formaram colônias como, por exemplo, Nova Louzã, situada a poucos quilômetros da Capital ou foram para núcleos coloniais no interior do Estado."

Quadro IV

Imigrantes entrados no Estado de São Paulo, segundo as nacionalidades (1827-1959)

Nacionalidades	1827-1935	%	1936-1959	%
Italianos	942.903	32,5	90.130	18,5
Brasileiros	494.834	17,1	-	-
Portugueses	413.161	14,2	156.536	32,1
Espanhóis	386.631	13,3	65.321	13,4
Japoneses	177.551	6,1	56.670	11,6
Diversos	347.898	12,0	119.463	24,4
Não especificados	138.226	4,8	-	-
Totais	2.901.204	100,0	488.120	10,0

Fonte: Dados fornecidos pelo Departamento de Imigração e Colonização da Secretaria da Agricultura e Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, 1961, apud Folheto da Exposição Imagens da Imigração Portuguesa no Brasil, Campinas, Prefeitura, 1992.³⁶ (destaque nosso)

³⁶ Rodrigues, Ondina Antonio. Imigração Portuguesa no Brasil, Série Resumos, n. 5 Memorial do Imigrante / Museu da Imigração, São Paulo, 1999. p. 24

Em meados do ano de 1935, a cidade de São Paulo concentrava a maioria dos portugueses no país. Com pouco mais de 1.000.000 de habitantes, perto de 80.000 eram portugueses, trabalhando em inúmeros ramos de atividades; vendiam peixes e frutas, fabricavam pães, o que acabou tomando-se uma de suas especialidades, apreciadas até os nossos dias.

A par dos acontecimentos na cidade de São Paulo, então a grande receptora dos imigrantes portugueses, no campo ocorriam mudanças profundas, pois as relações de trabalho estavam nesta época se modificando; havia além do mais a introdução de maquinários na indústria e no comércio e também nas plantações. À medida que o café avançou em direção ao Oeste paulista, alcançando terras pouco habitadas, contribuiu para a expansão da fronteira agrícola para o “Novo Oeste” do Estado. Cabe aqui destacar a importância que a estrada de ferro trouxe a essa nova região, agilizando o escoamento da produção de café e ao mesmo tempo servindo para transporte em massa de pessoas.

Assim se descortinou uma nova região.

A migração não é migração se não for voluntária e se não for definitiva.

Segundo o autor da obra, a migração é o movimento de deslocamento de uma pessoa de um local para outro, com o objetivo de estabelecer-se de forma definitiva no novo local.

CAPÍTULO II – Referencial Teórico

No primeiro capítulo introdutório, procuramos traçar um demonstrativo histórico e social da emigração portuguesa para o Brasil nos séculos XIX e XX, com o propósito de demonstrar a importância desse fenômeno social ocorrido entre os dois países, e ainda, em que contexto econômico e social encontravam-se esses países durante a ocorrência do referido fenômeno.

Neste capítulo, pretendemos situar o tema dentro de uma perspectiva teórica, considerando a imigração como um processo social. Trata-se da imigração como um fenômeno bastante complexo, sendo necessário uma melhor explanação do tema objeto deste estudo.

Abdelmalek Sayad, ao explicar esse fenômeno, ensina que “dizer que a imigração é um fato social completo, única característica, aliás, em que há concordância na comunidade científica. E, a este título, todo o itinerário do imigrante é, pode-se dizer, um itinerário epistemológico, um itinerário que se dá, de certa forma, no cruzamento das ciências sociais, como um ponto de encontro de inúmeras disciplinas, história, geografia, demografia ... Por certo, a imigração é, em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço, e antes de mais nada no espaço físico...” (Sayad, 1991, p. 15)

A migração e/ou imigração pode ser genericamente definida como uma mudança permanente ou semipermanente de residência.

Segundo ensinamento de Sayad, o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa seu território; o imigrante “nasce” nesse dia para a sociedade que assim o



designa. Dessa forma, ela se arvora o direito de desconhecer tudo o que antecede esse momento e esse nascimento.³⁷

Admitindo-se que a migração é um processo social, cuja unidade atuante não é o indivíduo, mas sim o grupo, deve-se supor que existam causas estruturais que impelem determinados grupos a se pôr em movimento, e com certeza essas causas quase sempre têm fundo econômico, pois, quando o indivíduo se vê desempregado juntamente com seu grupo, sem qualquer oportunidade, infalivelmente é compelido a buscar mudanças por melhores condições de vida.

Segundo o professor Herbert S. Klein, autor de texto inserido no livro que versa sobre o tema da imigração em massa, proveniente da Europa e de alguns países asiáticos para a América Latina, organizado por Boris Fausto, em suas considerações de ordem teórica e em análise dos fatores de expulsão, ele faz a seguinte indagação:

Porque as pessoas migram? Afirma, em seguida, que, apesar dos inúmeros debates e publicações a esse respeito, tal pergunta nunca foi respondida de forma completa e acabada.

Neste mesmo texto afirma o professor Klein:

"A questão básica envolve o peso dos fatores de expulsão ou de atração e a maneira como se equilibram. Para começar, deve-se dizer que a maioria dos migrantes não desejam abandonar suas casas nem suas comunidades. Se pudessem escolher, todos – com exceção dos poucos que anseiam por mudanças e aventuras – permaneceriam em seus locais de origem. A migração, portanto, não começa até que as pessoas descubram que não conseguirão sobreviver com seus meios tradicionais em suas comunidades de origem. Na grande maioria dos casos, não

³⁷ Sayad, Abdelmalek. A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade / Abdelmalek Sayad; prefácio Pierre Bourdieu; tradução Cristina Murachco.- São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1998. p. 16



logram permanecer no local porque não têm como alimentar-se nem a si próprias nem a seus filhos...

Uma vez que as condições econômicas constituem o fator de expulsão mais importante, é essencial saber por que mudam as condições e quais são os fatores responsáveis pelo agravamento da situação crítica que afeta a capacidade potencial dos emigrantes de enfrentá-la. Nessa fórmula, três fatores são dominantes: o primeiro é o acesso à terra e, portanto, ao alimento; o segundo, a variação da produtividade da terra; o terceiro, o número de membros da família que precisam ser mantidos. Na primeira categoria estão as questões que envolvem a mudança dos direitos sobre a terra, suscitada via de regra pela variação da produtividade das colheitas, causada, por sua vez, pela modernização agrícola em resposta ao crescimento populacional. Nas grandes migrações dos séculos XIX e XX – época em que chegaram à América mais de dois terços dos migrantes – o que de fato contava era uma combinação desses três fatores.³⁸

Além do acima exposto, outro fator apontado pelo autor é que a questão demográfica influenciou sobremaneira essas migrações. As taxas de mortalidade mantiveram-se estáveis durante décadas e inclusive decresceram de forma lenta, porém progressivamente, sem explicação do fator preponderante para o ocorrido. E desse acontecimento advieram altas históricas dos índices de crescimento populacional.

“Esse crescimento da população pressionou enormemente o setor agrícola de cada país. Para atender às crescentes demandas alimentares, começaram a mudar os métodos tradicionais de arrendamento, cultivo e produção...”

³⁸ Klein, Herbert S. “Migração Internacional na História das Américas”. In: Fazer a América. Boris Fausto (Organizador).- 2. ed.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 14



O aumento de produtividade e a crescente mecanização da agricultura européia significaram menor necessidade de mão-de-obra, exatamente num momento em que surgia um excedente de força de trabalho. Em virtude da falta de apoio governamental, a fome passou a ser uma séria ameaça às populações sem terra ou que possuíam terras limitadas.³⁹

Conforme acima explanado, pode-se concluir que a terra foi um fator de atração muito forte para todos os imigrantes, uma vez que na Europa a terra era cara e a mão-de-obra, barata. Na América, a terra era abundante e estava disponível, porém a mão-de-obra era escassa, portanto cara.

A partir de 1880 começou a mudar a origem da imigração européia para as Américas. Grande parte da migração era a tradicional, composta de jovens adultos de sexo masculino com o lema "Fazer a América". Muitos para a nova terra vieram com o claro intuito de formar uma poupança e retornar aos seus países de origem, porém, para outra grande parte dos imigrantes que acabaram por ficar, a preocupação anteriormente quase que exclusiva de acúmulo de riquezas começou a mudar à medida que assimilavam as novas culturas e economias. Assevera Herbert S. Klein que

"Agora seriam contemplados o investimento em educação e um sacrifício temporário dos rendimentos dos filhos em idade escolar, na esperança de alcançar a mobilidade social na América. Foram esses homens que mandaram buscar suas famílias e suas noivas européias, e que se estabeleceram na América. Essa primeira geração era basicamente endogâmica em seus arranjos matrimoniais: a esmagadora maioria casou-se com mulheres de sua própria origem étnica. Isso mudaria, porém, na segunda geração, à medida que começaram a aculturar-se ao ambiente americano. Além disso, uma vez estabelecidos, diminuiria o

³⁹ Klein, Herbert S. Op. cit., p. 14 e 15

desequilíbrio sexual da primeira geração, dominada pelos homens, a as taxas de natalidade entre as mulheres imigrantes – muito altas em comparação com a população nativa de todos os países da América – também diminuiriam, quando as mulheres européias começaram a adotar o espaçamento entre uma gravidez e outra usado pelos nativos, e vários métodos anticoncepcionais.”⁴⁰

Os estudos demonstram que a maioria dos trabalhadores estrangeiros que compuseram o fluxo migratório pós-1880 era do sexo masculino e jovem, porém foi possível verificarem-se algumas variações, pois, no período anterior a 1880, todas as colônias agrícolas de europeus nas Américas eram constituídas de grupos familiares. E no Brasil, mesmo após 1880, verificou-se um maior fluxo de importação de famílias do que de trabalhadores solteiros do sexo masculino, e a causa desse acontecimento se baseia exclusivamente na natureza dos contratos de trabalho das lavouras de café vigentes no Brasil, até então tocadas por mãos escravas.

No contexto nacional, com base na breve abordagem histórica traçada no primeiro capítulo deste trabalho, podemos dizer que a imigração começou a desenvolver-se com o declínio do trabalho escravo e com a valorização do trabalho livre.

O Brasil viu-se obrigado a modificar sua estratégia de contratação de mão-de-obra imigrante, em face da acirrada concorrência dos demais países, como a Argentina e os da América do Norte. Afirma o professor Klein:

“Viu-se, assim, forçado a subsidiar trabalhadores e, por causa da organização da produção cafeeira, exigiu que os trabalhadores subsidiados deveriam fazer parte de grupos familiares. Assim, os portugueses, os italianos e os espanhóis que constituíam o grupo predominante de

⁴⁰ Klein, Herbert S. Op. cit., p. 24 e 25



migrantes se ajustaram a essa proporção sexualmente mais equilibrada, e mais ainda os agricultores japoneses que, depois de 1908, começaram a chegar às lavouras de café.⁴¹

O que a história nos aponta é que, após a abolição da escravidão e com a implantação da República do Brasil, pode-se assistir a profundas mudanças no âmbito social e econômico, acarretando um atrativo impulsionador da imigração. É de se ressaltar que a imigração estrangeira veio a suprir a demanda de mão-de-obra do mercado brasileiro, principalmente o do Estado de São Paulo, atraída pelo crescimento da economia cafeeira e no período do início da industrialização de nosso estado.

Como já mencionado anteriormente, a emigração portuguesa, em especial para o Brasil, dentre os mais diversos grupos de imigrantes que se estabeleceram neste país, foi o grupo mais numeroso. Foi também a imigração de mais longa duração e a que teve as menores taxas de retorno. Influenciou esses dados o fato de que a adaptação dos imigrantes em terras brasileiras era facilitado pelos laços históricos que unem os dois países, quer de traços culturais e lingüísticos e tantos outros que solidificaram essa adaptação.

Na verdade a presença do povo português no Brasil data desde a época do seu descobrimento, uma vez que esse povo sempre se empenhou na aventura de desbravar os oceanos e conquistar novas terras ainda não exploradas,

“Raízes do Brasil”:

No dizer de Sérgio Buarque de Holanda, em sua obra

“Pioneiros da conquista do trópico para a civilização, tiveram os portugueses, nessa proeza, sua maior missão histórica. E

⁴¹ ibidem p. 25

sem embargo de tudo quanto se possa alegar contra sua obra, forçoso é reconhecer que foram não somente os portadores efetivos como os portadores naturais dessa missão. Nenhum outro povo do Velho Mundo achou-se tão bem armado para aventurar à exploração regular e intensa das terras próximas à linha equinocial, onde os homens depressa degeneram...

Essa exploração dos trópicos não se processou, em verdade, por um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e enérgica: fez-se antes com desleixo e certo abandono. Dir-se-ia mesmo que se fez apesar de seus autores. E o reconhecimento desse fato não constitui menoscabo à grandeza do esforço português.⁴²

Apropriando-se da idéia que o autor traz em sua obra, podemos aduzir que, apesar de muitos entenderem que teria sido melhor a colonização do Brasil ter-se dado pelos holandeses, pode-se afirmar que nas formas de vida coletiva podem assinalar-se dois princípios que se combatem e regulam diversamente as atividades dos homens. Esses dois princípios encarnam-se nos tipos do aventureiro e do trabalhador.

Afirma ainda o autor que

“Já nas sociedades rudimentares manifestavam-se eles, segundo sua predominância, na distinção fundamental entre os povos caçadores ou coletores e os povos lavradores. Para uns, o objeto final, a mira de todo o esforço, o ponto de chegada, assume relevância tão capital, que chega a dispensar, por secundários, quase supérfluos, todos os processos intermediários. Seu ideal será colher o fruto sem plantar a árvore.

⁴² Holanda, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil* / Sérgio Buarque de Holanda.- 26.ed. – São Paulo : Companhia das Letras, 1995, p. 43

Esse tipo de humano ignora as fronteiras. No mundo tudo se apresenta a ele em generosa amplitude e, onde quer que se erija um obstáculo a seus propósitos ambiciosos, sabe transformar esse obstáculo em trampolim. Vive dos espaços ilimitados, dos projetos vastos dos horizontes distantes.

O trabalhador, ao contrário, é aquele que enxerga primeiro a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar. O esforço lento, pouco compensador e persistente, que, no entanto, mede todas as possibilidades de desperdício e sabe tirar o máximo proveito do insignificante, tem sentido bem nítido para ele. Seu campo visual é naturalmente restrito. A parte maior do que o todo.⁴³

Não por acaso foi utilizada a expressão “aventura” para referir-se aos períodos das viagens transatlânticas do século XVI, pois, segundo o autor citado, para melhor entender e compreender a expansão colonial portuguesa em terras americanas, é importante destacar as determinações psicológicas desse movimento expansionista.

Segundo ainda o referido autor, Sérgio Buarque de Holanda:

“Existe uma ética do trabalho, como existe uma ética da aventura. Assim, o indivíduo do tipo trabalhador só atribuirá valor moral positivo às ações que sente ânimo de praticar e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades próprias do aventureiro – audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem – tudo, enfim, quanto se relacione com a concepção espaçosa do mundo, característica desse tipo.

Por outro lado, as energias e esforços que se dirigem a uma recompensa imediata são enaltecidos pelos aventureiros; as energias que visam à estabilidade, à paz, à segurança pessoal e os esforços sem perspectiva de rápido proveito

⁴³ Holanda, Sérgio Buarque de. Op. cit., p. 44



material passam, ao contrário, por viciosos e desprezíveis para eles. Nada lhes parece mais estúpido e mesquinho do que o ideal do trabalhador.”⁴⁴

Os dois tipos descritos pelo autor, aventureiro e trabalhador não são reais, porém ajudam a discernir sobre o conhecimento dos homens e sua participação nos conjuntos sociais. Conclui-se que o espírito aventureiro do homem português colonizador serve para ilustrar a obra da conquista e colonização da América.

“o que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho. A mesma, em suma, que tinha acostumado a alcançar na Índia com as especiarias e os metais preciosos” (Holanda, 1999, p. 49).

Portanto, o português que imigrou para o Brasil sempre veio em busca de melhores condições de trabalho e de vida, tanto em épocas da colonização quanto já na condição de imigrante, presente em seu espírito sempre o sentimento de aventureiro e agindo com muita ousadia.

Restou provado ao longo da nossa história que os portugueses por meio tanto do processo colonizador como da imigração, a aventura e o trabalho mesclaram-se na busca de prosperidade. O imigrante português neste século viu no trabalho, e somente no trabalho árduo, quase sem descanso, a grande possibilidade de atingir seus objetivos, ou seja, sua ascensão social. E esse trabalho foi fator de destaque, pois tanto trabalho redundava inegavelmente em ascensão, e talvez em razão disso, acabou acarretando para si, o chamado depreciativo e pejorativo de “burro”, por trabalhar tanto e de forma incessante, sem folga.

Porém é importante ressaltar que os imigrantes escolheram a imigração como opção de vida. Até aqui abordamos as causas

⁴⁴ Holanda, Sérgio Buarque de. Op. cit., p. 44



estruturais que estão relacionadas ao fato de os indivíduos emigrarem ou não, porém faz-se necessário distinguir os motivos individuais para a imigração, das causas estruturais.

Os fatores pessoais que impulsionam os indivíduos são os desejos e anseios de poder dar melhores condições de vida à sua família, então esses indivíduos saem em busca de alcançar esse objetivo.

Com sua fixação ao local objetivado, esse imigrante passa a conviver com outras pessoas, procurando manter-se próximo dos seus iguais, ou seja, dos indivíduos da sua mesma etnia, afirmando uma identidade étnica definida a partir da origem e cultura em comum do grupo.

O que será a definição de grupo étnico? Para Roberto Cardoso de Oliveira, *apud* Fredrick Barth (Barth, 1969, p. 13-14), grupo étnico é aquele visto como uma forma de organização social, ou seja, *"na medida em que os agentes se valem da identidade étnica para classificar a si próprios e os outros para propósitos de interação, eles formam grupos étnicos em seu sentido de organização"* (R.C.Oliveira, 1976, p. 4)

A etnicidade pode se manifestar mediante associações étnicas, em que o grupo se reúne e ativa a sua identidade. Essas associações divulgam e perpetuam a etnicidade. Assim é necessário compreender as relações existentes entre os imigrantes quando se associam, principalmente em um espaço como o da Casa de Portugal, tal qual a existente na cidade de Marília, de cujo assunto trataremos, de forma mais detalhada, mais adiante.

Roberto Cardoso de Oliveira em seu livro *Identidade, Etnia e Estrutura Social*⁴⁵, quando trata do conceito de grupo étnico, toma como base a crítica que Fredrik Barth faz sobre esse conceito dizendo que grupo étnico é "unidade portadora de cultura" (R.C. Oliveira *apud* F. Barth, 1976, p. 2), ou seja,

⁴⁵ Oliveira, Roberto Cardoso de, *Identidade, Etnia e Estrutura Social*, Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1976



grupo étnico é um tipo de organização utilizada pelas pessoas para se relacionarem.

Analisando-se esse conceito, pode-se concluir que, na medida em que as pessoas se valem da identidade étnica para classificar a si próprias e aos outros no sentido de tentar uma interação entre si, essas pessoas acabam por compor grupos étnicos em forma de organização. Percebe-se que foi neste sentido que se criaram espaços como os existentes, sendo a Casa de Portugal de Marília um desses espaços.

A noção de identidade contém duas dimensões, afirma o autor acima mencionado. Existe a identidade individual ou pessoal e a social ou coletiva, porém ambas estão interconectadas, permitindo tomá-las como dimensões de um mesmo fenômeno, situado, porém, em diferentes níveis de realização. *“a identidade social surge como a atualização do processo de identificação e envolve a noção de grupo, particularmente a de grupo social”* (R.C.Oliveira, 1976, p. 5)

Afirma também o autor que a identidade social não se descarta da identidade pessoal, pois esta também de algum modo é reflexo daquela, dizendo que o conceito de identidade pessoal e social possui um conteúdo reflexivo ou comunicativo, supondo relações sociais como um código de categorias com intuito de nortear o desenrolar dessas relações. Continuando sua explanação, o autor diz que no âmbito dessas relações interétnicas este código tende a se ressaltar como um sistema de “oposições” ou “contrastes”, afirmando em seguida ser essa a noção de “identidade contrastiva”.

Porém o que vem a ser essa identidade contrastiva ? Explica Roberto Cardoso de Oliveira que *“a identidade constrastiva parece constituir-se na essência da identidade étnica, i.e., à base da qual esta se define. Implica a afirmação do nós diante dos outros”* (R.C.Oliveira, 1976, p.5)

Esclarece o autor que essa identidade existe quando uma pessoa ou um grupo de pessoas se afirmam como tais, fazendo desse posicionamento um meio de diferenciação em relação a outra pessoa ou outro grupo com que se defrontam. Essa identidade surge por oposição e não se afirma isoladamente. Portanto, partindo de Barth, o autor pode então elaborar a noção de identidade contrastiva, tomando-a como a essência da identidade étnica, ou seja, quando uma pessoa ou grupo de pessoas se afirmam como tais, fazem-no como meio de diferenciação em relação a alguma outra pessoa ou grupo com que se defrontam; é uma identidade que surge por oposição, implicando a afirmação do nós diante do outros, jamais se afirmando isoladamente. (R.C.O, p. 36)

A teoria que dá sustentação à presente pesquisa se relaciona com a teoria da identidade étnica, e isso ficou constatado na pesquisa empírica, pois os imigrantes que vieram para a região oeste do Estado de São Paulo, mais precisamente para a cidade de Marília(SP), acabaram por manifestar essa etnicidade através da criação de seu espaço ou seja a Casa de Portugal de Marília.

Estes objetivos foram devidamente protelados: a) a criação de uma rede social e cultural no Brasil, pela criação de poderosas associações, gabinetes de cultura, escolas e hospitais; nas relações com Portugal, por via de personalidades da vida política local que em diversas situações de exílio acolheram, bem como pelo intercâmbio de intelectuais e de artistas.

Capítulo III – A emigração como alternativa de uma vida melhor

3.1 – Espaços portugueses na sociedade brasileira

A partir da independência do Brasil os portugueses aqui residentes e os nascidos em terra brasileira passaram a considerar-se brasileiros. Porém uma camada de personalidades portuguesas, cuja situação econômica lhes permitiu condições também políticas de permanecerem como portugueses residentes no Brasil sem qualquer sacrifício de sua nacionalidade, deram início a diversas obras.

Necessário se faz distinguir essas personalidades dos imigrantes pobres, de origem rural e freqüentemente analfabetos. Essas pessoas eram geralmente a elite, haviam conquistado seu lugar no seio da sociedade brasileira e, pela condição de proeminência social e financeira e muitas vezes até intelectual, transitavam com desenvoltura na nova elite dominante, porém como portugueses, visando à implementação de uma ação benemerente e de promoção cultural das relações entre os dois países.

Para a Prof^a Maria Beatriz Rocha Trindade esses espaços foram criados pela persistência dos então portugueses residentes no Brasil, pois

“Estes objetivos foram devidamente prosseguidos: através da obra social e cultural realizada no Brasil, pela fundação de poderosas associações, gabinetes de leitura, escolas e hospitais; nas relações com Portugal, por via de personalidades da vida política lusitana que em diversas situações de exílio acolheram, bem como pelo intercâmbio de intelectuais e de artistas.

Refira-se, neste último caso, o prestígio e a popularidade do teatro português no Brasil, quer através de companhias dramáticas quer de teatro de revista, mencionando-se ainda as *tournées* brasileiras de conceituados artistas portugueses.

Imaginamos este círculo como relativamente fechado, como o costumam ser as oligarquias; adivinhamos a complexidade dos mecanismos de acesso para os não membros, passando por um explícito sucesso econômico ou por reconhecido empenhamento em iniciativas da comunidade na sua região de implantação no Brasil. Com acesso mais direto, havia os homens de letras, políticos e outras personalidades proeminentes recentemente provindos de Portugal, que acrescentavam o seu prestígio ao das instituições culturais então nascentes”⁴⁶

O primeiro movimento associativo oriundo desse movimento deu origem ao Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro em data de 1837.

Com o fim precípua de desenvolvimento intelectual, mental e moral de todos aqueles que ali tivessem aspirações de progresso, foi inaugurado referido espaço. Em sua esteira foi criada a Sociedade Portuguesa de Beneficência, também no Rio de Janeiro em 1846, *“destinada a amparar os imigrantes portugueses vítimas de doença, bem como os pobres ou inadaptados. Pode considerar-se esta instituição como o embrião de outras organizações de socorros mútuos existentes em quase todos os estados do Brasil.”* (Rocha-Trindade, 2000, p. 74).

Na esfera da educação, foi criado também o Liceu Literário Português (1868) que atendia pessoas pobres e de todas as nacionalidades, ou ainda os dedicados exclusivamente à educação de associados e de seus filhos, descendentes de portugueses, como foi o Centro Lusitano D. Nuno Álvaro Pereira

⁴⁶ Rocha-Trindade, Maria Beatriz e Caeiro, Domingos – Portugal – Brasil migrações e migrantes 1850-1930 – Edições INAPA, Lisboa, 2000, p. 73

(1920), onde funcionava a Escola Portuguesa, sendo considerado o primeiro exemplo de associação social, que mantinha uma dinâmica além da filantropia, pois defendia um ideal de progresso de seu povo.

Como já explanado neste trabalho, a segunda metade do século XIX conhece uma profunda modificação social no Brasil. A abolição dos escravos, a política de imigração em massa, fizeram com que os portugueses, principalmente da região de Entre Douro e Minho, viessem em grande número para o Brasil. Historiadores apontam que mais de um milhão e trezentas mil pessoas dessas regiões aportaram no Brasil entre 1850 e 1930.

Desses portugueses que aqui aportaram, toda sorte de acontecimentos os aguardaram. Muitos ficaram doentes, morreram, outros tantos tornaram-se miseráveis e outros, ainda que não sofreram repatriação forçada, ou voltaram por sua conta e risco, acabaram por vencer, conseguindo após muito trabalho o sucesso almejado.

Afirma a professora Rocha Trindade:

“É em todo este período que se torna mais relevante e indispensável a ação benemerente das poderosas associações de Portugueses no Brasil, criadas desde a independência e que continuaram a proliferar e a desenvolver-se.

Embora com muito menor impacto social ou projeção pública, numerosíssimas associações e organizações locais de modesta dimensão promoveram o convívio e a partilha conjunta de experiências, de dificuldades, de interesses e de sentimentos. Em muitos desses casos tratava-se de portugueses emigrados de região ou local de naturalidade comum, encontrados em dado local de naturalidade comum, encontrados em dado local no Brasil e procurando conferir apoio mútuo às suas solidões e saudades.”⁴⁷

⁴⁷ ibidem, p. 80

Para Manuel Diegues Júnior

"Numerosas são as associações, de diferentes fins, que na legislação do Império encontramos autorizadas a funcionar. Uma delas, a Associação Espanhola de Beneficência, cujos estatutos foram aprovados pelo Decreto nº 2.564, de 24 de março de 1860, destinava-se a socorrer aos espanhóis necessitados e enfermos que a ela recorrem; outra é a Sociedade Portuguesa de Beneficência, composta de portugueses, autorizada a funcionar pelo Decreto nº 2.764 de 23 de março de 1861...

Associações de beneficência vão surgir em São Paulo também, principalmente fundadas por portugueses e alemães, em época mais ou menos semelhante às que se fundaram no Rio de Janeiro. Aliás, a Sociedade Portuguesa de Beneficência de São Paulo é pouco anterior à do Rio, datando de 1859, ao passo que a Alemã de São Paulo é do ano seguinte...

Contudo, não somente sociedades de beneficência é que fundaram os estrangeiros imigrados no Brasil. Se em relação a essas sociedades, as de beneficência, é possível encontrar uma para cada grupo nacional, o contrário se verificará em relação a sociedades para outros fins, recreativos, sociais, musicais, artísticos, pois iremos encontrar mais de uma para cada grupo étnico nacional. O espírito associativo vivido no país de origem foi transplantado, e desabrochou intensamente no Brasil, tanto no Rio ou em São Paulo como em qualquer outra área onde os imigrantes se fixaram"⁴⁸

Verificando-se de forma global e histórica a obra associativa dos Portugueses no Brasil, após um primeiro momento de grandes obras pela criação de enormes espaços culturais, como o Gabinete Real de Leitura, e ainda de

⁴⁸ Diegues Júnior, Manuel. Imigração, Urbanização e Industrialização, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964 . págs 269 e 270

pequenas outras associações espalhadas pelo território brasileiro, como associações de beneficência, bibliotecas, escolas e caixas de socorros mútuos, verifica-se uma nova linha de esforços no sentido de harmonizar esses trabalhos.

Na esteira desse novo pensamento surgiu a idéia da criação de uma CASA DE PORTUGAL, capaz de, como diz a Professora Rocha Trindade: *"abranger, numa lógica federativa, toda a rede associativa dos Portugueses no Brasil, a despeito das suas diversidades de objetivos, natureza e constituição orgânica."* (Rocha Trindade, 2000, p. 80).

3.2 - A Casa de Portugal em Marília

Em 02 de outubro de 1963, na cidade de Marília, nos moldes das demais existentes nas cidades da região que possuíam idêntica forma de organização, foi fundada a Casa de Portugal de Marília, com a finalidade de difundir a cultura portuguesa e servir como apoio e união da colônia portuguesa dos moradores desta cidade, como também de toda a região. Esse era o pensamento dominante dos idealizadores e fundadores da Casa de Portugal.

Como anteriormente mencionado, a intenção era de que esse espaço fosse destinado para a comunidade portuguesa residente em Marília e que, naquele local, pudessem obter apoio diante de eventuais necessidades e principalmente manterem vivas suas raízes, afirmando-se como um grupo étnico.

Como nosso estudo se baseia em dados históricos e em depoimentos e relatos de pessoas que vivenciaram o fenômeno imigração e cujos momentos foram marcantes em suas vidas, desde a saída da terra natal até a chegada na cidade de Marília, os estudos acerca da memória oral e também dos documentos apresentados pelos depoentes são de fundamental importância para que possamos identificar se existe alguma relação entre o desenvolvimento da cidade e a efetiva contribuição desses imigrantes portugueses.

Analisando-se o conteúdo dos estatutos da Casa de Portugal de Marília em seus primeiros artigos, vemos que realmente sua criação, bem como denominação e suas finalidades ficam evidenciadas quanto ao estudo teórico apresentado neste trabalho, pois são claros os objetivos da existência deste espaço criado pela colônia portuguesa de Marília, seguindo obviamente outras anteriormente já instaladas no Brasil, porém com os objetivos claramente idênticos.

Pela simples leitura do texto legal, constante nos estatutos sociais da Casa de Portugal de Marília, é claramente perceptível o porquê de referido movimento étnico. Para melhor ilustração desta assertiva, transcrevemos abaixo os três primeiros artigos que servem de normas gerais a todos os sócios da Casa de Portugal de Marília.

**"CASA DE PORTUGAL DE MARÍLIA – SÃO PAULO –
BRASIL - ESTATUTOS**

Fundada: 1º de Dezembro de 1963

CAPITULO I

Da Sociedade, Denominação e Seus Fins.

Art. 1º - A "CASA DE PORTUGAL DE MARÍLIA" é uma associação civil, com sede e foro jurídico na cidade e comarca de Marília, Estado de São Paulo a sua denominação é uma homenagem cívica que seus fundadores e todos os seus sócios prestam, reverentemente, à grande Pátria de além mar, de caracter puramente Cultural, Assistencial e Recreativa.

Art. 2º - A sociedade é constituída por um numero ilimitado de sócios, única e exclusivamente, de nacionalidade portuguesa, de ambos os sexos, com duração indefenida, estranha a credos políticos –

partidários, religiosos e filosóficos, e de acordo com as normas e condições exaradas nestes Estatutos, ela se regerá.

Art. 3º A "CASA DE PORTUGAL DE MARÍLIA, para satisfação dos seus objetivos deverá proceder no molde a preencher todas as suas finalidades previstas na sua constituição a saber: alínea a) Com objetivo cultural se compreende:

Primeiro – Estudar e estar ao par da vida filosófica, científica, moral e social de Portugal e do Brasil.

Segundo – Informar sobre as atividades intelectuais referidas no item anterior, cujas informações deverão estar sempre atualizadas.

Terceiro – promover conferências, sessões artísticas, exposições e congresso luso-brasileiros.

Quarto – Dar, periodicamente, publicidade a estudos sobre Portugal intelectual.

Quinto – Organizar e manter sempre atualizada uma biblioteca.

Sexto – Promover a criação de uma discoteca sobre tudo de musica portuguesa e brasileira.

Sétimo – Organizar festas de acentuado cunho artístico.

Oitavo – Contribuir para a difusão do livro português no Brasil e do livro brasileiro em Portugal.

Nono – Procurar difundir por todos os meios ao seu alcance a instrução e a educação moral e cívica entre os portugueses.

Décimo – Realizar sessões cívicas sobre as grandes datas da história de Portugal e do Brasil.

Alínea B) Relativamente a parte referente à assistência, caberá a Diretoria deligenciar em todas as suas mais amplas modalidades as quais constarão de:

Primeiro – Prestar assistência médica, hospitalar e farmacêutica aos portugueses e brasileiros e, se possível, todos indiscriminadamente, sempre de acordo com as possibilidades financeiras da sociedade.

Segundo – Conceder auxilio pecuniário, proteção e defesa aos portugueses necessitados, a juízo da Diretoria.

Terceiro – A Diretoria promoverá a organização de cadastro dos eventuais indigentes da colônia portuguesa radicada na região.

Quarto – Adotar medidas tendentes a eliminar a indigência dentro da colônia portuguesa.

Quinto – Promover a repatriação de todos os portugueses necessitados de tal benefício.

Sexto – Empenhar-se na colaboração dos desempregados e imigrantes portugueses.

Alínea C) São de caracter Recreativo e como tal estimuladas pela Diretoria as que se relacionar com as seguintes:

Primeiro – As que forem plantadas por normas evocativas da vida do povo português e das tradições da amizade existentes entre o Brasil e Portugal.

Segundo – As que se organizarem relativamente a jogos, puramente esportivos, reunião litero - recreativas, bailes, excursões, recitais etc. Sempre todas que sejam permitidas pelas leis brasileiras.

Parágrafo Único – A Diretoria sempre que possível, promoverá em sua sede, apresentação de artistas portugueses e brasileiros.”

Portanto, analisando-se os primeiros artigos dos Estatutos Sociais da Casa de Portugal de Marília, que vige até nossos dias, percebe-se novamente, de maneira clara e concisa, a preocupação dos portugueses residentes em Marília e que dela participam, desde sua fundação, até nossos dias, em agruparem-se, fazendo permanecer vivas suas raízes, porém denota-se uma preocupação: a de não deixar esquecida a pátria receptora, ou seja, o Brasil.

Nota-se mais, os integrantes dessa organização trabalham no sentido de que a identidade e a cultura desse grupo étnico sejam mantidas, por meio de eventos, como festas com cunho artístico, sessões cívicas sobre as grandes datas da história de Portugal e do Brasil, dentre outras atividades voltadas para os portugueses que participam da referida organização.

Além deste prisma cultural, verifica-se também a preocupação em regulamentar a ajuda mútua entre seus iguais, e isso está expresso nos estatutos sociais, quando diz ser cabível a prestação de assistência médica, hospitalar e farmacêutica sempre que possível financeiramente àqueles que desta ajuda estiverem necessitados.

Portanto a leitura e a interpretação desses primeiros artigos de lei, da organização denominada Casa de Portugal de Marília, evidencia que, sempre, em sendo possível, deve ser promovida a ajuda, com auxílio pecuniário, proteção e defesa, aos portugueses necessitados, a juízo da diretoria da CASA DE PORTUGAL. Portanto, aqui não se limita a ajuda, apenas aos associados, sendo a pessoa portuguesa, fará jus ao benefício.

Essas considerações demonstram que a teoria pesquisada se coaduna com a prática das pessoas estudadas, pois é clara a intenção desses indivíduos em manter os laços de etnia, dentro da esfera da organização estudada.

Pela pesquisa realizada através do presente estudo, é de se indagar por que foi criado um espaço dessa natureza na cidade de Marília (SP), nos idos dos anos 60 do século passado.

Quem eram essas pessoas e quem poderia efetivamente participar dessa associação. Definiu-se então que, para ser sócio da Casa de Portugal de Marília alguns requisitos básicos deveriam ser obrigatoriamente observados. Dizem os seus estatutos o seguinte: todas as pessoas de nacionalidade portuguesa que tiverem seus nomes inscritos no quadro social, não respondendo os mesmos por qualquer obrigação social pertinente à associação, serão considerados sócios. Isso é o que se vê constante nos artigos 32 e 33 dos estatutos sociais da Casa de Portugal.

Mais adiante, no mesmo capítulo, que cuida do ingresso das pessoas interessadas em fazer parte da sociedade analisada, vê-se a existência bastante nítida nas exigências estatutárias de uma carga de moralidade para o ingresso na associação, pois é requisito essencial que o candidato, para ser admitido como sócio da Casa de Portugal, deva necessariamente gozar de bom conceito e de reconhecida moralidade.

E pelas pesquisas realizadas não se vislumbra a quem era dado o direito, e ainda hoje persiste tal regramento, de competência para analisar esses critérios, que evidentemente são subjetivos. Não considerando ainda que o grande fluxo de imigrantes portugueses que para Marília se dirigiram nos anos da inauguração da Casa de Portugal, não traziam consigo nenhum tipo de atestado moral. Possivelmente essa exigência significava e ainda significa um apego à moralidade reinante na época da elaboração do texto e não modificada ao longo do tempo.

Porém, para o candidato que ao se tornar novo sócio, após conseguir ultrapassar a fase de aceitação como novo iniciado nos quadros sociais da Casa de Portugal, prevê ainda a regra que, caso ele fosse excluído ou tenha solicitado, por iniciativa própria, a sua saída, nada poderá reclamar a título de indenização, regra que também persiste até nossos dias.



A CASA DE PORTUGAL de Marília, assim como as demais existentes na região, adotaram uma classificação na qual se enquadram seus sócios. São eles divididos em quatro categorias a saber: Sócios Contribuintes, Sócios Benfeitores, Sócios Beneméritos e Sócios Honorários.

Como a grande maioria das pessoas, para iniciar suas atividades associativas, como sócio contribuinte, era necessário que ele satisfizesse o pagamento correspondente “à jóia”, considerada uma contribuição pré-fixada como taxa de adesão, e periodicamente contribuía para os cofres sociais com as quantias que lhe fossem fixadas.

Para se tornar sócio, além de todos os requisitos acima mencionados, era necessária também a propositura de seu nome por um membro já pertencente ao quadro associativo, por meio de uma carta de apresentação, assinada por ambos, apresentante e proponente, e, somente após a devida apreciação e aprovação pela Diretoria, é que se considerava membro da Casa de Portugal.

Portanto, a análise do aspecto moral que envolvia o pretendente acabava ficando ao encargo dos membros da Diretoria da CASA, significando estar o candidato à mercê da carga moral desses diretores.

As demais modalidades de sócios, como o sócio benfeitor, dá-se quando a pessoa, mediante alguma doação efetuada à sociedade, se enquadre nos requisitos exigidos pelos estatutos, para agraciá-lo como sócio benfeitor, ou ainda quando ocorre que, a pessoa, por serviços relevantes prestados à sociedade, acabe se enquadrando nos requisitos exigidos para se tornar sócio benemérito e, por derradeiro, aos sócios honorários é dada essa condição, mas somente àqueles que mereçam tal distinção. Todas essas modalidades de sócios serão admitidas após deliberação do Conselho Deliberativo, após parecer favorável de uma comissão nomeada pela Diretoria da Casa de Portugal.

Todos os sócios gozam de direitos e deveres inerentes a sua condição e possuem como comprovante desta condição um cartão de identidade, sendo que para os sócios contribuintes, para que sejam considerados regulares junto à sociedade, é necessária a comprovação dos pagamentos periódicos devidos, ou seja, a mensalidade.

Como a grande maioria de seus sócios se enquadram na primeira categoria, ou seja, a de sócios contribuintes, prevêem os estatutos da Casa de Portugal que os sócios enquadrados na condição de beneméritos, benfeitores ou honorários, além de sua inscrição normal nos registros da sociedade, serão ainda agraciados com um Diploma de Honra e terão seus nomes transcritos em livro especial denominado "Livro de Honra da CASA DE PORTUGAL". Portanto, criaram uma deferência especial para com àqueles que efetivamente vierem a trazer benfeitorias à sociedade, sendo isso uma forma de manter sempre avivado nas pessoas o interesse de contribuir para a continuidade da sociedade.

Aqueles que elaboraram os estatutos tiveram a sensibilidade de inserir uma previsão legal, no sentido de que em caso de morte de algum de seus sócios, a sociedade prestará luto, por meio de sua diretoria e fará as homenagens devidas.

Quanto às pessoas dos sócios, quando em vida, a eles lhes é reservado o direito de integrar qualquer órgão da sociedade, receber a assistência e os benefícios prestados pela sociedade, participar das atividades sociais, propor a entrada de novos sócios, dentre outros direitos previstos no estatuto.

Porém, ao fazer a análise do texto legal que determina as regras de comportamento dos integrantes da CASA DE PORTUGAL DE MARÍLIA, o interessante é que tais regras, no tocante ao relacionamento dos encontros festivos e comemorativos, que determinam a etnia, vê-se que são extensivos os direitos de participar das festas recreativas e culturais os membros da família dos sócios: o cônjuge, suas filhas solteiras e filhos até 18 (dezoito) anos. Os parentes ou pessoas outras, que vivam em relação de dependência com o sócio, ou sob sua responsabilidade, poderão gozar dos direitos de participar das atividades

recreativas e culturais, desde que justificado o pedido de concessão, ficando ele sujeito à revisão.

Tal imposição de ordem estatutária no que se refere ao pedido de concessão, ficando sujeito à revisão, possivelmente pela Diretoria, nos remete necessariamente a uma análise do conteúdo desse texto. Qual a finalidade da criação de tal obstáculo na participação de outras pessoas, pertencentes a outro grupo étnico nos festejos típicos realizados pela colônia portuguesa ?

Será que essa exclusão étnica foi inserida de forma deliberada, impedindo que pessoas não portuguesas somente poderiam, e ainda hoje, podem participar dos festejos se consentidos pelos senhores diretores ?

Apesar da existência desse dispositivo estatutário que, demonstra a

esta reunião os seguintes diretores: José Carlos Vieira e Manoel Joaquim de Andrade (não justificaram a falta). Dando início aos trabalhos, o senhor Presidente pediu ao primeiro secretário que procedesse à leitura da correspondência expedida e recebida, o qual foi feito. Foi resolvido convocar o Conselho Deliberativo e demais associados para uma reunião a realizar-se no próximo dia quinze de maio, a fim de deliberarem sobre o festival denominado "NOITE DO FADO" a realizar-se no dia vinte de julho do corrente ano. De acordo com o resolvido na reunião anterior, a senhora Maria Pereira Nunes que está presente a esta reunião, concorda o proposto da diretoria ou seja: zelar pelo prédio, cuidar de sua limpeza sem qualquer ônus ou obrigação da entidade. Ficou esclarecido perante a interessada, que em troca de seus serviços, morará na Casa de Portugal de Marília juntamente com sua filha e genro gratuitamente, prontificando-se a desocupá-la, quando notificada pela diretoria que no ato responder pela Casa. Foi resolvido enviar ofício ao senhor Alberto Gonçalves Jaquier, comunicando-lhe a resolução da diretoria em reunião realizada em 20 de abril de 1970, concedendo-lhe um voto de louvor pelos serviços prestados quando da festa "Aquele Bacalhoadá". Foi apresentado um orçamento para caiação do prédio da Casa Ncr\$283,00 (duzentos e trinta cruzeiros novos) para pintura de madeiramento. A diretoria, achando o preço elevado, resolveu ofertar Ncr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros novos). Nada mais havendo a tratar o senhor presidente deu por encerrados os trabalhos e foi lavrada esta ata que depois de lida em voz alta e



achada de acordo, vai assinada pelos presentes e pela senhora Maria Pereira Nunes. Seguem as assinaturas.”

(Livro de ATA nº 01, fls. 39 vº e 40)

Pela ata acima transcrita, verifica-se claramente que a preocupação da diretoria da CASA, bem como de seus sócios, é no sentido de manter vivas as raízes da cultura portuguesa, pois além de deliberarem a realização de uma “noite do fado”, ficou também deliberado votos de congratulações a uma pessoa de nome Alberto, pela realização de uma “bacalhoadá”, eventos sociais, típicos do povo português.

Não se vê inserido neste documento nenhuma menção ao controle das pessoas que participaram dos festejos.

Quanto à participação dos senhores sócios, já se falou que a sua grande maioria era de sócios contribuintes, pois somente dessa forma se conseguiria a manutenção da CASA, e nesta esteira de pesquisa se vê, na análise do livro de atas, agora do Conselho Fiscal, que às fls. 04 e 04 vº em data de dezessete de dezembro de 1972, reuniram-se os srs. Conselheiros para deliberar aumento na contribuição dos associados, sendo que a mensalidade, que era de Cr\$2.50 passou a Cr\$5.00. Portanto um indicador de que as necessidades haviam aumentado.

Passadas mais de três décadas, a situação da CASA DE PORTUGAL DE MARÍLIA não sofreu grandes mudanças no que concerne aos seus objetivos iniciais. As festas continuam a realizar-se para que continue mantendo vivas as raízes da colônia portuguesa na cidade de Marília.

A fotografia abaixo demonstra claramente isso.



FOTO Nº 07 - FESTA TÍPICA REALIZADA NA CASA DE PORTUGAL DE MARÍLIA – ANO DE 2001

MARÍLIA, seu núcleo se deu em uma pequena sala alugada, na avenida Sampaio Vital, onde passou a funcionar juntamente com o vice-consulado de Portugal em Marília.

Nos dias atuais o número de sócios regulares somam 47 (quarenta e sete) pessoas. Tal número sofreu um decréscimo, sendo que os registros das famílias na Casa de Portugal, como residentes na cidade de Marília atualmente, apontam como sendo de aproximadamente 150 (cento e cinquenta) famílias, porém nem todas pertencem ao quadro associativo. No auge do processo migratório, constam dos documentos históricos na Casa de Portugal que residiam em Marília aproximadamente 1.200 famílias de portugueses, sendo que sócios da Casa eram 600 sócios.

Até a CASA DE PORTUGAL foi construída em um prédio de apartamentos de 10

A diminuição dos sócios se deve principalmente em razão de que o fluxo migratório de portugueses para o Brasil e também para a cidade de Marília diminuiu bastante. O que se nota nos dias atuais é uma inversão migratória, sendo que os jovens descendentes de portugueses passaram a caminhar em sentido contrário aos seus avós e pais; seguem para Portugal em busca de melhores dias. Porém as atividades da CASA DE PORTUGAL continuam, suas despesas diárias também, e para fazer frente a esse novo quadro da realidade

atual, a cobrança de mensalidades é um imperativo, o valor nos dias de hoje gira em torno de R\$20.00(vinte reais), e como aporte de capital para eventuais despesas extraordinárias, é lançado o expediente de realização de eventos gastronômicos, como almoços e jantares típicos portugueses, agora porém abertos a toda a comunidade da cidade de Marília, sem observância rígida dos freqüentadores de tais eventos.

As dificuldades de manter-se viva a cultura portuguesa aumenta na mesma proporção em que os descendentes do grupo étnico começam a envelhecer, e exatamente em razão desse fato é que o ideal inicial de convivência entre os portugueses aqui residentes, é mantido, no intuito claro de atender aos interesses estampados nos estatutos sociais, a que se submete a referida sociedade desde a data de sua fundação até nossos dias.

Para ilustrarmos o que se tornou hoje a CASA DE PORTUGAL DE MARÍLIA, seu início se deu em uma pequena sala alugada, na avenida Sampaio Vidal, onde passou a funcionar juntamente com o vice-consulado de Portugal em Marília. É necessário a análise dos dados coletados, a pesquisa nos demonstrou isto, pela leitura das atas. Após houve a mudança para a sede própria, nos idos dos anos de 1970, em um imóvel situado na Rua Amazonas nº 02, cuja aquisição se deu pelos sócios de então, mantido que foi pelas diretorias subseqüentes.

E recentemente, no ano de 1996, foi construída a nova sede social da CASA DE PORTUGAL DE MARÍLIA.

Anexa à CASA DE PORTUGAL foi construído um edifício de apartamentos de 10 andares, passando a referida CASA a ter como propriedade uma unidade condominial no referido Edifício denominado "Sagres". Exatamente por este dinamismo, demonstrado pela colônia e por alguns de seus integrantes, tornou-se o referido imóvel, conforme demonstram as fotos abaixo, a consolidação, na cidade de Marília(SP), da presença dos imigrantes portugueses, constituindo-se em um marco arquitetônico da colônia portuguesa em nossa cidade.



As fotos da atual sede da CASA DE PORTUGAL DE MARÍLIA demonstram o progresso daqueles jovens imigrantes, que nesta terra aportaram um dia, com o firme propósito de trabalhar e triunfar na vida, e com esse sentimento e a necessidade de marcar sua presença, na sociedade receptora, esse mesmo povo, imbuído de idealismo, conseguindo sair da letra de seus estatutos sociais, transformaram as palavras em ação, edificaram seu espaço, e demonstram com isso a pujança de um povo empreendedor.

As imagens falam por si.



FOTO N° 08 – CASA DE PORTUGAL DE MARÍLIA - RUA AMAZONAS N° 02 – centro – Nov/ 2002



FOTO Nº 09 – CASA DE PORTUGAL DE MARÍLIA - RUA AMAZONAS Nº 02 – centro – Nov/ 2002

Quarta-feira em 18 de agosto
 Quarta-feira em 18 de agosto
 Para que todos possam ver
 todos a par e a porfia
 De uma não é pequena (Fernando Pessoa)

Em seguida a seus pontos vêm os discursos dos Poderes Públicos da cidade de Marília, onde se lê:

"A Prefeitura Municipal presta sua homenagem à cultura portuguesa que com seu povoamento e trabalho, desde a chegada desta cidade, colabora de maneira expressiva para a sua crescimento e desenvolvimento" (03 de abril 1984)

Tal reconhecimento do Poder Executivo Municipal, materializado através do mural e da criação do espaço público e nos discursos de planeamento, demonstram de forma cabal o reconhecimento e a importância atribuída pela Marília à presença da cultura portuguesa no desenvolvimento da cidade.

Como é praxe da civilização portuguesa, sempre que conquistam espaços fora de seu território, desde a época das grandes conquistas, descritas nos livros de história, o povo português tem como tradição fincar o marco de sua conquista, e nas imediações da CASA DE PORTUGAL DE MARÍLIA, mais precisamente defronte ao imóvel, não foi diferente.

Ali se edificou, com o beneplácito do Poder Executivo e Legislativo da cidade de Marília(SP), a Praça denominada “Casa de Portugal”, onde o pedestre, com alguma curiosidade, poderá ler em sua placa alusiva ao fato o seguinte poema, que passo a transcrever:

*“Ó mar salgado, quanto do teu sal
são lágrimas de Portugal
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!
Valeu a pena ? tudo vale a pena
Se alma não é pequena” (Fernando Pessoa)*

Em seguida a esse poema, vêm os dizeres dos Poderes Públicos da cidade de Marília, onde se vê:

“A Prefeitura Municipal presta sua homenagem à comunidade portuguesa que com seu pioneirismo e trabalho, desde a fundação desta cidade, colaboraram de maneira expressiva para o seu crescimento e desenvolvimento” (03 de abril 1999)

Tal reconhecimento do Poder Executivo Municipal, materializado através do marco e da criação do espaço público, e nos dizeres da placa respectiva, demonstram de forma cabal o reconhecimento e a importância atribuída pelo Mariliense à presença da colônia portuguesa no desenvolvimento da cidade.



FOTO Nº 10 – MARCO HISTÓRICO DA PRESENÇA PORTUGUESA NA CIDADE DE MARÍLIA – SP –
Nov/2002



FOTO Nº 11 – MARCO HISTORICO DA PRESENÇA PORTUGUESA NA CIDADE DE MARILIA - SP
Nov/2002

Capítulo IV – Memória

Neste capítulo dos estudos acerca da memória, como fenômeno individual ou coletivo, pretendem-se analisar os fatos relatados de nossos depoentes, para que se retirem desses testemunhos de vida, informações relevantes a respeito de “saúde”, realizações de “sonhos”, e o possível “retorno” à terra de origem.

Seguindo nesta linha de pesquisa, a opção foi por uma forma de obter estas informações, pela de coleta de dados que trabalhasse com experiências singulares. Pelos relatos dos próprios imigrantes portugueses que vivem na cidade de Marília(SP), conseguimos por meio dessas entrevistas, que se deu de forma individualizada, algumas delas na sede da CASA DE PORTUGAL, outras nas residências das pessoas envolvidas, e ainda outras, em seus locais de trabalho, conseguimos levar o sujeito a fazer sua própria autobiografia. *“A narração da própria vida é o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem de lembrar. É a “sua” própria memória”*⁴⁹.

Para dar andamento a esse tipo de pesquisa, existe a necessidade de se conhecerem algumas técnicas orais, para que pudéssemos desenvolver o trabalho de pesquisa de campo.

A história oral tem como pressuposto o respeito e a valorização das falas do depoente, demonstrando a necessidade de se tomarem todas as precauções e cuidados com a forma de se conseguir o depoimento, e ainda, todos os movimentos necessários para a sua realização.

Neste trabalho, entrevistador e entrevistado, o papel atribuído ao primeiro é de suma importância, cabendo mais ouvir do que falar. Pode excepcionalmente intervir na fala do entrevistado, ou indagar sobre eventual ponto não esclarecido adequadamente, porém é imperioso saber respeitar as posturas do depoente.

⁴⁹ Bosi, Ecléa. Op. Cit, p. 68



Durante a pesquisa, realizamos aproximadamente seis entrevistas com imigrantes portugueses com idade igual ou acima de 50 anos, residentes na cidade de Marília(SP), e a partir da coleta desses dados, reconstruímos as trajetórias de sua vida, a partir de seus relatos.

A trajetória a ser percorrida estará embasada nos seguintes elementos básicos: a bibliografia consultada que nos fornecerá categorias de análise e teorias pertinentes ao tema.

A sistematização desta dissertação constituir-se-á em tomar as questões que irão emergir a partir do empírico, refleti-las e contextualizá-las, tendo como base a análise do material teórico que vem norteando o trabalho.

Para a realização das entrevistas, foi elaborado um roteiro de perguntas relacionadas à vida do imigrante, desde a sua infância, tal como o local de seu nascimento, até a data da imigração para o Brasil.

Quando emigrou, o que fazia em Portugal quando resolveu emigrar para o Brasil, o que os pais do emigrante faziam em Portugal, como o emigrante tomou conhecimento do processo de saída daquele país. Enfim, várias questões que deram embasamento empírico à pesquisa.

Prosseguindo com a pesquisa, foi perguntado aos imigrantes: quando chegaram ao Brasil, qual foi a recepção, quais as principais dificuldades encontradas de adaptação à nova terra, qual foi o relacionamento nos primeiros anos de convivência com o povo brasileiro, o que pensa dessa convivência nos dias atuais, se sente "saudades" de sua terra de origem, se pretende voltar a viver em Portugal. Sendo o objeto principal da pesquisa a participação dos imigrantes no desenvolvimento da região oeste do Estado de São Paulo e principalmente a cidade de Marília, qual a participação efetiva de cada entrevistado neste processo de desenvolvimento.



A fala dos imigrantes entrevistados está carregada de significados, portanto o percurso é baseado no diálogo com ele, procurando traços que caracterizem o “espírito português”, além de explorar a ambigüidade que aparece na maioria das falas desses imigrantes, pois a todos é dado como certo de que o Brasil parece todo português, sendo todos irmãos.

Partindo desse pressuposto, o imigrante português vê o Brasil como uma pátria irmã, ou até mesmo, como uma extensão de sua pátria, acreditando que isso tenha facilitado a sua adaptação à nova terra, e além disso, em muitos casos a imigração em particular se deu, exatamente pelas relações comerciais e políticas existentes entre as duas nações. O fato de o Brasil ter sido colonizado por Portugal e ter assimilado muito a sua cultura, principalmente sua língua, interferiu na decisão de migrar. Isso é fato.

Portanto as indagações que foram feitas e que norteiam o processo investigativo desta relação entre os irmãos portugueses e brasileiros, permitem saber se esses imigrantes se sentem brasileiros, até pelo tempo decorrido da imigração até nossos dias, se o objetivo inicial de cada um, quando resolveram vir para o Brasil foi alcançado, se dessa trajetória de vida ainda existe a vontade de retorno à sua terra natal de forma definitiva.

4.1 – Os portadores da memória

Para darmos início à análise das entrevistas e dos dados coletados, foram separados os conteúdos em categorias. O intuito é no sentido de facilitar o trabalho na busca de informações relevantes e que possam evidenciar as semelhanças desse processo migratório, bem como percebermos com mais nitidez as diferenças existentes entre os atores da vida real desse processo de saída.



A primeira das entrevistas, foi realizada na sede da CASA DE PORTUGAL DE MARÍLIA com o seu atual Presidente, o Sr. José Lopes, no mês de Novembro do ano de 2002. O referido entrevistado, além de prestar seu depoimento, em razão de sua condição de Presidente da sociedade Casa de Portugal de Marília, forneceu-nos de maneira gentil inúmeros outros documentos tais como os livros de atas da sociedade, fotografias dos eventos realizados naquele espaço, e que já se encontram algumas delas anexadas à presente pesquisa, juntamente com outras tantas fotografias e várias informações extremamente úteis para o desenvolvimento do presente trabalho.

A escolha das pessoas entrevistadas se deu, primeiramente, em razão do conhecimento prévio da existência da Casa de Portugal e também do relacionamento pessoal com o seu Presidente, o Sr. José. Os demais, envolvidos na presente pesquisa, foram escolhidos dentre aqueles que de alguma forma, acabaram por sobressair nas suas atividades em prol da colônia portuguesa.

Foi entrevistado o Vice-Cônsul Honorário de Portugal em Marília, Sr. Manuel, pessoa que participou ativamente da Casa de Portugal, desde os seus primórdios, divulgou, durante toda a sua trajetória de vida, e ainda nos dias atuais divulga as coisas de Portugal na cidade de Marília. As outras pessoas, por sua vez, cada qual a seu modo, também trouxeram sua cota de participação nesse processo de assimilação e adaptação dos portugueses ao Brasil.

Alguns exerceram seu mister, no âmbito da igreja católica, pois todos são católicos praticantes, e dentro da religião, como é o caso da Sra. Lea, ajudou a propagar a fé cristã do povo português que aqui vive. Outros, como Sr. Antonio Esteves e o Sr. Antonio Martins, acabaram por atingir suas metas, dentro de suas atividades comerciais.

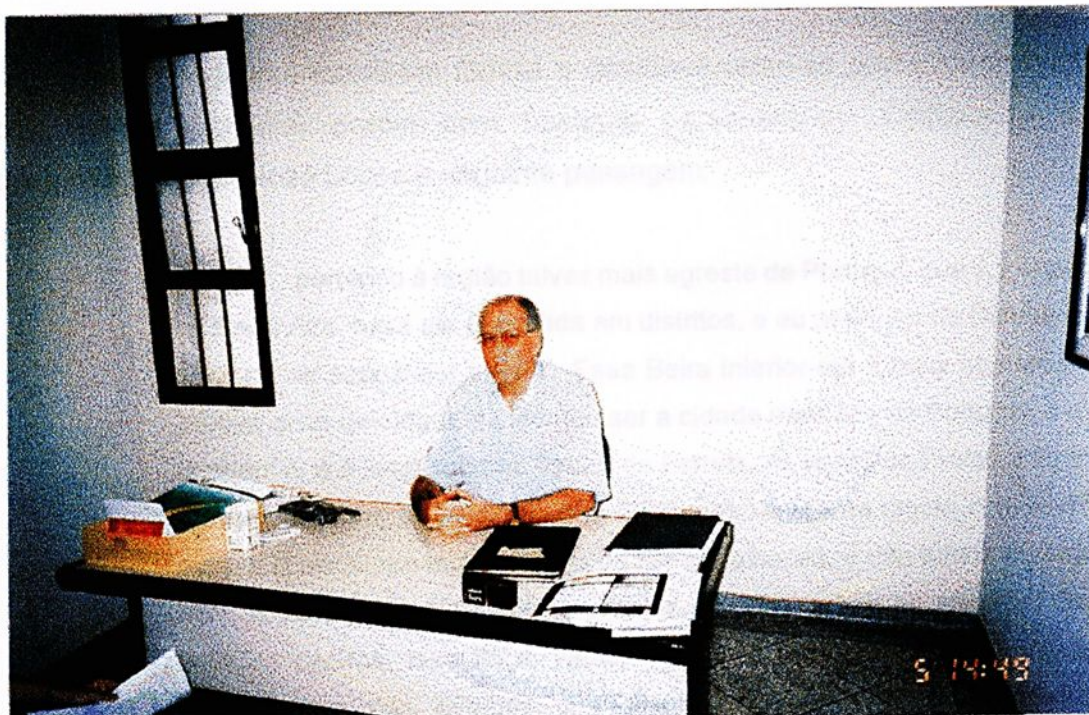


FOTO Nº 12 - Sr. José Lopes – Presidente da Casa de Portugal de Marília – Sala da Presidência da CASA DE PORTUGAL – Rua Amazonas, 02 – centro – Marília (SP) – Nov/2002

A análise do material obtido por meio das entrevistas, permitiu o levantamento de alguns tópicos, que serão apresentados, demonstrando a trajetória de vida desses imigrantes.

4.2 – A vida na nova terra, as realizações, saudade e sonhos

4.2.1 – Origem

Partindo-se do marco zero, ou seja, a origem dos entrevistados, constatou-se que todos os entrevistados, além das outras pessoas mencionadas por eles, embarcaram na “aventura” de vir morar na nova terra, terra prometida, como se propagava na terra sua natal, todos, sem distinção, vieram da zona rural de Portugal.

Aqui chegando, formaram família e desenvolveram-se profissionalmente, com muito sacrifício, porém com bastante perseverança. Destaca-se do depoimento do Sr. José Lopes a seguinte passagem:

“...pertencem à região talvez mais agreste de Portugal, que é a região da Beira Alta, essa ala é dividida em distritos, e eu pertencem ao Distrito da Guarda, ou seja Beira interior. Essa Beira interior ela é mais conhecida, porque além da cidade da Guarda ser a cidade mais alta de Portugal, é ali também que é localizada as Terras da Estrela. As terras da Estrela são as terras mais altas de Portugal, tem 2000 metros. É uma região com muito agreste, com terras muito difíceis de ser trabalhadas, e não temos ali, veja bem, o povo migrou ou para o exterior ou para Lisboa ao encontro dos grandes centros. Isso foi a, vamos dizer assim, a parte mais difícil de segurar que nós tivemos, e viemos procurar aqui, uns vieram colaboradores, foram para África e os outros foram para a Europa. Agora de 1960 em diante, principalmente na década de 60...no ano de 1960. 90% ou mais foram para a França, Suíça, Alemanha, esses países. Quero prestar reconstrução (sic) , precisavam reconstruir e precisavam muito de mão-de-obra, principalmente a França, que foi talvez o país que mais se desenvolveu , ou que mais rapidamente conseguiu sair daquela fase pós-guerra, então o trabalho básico, o trabalho pesado, era feito por imigrantes. Portugueses, espanhóis, imigrantes da África, muita gente da África; e hoje a colônia portuguesa na França, é maior que a colônia portuguesa no Brasil. Sendo que o Brasil, veja bem, vem desde a colonização, desde 1500. Mas de 60 para cá, não houve praticamente aumento e vieram aqueles que tinham mais condições, que vinham já para algumas empresas, que trabalhavam temporariamente, e retornavam ao seu País.”

Essa região, Distrito da Guarda, é considerada a região pobre de Portugal, ou ao menos naquele período histórico era assim considerada por seus habitantes. Aliás, não se trata de consideração meramente, quando se extraem relatos de vida, como é o caso, claramente se vêem estampadas no rosto da pessoa que presta seu relato, as agruras sofridas por eles, e então começa a entender esses imigrantes.

No depoimento colhido do Sr. Manuel Joaquim Pires, Vice-Cônsul Honorário na cidade de Marília(SP), nota-se também que sua origem também é a mesma do Sr. José, ou seja, Distrito da Guarda. Abaixo transcrevo o que se pode extrair de seu depoimento:

“Eu sou da Quinta de Gonçalo Martins, embora Quinta queira dizer sítio – chácara grande – não é, Quinta de Gonçalo Martins é uma aldeia, uma aldeia até grande, do Conselho e Distrito da Guarda e Província da Beira alta em Portugal, certo? Então, o meu pai veio em 1939, depois veio a Guerra e meu pai, sem saber escrever, quer dizer, nós sofremos todas as conseqüências, muitas vezes sem notícias, e todas aquelas coisas...”

Quando da realização da entrevista com o Sr. Manuel, foi solicitado e nos foi permitido documentar, mediante fotografia, a pessoa do depoente, Vice-Cônsul, em seu local de trabalho, onde exerce atualmente as funções consulares, juntamente com a de agente de viagens, o que redundava em constantes contatos com a terra de origem.

Aliás, dessa nova atividade empresarial do depoente, pode-se extrair que em muito contribui para o intercâmbio dos portugueses que aqui residem com a terra natal.

A título de ilustração, segue abaixo a fotografia do depoente.

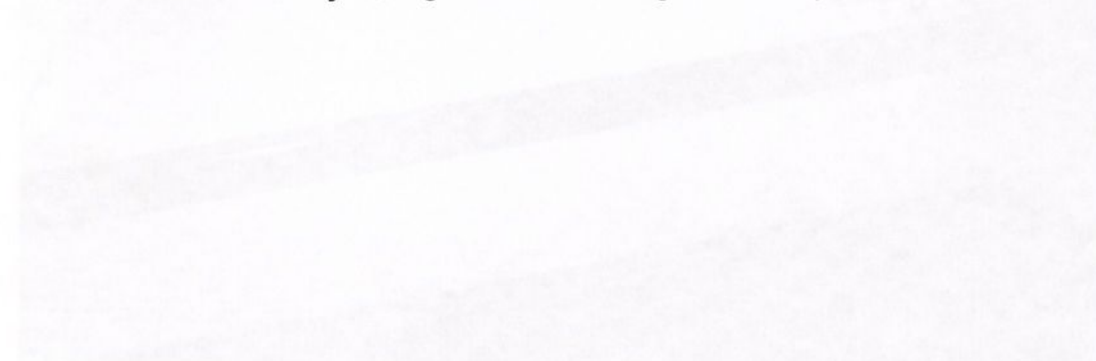


Foto nº 13 - Sr. Manuel Joaquim Pires - Vice-Cônsul Honorário de Portugal em Marília (SP) - Nov 2002

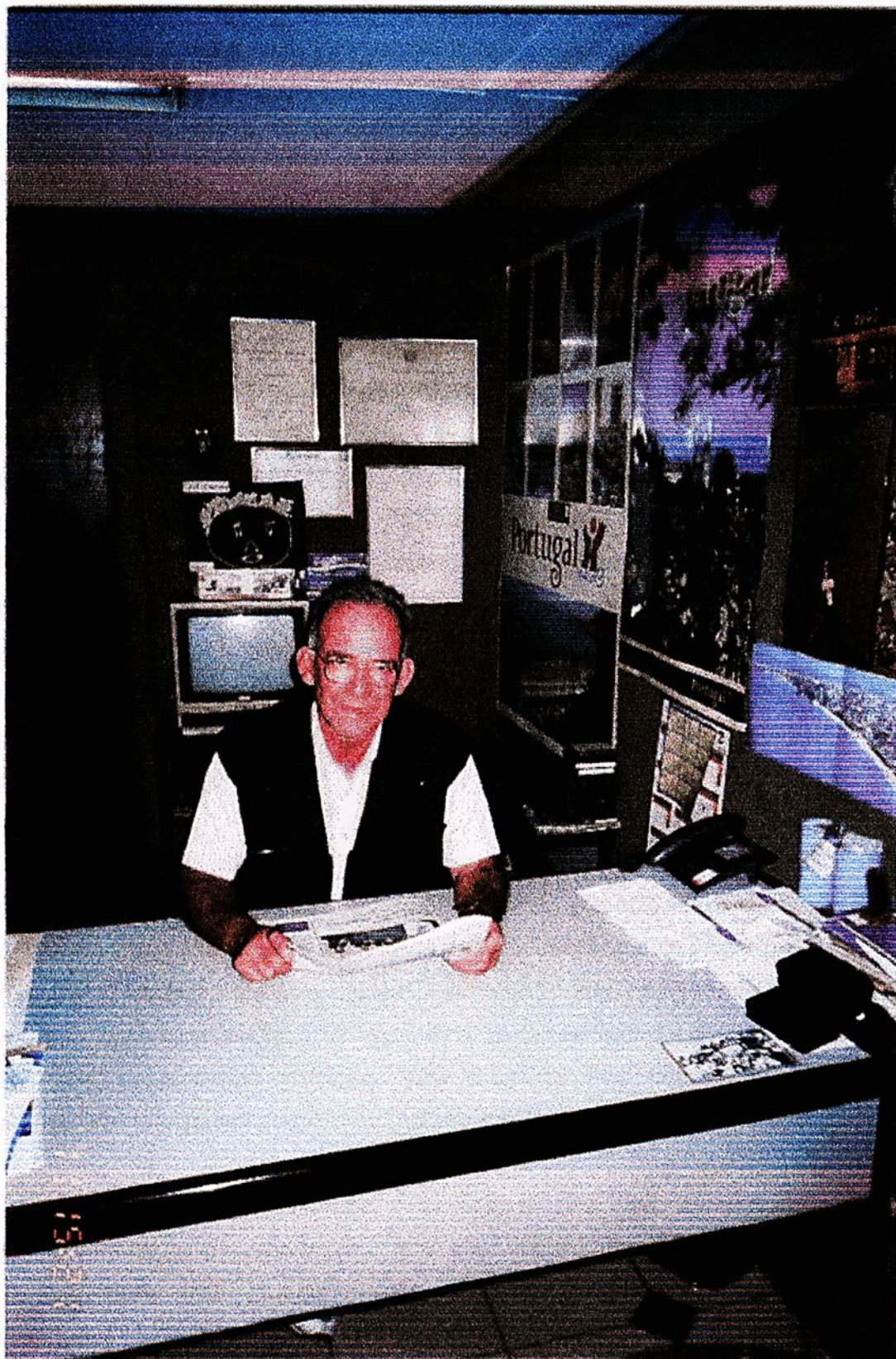


Foto nº 13 – Sr. Manuel Joaquim Pires – Vice-Cônsul Honorário de Portugal em Marília (SP) – Nov/2002

Pelo depoimento dos Srs. Antonio Esteves e Antonio Martins Pereira, esse último com 69 anos, ambos possuem a mesma origem, ou seja, são nascidos em Proença Nova, Distrito de Castelo Branco, Província de Beira Baixa, região central de Portugal, próximo à divisa com a Espanha. Havendo, portanto, uma convergência de origem, o que demonstra como sendo verdadeira a rede de informações, cujo teor serviu de influência aos pretendentes a se tornarem imigrantes.

A única mulher do grupo de entrevistados, a Sra. Lea Maria dos Santos Andrade, atualmente com 62 anos de idade, nasceu em Traz-dos-Montes, aldeia de São Martinho de Anjo. Segundo seu relato, ela vivia com a família na capital chamada Vila Real. Porém, como era costume naquele tempo, sua mãe, quando de seu nascimento, como a família de sua mãe, residia na aldeia São Martinho. E foi lá que todos da família nasceram, na mesma casa, inclusive no mesmo quarto e mesma cama; com ela não foi diferente. Pois não havia hospitais, os partos eram feitos pelas “parteiras”, pessoas que gozavam da mais alta confiança das mulheres gestantes de então. Portanto a sua origem é o Sul de Portugal, porém a região também é agrícola.

O que se constata, pelos depoimentos colhidos e ainda dos demais indícios que as entrevistas proporcionaram, a procedência dos imigrantes conflui e nota-se claramente a semelhança de origens e a predominância de imigrantes de sexo masculino, estampadas nos dados estatísticos, que embasaram o presente trabalho, consoante fls. 38 e 40. Apesar de os dados tratarem de período anterior aos dos depoimentos colhidos, pela memória dos entrevistados, foi-nos assegurado tais semelhanças, que nos permitem concluir pelo seu acerto.

De todos os entrevistados, à exceção da Sra. Lea, que emigrou para o Brasil, em razão do matrimônio, pois seu marido após contrair núpcias ela, resolveu iniciar uma nova vida, como imigrante. Todos vieram muito jovens, na mais tenra idade. Em sua grande maioria para cá vieram com 14 ou 15 anos de idade, portanto não passavam de meninos ainda.

4.2.2 – As relações familiares

As relações familiares acabaram por ser prejudicadas, pois saíram de sua terra natal, deixando os familiares, fugindo da guerra ou ainda das suas conseqüências, da falta de emprego, da falta de perspectiva e de tantas outras faltas, que para um jovem não são concebíveis, devido a pouca paciência para entender e aguardar dias melhores.

Portanto, próprio da idade, no auge do vigor físico, com a disposição e todas as informações que os cercavam naquele momento histórico por que passava o País de origem, dando conta de que no além-mar as maravilhas aconteciam sem grande esforço, era o que faltava para empurrar esses jovens ávidos de aventuras e de uma vida melhor, sem tantas privações, e lançarem-se à travessia do Atlântico em busca da realização de seus sonhos.

É de se ressaltar que em sua grande maioria, apesar de terem vindo sozinhos para o novo mundo, aqui já tinha alguém a espera-los. Até porque só poderiam adentrar o território brasileiro, através dos portos, principalmente o porto de Santos(SP), aqueles que portavam uma carta de chamada expedida pelas autoridades brasileiras. Assim narrou o Sr. José

“ Éramos obrigados, pelas dificuldades, pela miséria que existia, pela falta de mão-de-obra, fomos obrigados a emigrar. O Brasil foi um dos países que mais recebeu imigrantes nessa época, era considerado o eldorado, no momento a Europa estava em crise, aquela fase pós-guerra, o Brasil era o Eldorado. (...) Eu viajei sozinho. Eu saí no dia 15 de Abril de 1953 e cheguei ao Rio de Janeiro dia 26 de Abril, e no dia 27 eu cheguei a Santos. Posei em São Paulo, de São Paulo vim para Presidente Prudente. O meu tio que me mandou vir, porque havia uma série de documentos que eram necessários, e só se podia entrar no Brasil através de uma carta de chamada, que era uma carta compromisso, elaborado no Consulado, não existe Consulado no interior, onde a pessoa que mandava vir alguém,

como o caso do meu tio, porque era meu padrinho, ele se responsabilizava por essa pessoa, e durante 2 anos ele era obrigado a dar toda a assistência, inclusive, se fosse o caso, se a pessoa não se adaptasse, o imigrante não se adaptasse, ele era obrigado a colocá-lo pela lei, era obrigado a colocá-lo novamente na terra de origem; não foi o meu caso."

Pelo depoimento de outro imigrante, o Sr. Antonio Martins Pereira, ele diz que neste ano de 2003 faz exatos 50 anos de Brasil. Saiu de sua terra natal com 19 anos de idade, vindo de navio, um navio reformado, de bandeira Argentina, que havia sido utilizado na guerra, portanto, bastante velho. Seus familiares, pai, mãe e irmãs, todos acabaram por ficar em Portugal, sendo que ele era o filho mais novo, porém não tinha emprego, apesar de que trabalhava em uma pequena mercearia de seus parentes, não ganhando nenhum salário por esse trabalho, pois naquele tempo o aprendiz nada ganhava, apenas experiência, e nesta vida de aprendiz ele ficou por longos 03 (três) anos.

Porém, por seu trabalho na mercearia, travou conhecimento com uma pessoa encarregada de agenciar trabalhadores em Portugal para virem trabalhar no Brasil. Declara o seguinte:

" tomou conhecimento de que no Brasil as empresas J. Alves Veríssimo e Dias Martins estavam contratando pessoas para trabalhar no comércio varejista, e as pessoas que eram procuradas tinham que ter um certo conhecimento de comércio. Ficou sabendo desse emprego através de um agenciador da família Veríssimo..."

Pelo depoimento colhido, ficou evidenciado que o expediente utilizado na cooptação dos futuros imigrantes é aquele exatamente narrado pelos autores pesquisados. Neste depoimento, ficou nítida a presença do "engajador", pessoa encarregada de aliciar jovens, mão-de-obra, para os interesses dos receptores no Brasil.

Neste mesmo depoimento, o imigrante afirmou taxativamente que ou vinha para o Brasil, ou iria para a África, pois a situação em Portugal naquela época se mostrava insustentável para jovens como ele, pois continuar a trabalhar de aprendiz em troca de “comida e roupa lavada” representava pouco, perto de suas expectativas de vencer na vida. Portanto, o relacionamento familiar, em seu caso específico, acabou sendo um entrave, pois as dificuldades encontradas pelo depoente foram resolvidas por ele próprio e sozinho, longe de qualquer contato com familiares seus, que ficaram em Portugal.

Porém outros, como o Sr. Manuel, cujo pai já se encontrava no Brasil, pois havia imigrado anteriormente, a trajetória familiar seria uma pouco diferenciada.

Ele nos conta que

“É, eu e minha mãe, e meu pai aqui, porque ele veio em 1939 e depois então (...) Meu pai veio em 1939 e logo depois começou a Segunda Guerra Mundial, e eu fiquei, eu e minha mãe, eu tinha 5 anos, em 1939, ficamos na aldeia e como sou filho único e logicamente que depois, meu pai, depois de 11 anos ele mandou-nos uma carta de chamada que era permitido aos imigrantes legalizados no Brasil puderem chamar a família, a mulher e os filhos, de modo que eu e minha mãe também viemos em 1950 já com visto de permanência no Brasil e eu inclusive com emprego aqui na Fazenda São José em Padre Nóbrega.”

Por outro lado, o relacionamento do imigrante José com seu tio, também se destacou nas entrevistas colhidas, pois o relacionamento afetivo e familiar do tio e do sobrinho acabou por facilitar a permanência do imigrante no Brasil. Além de tio, ele também era padrinho de batismo, o que culminou por estreitar os laços de união entre eles.

Nota-se neste ponto que o ciclo da história estava se repetindo, ocorria agora com o sobrinho, segundo narrativa de vida, o mesmo que havia ocorrido com seu tio que era português e tinha vindo para o Brasil, também com 14 anos de idade, e sendo filho único, acabou por retornar a Portugal após alguns anos de permanência no Brasil. Retornando a Portugal, por lá acabou ficando por aproximadamente 4 anos, e foi neste período que o Sr. José nasceu, e foi dado pelos seus pais, ao tio para que o batizasse, pois nas tradições do catolicismo, ao padrinho compete, na falta dos pais, substituí-los na educação do afilhado.

Pelo depoimento do Sr. José, observa-se muito carinho quando fala do seu falecido tio e assim ele diz a respeito dele:

“Ele era barbeiro e voltou como comerciante, não quis mais exercer a profissão de barbeiro, veio como comerciante na área de secos e molhados, depois de muita luta, porque teria muito mais dificuldades. Inicialmente ainda essa dificuldade não é tão grave, diversas vezes, principalmente à noite, quando ele estava sozinho, bateu a saudade, e retornaria se fosse o caso. Mas, como a gente vinha com o intuito de vencer, não é ficar rico, porque a pessoa não vence só através da riqueza; eu vim com o intuito de vencer, passei a gostar do Brasil, tanto é que eu estou aqui; em abril agora de 2003 faz 50 anos.”

Dos entrevistados, conforme já citado acima, a única mulher do grupo, a Sra. Lea Maria, veio para o Brasil com 23 anos, seguindo os passos do marido, pois ele também trabalhava com comércio em Portugal e foi cooptado para vir

trabalhar nas empresas atacadistas no Brasil, cujos proprietários eram todos portugueses, como já citado anteriormente: as empresas J. Alves Veríssimo, Dias Pastorinho, Dias Martins, dentre outras.

O marido da Sra. Lea, para o Brasil se transferiu, já empregado na J. Alves Veríssimo; isso em data de novembro do ano de 1962, e junto com ele trouxe um cunhado, ou seja, irmão da Sra. Lea. Portanto o único contacto que ela passou a ter com seus familiares foi com esse irmão, que residia na cidade de São José do Rio Preto e também trabalhava na empresa J. Alves Veríssimo.

Conforme podemos notar, existe uma confluência muito grande de interesses, todos eles voltados para a mão-de-obra disponível em Portugal e escassa no Brasil da primeira metade do século XX.

4.2.3 – Da Emigração e seus motivos

Dos entrevistados, conforme já narrado acima, todos vieram muito jovens para o Brasil, em sua grande maioria, jovens de sexo masculino, conforme também nos é demonstrado nas tabelas constantes desta pesquisa.

O motivo principal do fenômeno ocorrido foi a 2ª grande guerra mundial, que assolou a Europa. O velho continente não conseguia suprir as necessidades básicas de seus jovens moradores. Faltava emprego, renda, e principalmente esperança àqueles jovens.

A solução que se mostrava viável era evidentemente a imigração, quer para a África ou para o Brasil. Pelas análises das entrevistas, a África se mostrava, naquele momento, hostil ao povo branco. As colônias portuguesas estavam tentando ver-se livre do jugo português. Existia trabalho, porém o risco era grande. Assim nos declarou o imigrante Antonio Martins Pereira :



" (...) faltava muito emprego lá naqueles tempos, eu trabalhava num comércio e só ganhava a comida e a roupa lavada ... Eu não fui para a África porque as colônias lá se falavam assim, estavam revoltadas, a raça negra estavam revoltados com os brancos, então eu vim para o Brasil, eu tinha 19 anos anos naquela época. Vim sozinho. Me casei aqui em Marília (SP), minha esposa é brasileira, mariliense. Casei-me em 1957."

A análise da entrevista com o atual Vice-Cônsul, sobre esse tópico, foi-nos apresentada como um passeio na história de Portugal, porque ele nos afirmou que:

"Veja bem, como eu disse no princípio, os portugueses imigram para todo o mundo desde 1415, na primeira invasão a Celta, e depois, as descobertas, o caminho marítimo para a Índia, e Brasil, enfim, o Sr. sabe que os portugueses deram um nó ao redor do mundo, o Sr. deve ter conhecimento disso e eu não posso dizer que imigramos para o Brasil porque no Brasil não éramos considerados imigrantes e nem em Angola, Moçambique e na Índia que era nossa, e nós não éramos imigrantes. Agora, a partir da independência do Brasil nós passamos a ser imigrantes, e embora já cá estivéssemos antes da independência a partir da independência passamos a imigrar e logicamente que foi pela falta de condições de viver em um lugar onde vivíamos, que, aliás, isso se inverteu agora. (...)

Pelas pesquisas elaboradas, tanto bibliográfica, quanto empírica, pelas entrevistas, o resultado indicou-nos que, embora Portugal não tenha participado diretamente da 2ª grande Guerra, o País supria os aliados e também a Alemanha nazista de Hitler, e este fato sobre a participação comercial de Portugal na guerra ficou claro nos depoimentos dos imigrantes, todos eles pessoas jovens, naquele período, oriundos do campo, porém com o passar do tempo, cresceram, informaram-se e principalmente se educaram de modo suficientemente, para discernir o ocorrido com eles, naquela época de tantas agruras e privações em sua pátria natal.

Portugal possui uma área territorial bastante reduzida, sua topografia não colabora, acaba por conspirar contra a agricultura. Esses fatores, acrescidos da eclosão de uma guerra, nas proporções que foi a 2ª Guerra Mundial, foram preponderantes na decisão dos imigrantes de sair em busca de novas paragens.

4.2.4 – Profissão

Todos os entrevistados, à exceção da Sra. Lea, que era dona de casa, todos vieram trabalhar no comércio varejista no Brasil. O grande empregador dessa gente foi sem dúvida a empresa J. Alves Veríssimo, hoje detentora da marca “Eldorado”, no ramo de shopping center’s, além de outras empresas também atacadistas, à Dias Martins e ainda a empresa de supermercado Dias Pastorinho.

Todos os imigrantes entrevistados nasceram no campo, viveram alguns anos de suas vidas na labuta da terra, passaram pelo estágio de aprendiz, em alguma mercearia ou quitanda, nas suas cidades de origem, e ali travaram conhecimento com os “engajadores”, que neste caso mais recente, normalmente provinham das próprias empresas atacadistas acima mencionadas. Seus gerentes serviam de propagadores, pois iam a passeio para a terra natal e ali acabavam por aliciar os jovens sedentos de trabalho, que encontravam pela frente.

Aliás, passagem interessante nos relata a Sra. Lea, quando diz que seu marido, pessoa um pouco mais idosa que ela, já possuía emprego fixo, tomava conta de uma mercearia em Lisboa. Estava ele trabalhando, quando foi abordado por um indivíduo, chamado Joaquim, que se dizia gerente da empresa J. Alves Veríssimo na cidade de Marília, Estado de São Paulo, Brasil e necessitava de maneira urgente de mão-de-obra como a dele. Pessoa que soubesse usar a cabeça, pois seu marido era o encarregado de todas as contas da mercearia. Acabou por convencê-lo a rumar para cá. E assim se fez, porém nos relata a Sra. Lea:

“ (...) realmente o Sr. Joaquim tinha razão, meu marido veio para o Brasil trabalhar na J. Alves Veríssimo para usar a cabeça. Pois descarregava caminhão todos os dias. Vários sacos de mercadorias em sua cabeça, era retirado das carrocerias dos caminhões e empilhados nos depósitos da empresa, onde hoje funciona a loja Magazine Luiza, na Rua São Luiz, aqui em Marília...”

Após anos de trabalho árduo, cada depoente seguiu seu próprio rumo, alguns deles conseguiram alcançar o tão sonhado cargo de gerente das empresas atacadistas, às quais estavam vinculados outros seguiram rumo próprio, como foi o caso do Sr. José Lopes, que seguiu no ramo alimentício, porém não nas empresa citadas. Da mesma forma o Sr. Antonio Martins, após alguns anos de trabalho para o Sr. Veríssimo, acabou por criar na cidade de Marília uma empresa de empacotamento de arroz, denominado “maribom”, onde hoje funciona uma boate, próximo ao cemitério da cidade de Marília, na Av. da Saudade.

Porém o que se nota claramente é que todos inseriram-se no ramo do comércio de alimentos. Talvez pela influência dos antigos empregadores.

4.2.5 – A rede de relações sociais dos imigrantes

Conforme já foi assinalado, todos os entrevistados pertencem ou já pertenceram ao quadro associativo da CASA DE PORTUGAL, aliás marco arquitetônico e histórico que chamou a atenção para esta pesquisa.

Antes da existência da referida associação, no início da vida de cada um dos entrevistados aqui em Marília, não há o que se falar em rede de relações sociais voltada para a integração do grupo. Essas pessoas viviam apenas e tão somente para o trabalho, aliás, trabalho sem descanso.

Os homens entrevistados, sem exceção alguma, afirmaram que durante a sua mocidade, desde a chegada ao Brasil, até quando praticamente tiveram seus filhos criados, não tiveram tempo de exercer vida social alguma. Viviam para o trabalho e para a casa.

Num primeiro momento, o trabalho era tão pesado que, carregar sacos o dia inteiro acabava por exaurir todas as forças dos jovens portugueses, que ao final do dia, ao final da jornada, queriam apenas alimentar-se e descansar. Essas jornadas se estendiam muitas vezes noite adentro, e também nos finais de semana.

Passados alguns anos, promovidos de cargos que foram, passaram a ser vendedores externos, ou os famosos e conhecidos “caixeiros viajantes”. Tarefa de menor peso físico, porém de maior responsabilidade, viagens constantes a negócios e dias e dias para as conferências nos amazéns da empresa.

A nossa única mulher entrevistada, como dona de casa, esposa de um dos imigrantes portugueses, que levava a mesma vida dos demais, confinada em sua humilde casa, mal podia se relacionar com as vizinhas, pois percebia nelas um claro interesse em “bisbilhotar” a vida dos imigrantes, pessoas de outras paragens com costumes e fala diferente. Isso fazia com que ela se fecha-se ainda mais, pois como ela própria narrou:

“eu sou tímida por natureza, com a curiosidade das vizinhas meu dia-a-dia se resumia aos serviços do lar...”

Portanto, a criação da Casa de Portugal de Marília acabou sendo uma maneira de integração dos próprios portugueses que aqui viviam e ainda vivem, para relacionarem-se entre si. Pois os almoços e os jantares acabam por criar um laço de união entre as pessoas, e era exatamente essa união que era buscada.

Os hábitos, a cultura do povo português deveriam ser exteriorizadas entre seus iguais. As agruras do dia-a-dia, as saudades, enfim todas as dificuldades

deveriam ser compartilhadas. Sendo assim, o fardo se tornaria mais leve para ser carregado. Esse era o pensamento daquelas pessoas.

O tempo passou, as dificuldades foram sendo superadas, outras apareceram e também foram sanadas, as que virão, com toda certeza serão resolvidas, porém o espírito pioneiro que uniu aqueles jovens desamparados ainda hoje persiste. Os eventos continuam a existir, agora com mais força ainda, a necessidade de fazer valer a cultura e identidade permanece viva nas pessoas e, para demonstrar isso, nada melhor do que as imagens das fotos abaixo para dar clareza ao ora discorrido.



Foto nº 15 – Festa típica portuguesa – realização da Casa de Portugal – Dez/2001

Foto nº 17 – Festa típica portuguesa – realização da Casa de Portugal – Dez/2001



Foto nº 16 – Festa típica portuguesa – realização da Casa de Portugal – Dez/2001



Foto nº 17 – Festa típica portuguesa – realização da Casa de Portugal – Dez/2001

Foto nº 18 – Festa típica portuguesa – realização da Casa de Portugal – Dez/2001



Foto nº 18 – Festa típica portuguesa – realização da Casa de Portugal – Dez/2001



Foto nº 19 – Festa típica portuguesa – realização da Casa de Portugal – Dez/2001



Foto nº 20 – Festa típica portuguesa – realização da Casa de Portugal – Dez/2001

4.2.6 - Do retorno ao local de origem :

“Preservo a identidade de origem, mas me considero brasileiro (...) Nós preservamos, veja bem, todo português que vem para o Brasil, principalmente Brasil, e que demora uma quantidade de anos para voltar, eu demorei 20 anos, eu levei 20 anos para retornar a Portugal, depois passei a ir todo ano. Isso faz com que a gente se enquadre, se misture mais com as tradições do lugar, porque nós tivemos que construir raízes aqui, nós tivemos que fundar aqui o nosso alicerce.”

Esse depoimento do Sr. José resume todo o sentimento dos demais entrevistados, bem como daqueles que não passaram pelo crivo da entrevista, porém participaram em conversas paralelas no transcorrer da presente pesquisa.

O sentimento da nacionalidade portuguesa, pelo local do nascimento, se confunde com o do brasileiro por adoção esse sentimento é extremamente conflituoso para os imigrantes entrevistados. Todos eles demonstraram amor à pátria mãe, Portugal, porém um amor igual ou até maior pelo pátria receptora, ou seja, o Brasil. A linha divisória desses sentimentos é por demais tênue, não sendo capaz de criar um divisor de águas, nem os entrevistados, muito menos o entrevistador.

O certo é que todos eles já estiveram por diversas vezes, a passeio, em sua terra natal. Ali possuíram casa, carro e outros bens, hoje não mais possuem, porém ninguém declarou a vontade expressa de retornar em definitivo para Portugal. O que se notou pelas entrevistas é que todos eles aqui vieram para vencer, e cada qual a seu modo o fez. Não existe vontade de retorno para a terra de origem, a não ser em visita de turismo. Isso ficou bastante claro.

Aliás, pelo testemunho do Sr. José e também do Sr. Manuel, a palavra saudade ficou bastante evidenciado em seus testemunhos, porém o fado e outras coisas da terra natal amenizaram seus sentimentos de saudades, fazendo com que os aplacassem e permanecesse no Brasil em definitivo.

4.3 - A participação no desenvolvimento da cidade de Marília

A colônia portuguesa contribuiu e ainda contribui com o desenvolvimento da cidade de Marília, primeiramente com a participação de todos esses jovens portugueses que para essa região se deslocaram, desde o início da cidade, com seu fundador, o português José Pereira, e todos os demais que seguiram seus passos.

Como já narrado acima, a cidade de Marília, no apogeu da imigração portuguesa para nossa cidade, estabeleceu a marca recorde de 1.200 famílias de imigrantes.



A grande colaboração notada pela colônia portuguesa foi, sem dúvida alguma, o desenvolvimento do comércio varejista, com grandes empresas do ramo de secos e molhados, empresas do porte de J. Alves Veríssimo, Dias Pastorinho e Dias Martins e inúmeras outras. Com a geração de empregos, geração de rendas, recolhimento de impostos, isso tudo somado, acabou por alavancar o comércio de nossa cidade.

Nos dias atuais, vê-se a ramificação no setor hoteleiro, de restaurantes e a permanência no ramo de supermercados. Muitos dos descendentes desses primeiros imigrantes seguiram a carreira de seus pais comerciantes; outros tantos acabaram por cursar uma faculdade, seguindo carreiras diversas, no campo da prestação de serviços, a cidade tornou-se pólo industrial e educacional da região Oeste do Estado de São Paulo. Muitos descendentes aproveitaram-se disso e estabeleceram-se profissionalmente e continuam a gerar divisas para o município, colaborando ainda mais com seu desenvolvimento.

Apesar disso, a manifestação da identidade portuguesa mostra-se ainda presente, ao por um lado há a preocupação com a preservação dessa identidade, conforme foi demonstrado pela criação e atuação da CASA DE PORTUGAL, e, consequentemente da manutenção do laço com Portugal, do outro lado, fica evidente que a própria atuação da Casa de Portugal tem propiciado a integração dos descendentes com os brasileiros, sendo que os próprios filhos desses descendentes, nos dias de hoje não cogitam sequer falar a língua de seus pais. Pois aqui criaram raízes, afetivas e profissionais, demonstrando assim uma integração plena de portugueses e brasileiros.

Considerações Finais

Inegável que o fenômeno migratório foi o grande marco de desenvolvimento para o Brasil. A miscigenação de raças, credos religiosos e culturas se deu em todos os quadrantes de nosso gigante País.

No Estado de São Paulo, tal fenômeno não foi diferente, e aqui em Marília (SP), região Oeste do Estado, considerada por muitos historiadores como o elo perdido no desenvolvimento paulista, os imigrantes de todas as etnias tiveram presença marcante e foram preponderantes no desenvolvimento da cidade em que vivemos e criamos nossos filhos.

Na análise da participação de cada grupo étnico, para o desenvolvimento da região Oeste do Estado de São Paulo e principalmente da cidade de Marília, o povo português teve papel destacado. A começar pelo fundador da cidade de Marília, o português Sr. José Pereira, dono de uma serraria, que apesar de não obter o destaque de Bento de Abreu, em verdade é o fundador da cidade de Marília e portanto teve sua importância relegada.

Ao mesmo tempo a manifestação da identidade portuguesa mostra-se ambígua, se por um lado há a preocupação com a preservação dessa identidade, conforme foi demonstrado pela criação e atuação da CASA DE PORTUGAL e, conseqüentemente da manutenção do laço com Portugal, do outro lado, fica evidente que a própria atuação da Casa de Portugal tem propiciado a integração dos descendentes com os brasileiros, sendo que os próprios filhos desses descendentes, nos dias de hoje não cogitam morar na pátria de seus pais. Pois aqui criaram raízes, afetivas e profissionais, demonstrando com isso a integração plena de portugueses e brasileiros.

Toda a colônia portuguesa, no transcorrer desses anos, desde a fundação da cidade de Marília até nossos dias, contribuiu e ainda contribui muito para o desenvolvimento verificado em nossa cidade. Esse povo, considerado como irmão, aqui trouxe seus sonhos e esperanças, depositou nos brasileiros que com ele conviveram e ainda convivem suas expectativas. Alguns não conseguiram atingir seus intentos, outros tantos os percalços da vida lhes encurtou a trajetória, retirando-os do convívio nesta terra, porém, em sua grande maioria, todos podem ser considerados vencedores, pois de algum modo contribuíram com o desenvolvimento pessoal e da coletividade que acabaram escolhendo para vivenciar seus sonhos.

ALVES, João. 1765 – 1853. Caminhos. Anos de

Publicações CMU/Unicamp, 1987. 219p.

BOBÉ, Edna. Memória e Sociedade. Abstração do velho, São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Memória e Etnia. Construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. 172p.

CARNEIRO, J. Fernando. Imigração e Colonização no Brasil. Publicação avulsa N. 2 – Rio de Janeiro. Faculdade Nacional de Filosofia, Centro de Geografia do Brasil, 1950.

CARNIER JUNIOR, Paulo. A imigração para São Paulo : a viagem, o trabalho, as contribuições / Paulo Carnier Junior. – São Paulo : P. Carnier Junior, 1998. Memorial de imigrantes.

CENTURÃO, Luiz Ricardo. Michaelson. Identidade, indivíduo e grupos sociais. Culturas, junho, 2002. 162p.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BACELAR, Carlos de Almeida Prado. Os senhores da terra : família e sistema sucessório de engenho do Oeste paulista, 1765 – 1855. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997. 219p.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: lembranças de velhos, São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Identidade e Etnia Construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. 173p.

CARNEIRO, J. Fernando. Imigração e Colonização no Brasil. Publicação avulsa n. 2 – Rio de Janeiro, Faculdade Nacional de Filosofia, Cadeira de Geografia do Brasil, 1950.

CARNIER JÚNIOR, Plínio. A imigração para São Paulo : a viagem, o trabalho, as contribuições / Plínio Carnier Júnior. – São Paulo : P. Carnier Júnior, 1999. Memorial do Imigrante.

CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelson. Identidade, Indivíduo e grupos sociais. Curitiba: Juruá, 2002. 162p.



COSTA, Emília Viotti da. Da senzala à colônia / Emília Viotti da Costa.- 4. ed.- São Paulo : Fundação Editora da UNESP, 1998

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Imigração, Urbanização e Industrialização – Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1964.

FAUSTO, Boris. Historiografia da Imigração para São Paulo Boris Fausto, - São Paulo : IDESP Editora Sumaré : FAPESP, 1991.

FERRO, Marc, 1924 – História das colonizações : das conquistas às independências, séculos XIII a XX / Marc Ferro ; tradução Rosa Freire d'Aguiar. – São Paulo : Companhia das Letras, 1996

FREITAS, Sônia Maria de. E chegaram os imigrantes...(o café e a imigração em São Paulo) / Sonia Maria de Freitas. – São Paulo, 1999 : Memorial do Imigrante

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal. 1º Tomo 9ª edição brasileira 10.ª em língua portuguesa. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1958.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade / Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 5. ed.- Rio de Janeiro: DP&A, 2001.



HOLANDA, Sérgio Buarque de, 1902-1982. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo : Companhia das Letras, 2001, 209p.

KLEIN, Herbert S, Migração Internacional na História das Américas. São Paulo In: Fazer a América. Boris Fausto (Org.), São Paulo: EDUSP Editora da Universidade de São Paulo.

LEITE, Joaquim da Costa, O Brasil e a Emigração Portuguesa (1855-1914). In: Fazer a América. Boris Fausto (Org.), São Paulo: EDUSP Editora da Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade, Etnia e Estrutura Social. São Paulo : Livraria Pioneira Editora, 1976, 113p.

POUTIGNAT, P., STREIFF-FENART, J., Teorias da etnicidade. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo : Fundação Editora da UNESP, 1998

REIS, Jaime. Causas históricas do atraso econômico português. In: História de Portugal. José Tengarrinha (org.). 2ª ed. , ver. E ampl. – Bauru, SP : EDUSC : São Paulo, SP : UNESP; 2000

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, CAIEIRO, Domingos. Portugal – Brasil Migrações e Migrantes 1850 – 1930. Lisboa : Edições INAPA, 2000



RODRIGUES, Ondina Antonio. Imigração Portuguesa no Brasil. In: Série Resumos, n. 5 Memorial do Imigrante, São Paulo : 1999

SAYAD, Abdelmalek. A imigração ou os Paradoxos da Alteridade / Abdelmalek Sayad; prefácio Pierre Bourdieu; tradução Cristina Murachco.- São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SKIDMORE, Thomas E. Uma História do Brasil, 3ª ed. – São Paulo : Ed. Paz e Terra - 2000

ANEXOS



Casa de Portugal
Mariana
São Paulo, Brasil

ESTATUTOS

ANEXOS



Fundado: 1.º de Dezembro de 1963

Casa de Portugal Mariana

São Paulo Brasil

ESTATUTOS



Fundada: 1.º de Dezembro de 1963



CAPITULO I

Da Sociedade, Denominação e Seus Fins.

ART. 1.º

A "CASA DE PORTUGAL DE MARILIA", é uma associação civil com sede e foro jurídico na cidade e comarca de Marília, Estado de São Paulo a sua denominação é uma homenagem cívica que seus fundadores e todos os seus sócios prestam, reverentemente, á grande Pátria de além mar, de caracter puramente Cultural, Assistencial e Recreativa.

ART. 2.º

A sociedade é constituída por um numero ilimitado de sócios, unica e exclusivamente, de nacionalidade portuguesa, de ambos os sexos, com duração indefenida, estranha a credos politicos - partidários, religiosos e filosóficos, e de acôrdo com as normas e condições exaradas nestes Estatutos, ela se regerá.

ART. 3.º

A "CASA DE PORTUGAL DE MARILIA", para satisfação dos seus objetivos deverá proceder molde a preencher todas as suas finalidades previstas na sua constituição a saber: alinea a)-Com objetivo cultural se compreende:

Primeiro - Estudar e estar ao par da vida filosófica, cientifica, moral e social de Portugal e do Brasil.

Segundo - Informar sobre as atividades intelectuais referidas no item anterior, cujas informações deverão estar sempre atualizadas.

Terceiro - Promover conferências, sessões artisticas, exposições e congresso luzo-brasileiros.

Quarto - Dar, periódicamente, publicidade a estudos sobre Portugal intelectual.

Quinto - Organizar e manter sempre atualizada uma biblioteca.

Sexto - Promover a criação de uma discoteca sobretudo de musica portuguesa e brasileira.

Setimo - Organizar festas de acentuado cunho artistico.

Oitavo - Contribuir para a difusão do livro português no Brasil e do livro brasileiro de Portugal.

Nono - Procurar difundir por todos os meios ao seu alcance a instrução e a educação moral e cívica entre os portugueses.

Décimo - Realizar sessões cívicas sobre as grandes datas da história de Portugal e do Brasil.

Alinea b) Relativamente a parte referente á assistência, caberá a Diretoria delingenciar em todas as suas mais amplas modalidades as quais constarão de:

Primeiro - Prestar assistência médica, hospitalar e farmaceutica aos portugueses e brasileiros e, se possível, todos indiscriminadamente, sempre de acordo com as possibilidades financeiras da sociedade.

Segundo - Conceder auxilio pecuniário, proteção e defesa aos portugueses necessitados, a juizo da Diretoria.

Terceiro - A Diretoria promoverá a organização de cadastro dos eventuais indigentes da colônia portuguesa radicada na região.

Quarto - Adotar medidas tendentes a eliminar a indigência dentro da colônia portuguesa.

Quinto - Promover a reprimatização de todos os portugueses necessitados de tal beneficio.

Sexto - Empenhar-se na colaboração dos desempregados e imigrantes portugueses.

Alinea c) - São de caracter Recreativo e como tal estimuladas pela Diretoria as que se relacionar com as seguintes:

Primeiro - As que forem plantadas por normas evocativas da vida do povo português e das tradições da amizade existentes entre o Brasil e Portugal.

Segundo - As que se organizarem relativamente a jogos, puramente esportivos, reunião litero-recreativas, bailes, excursões, recitas etc. sempre todas que sejam permitidas pelas leis brasileiras.

PARAGRAFO UNICO

A Diretoria, sempre que possível, promoverá em sua sede, apresentação de artistas portugueses e brasileiros.

CAPITULO II — Dos Poderes

ART. 4.o

São órgãos que exercem os poderes da Sociedade a Assembleia Geral, o Conselho Deliberativo, o Conselho Fiscal e a Diretoria.

ART. 5.o

É indelegável o exercício das funções em quaisquer dos órgãos da Sociedade.

ART. 6.o

É gratuito o exercício de qualquer função em quaisquer dos órgãos da Sociedade.

ART. 7.o

É vedada a participação em qualquer dos órgãos da Sociedade:

Alinea a) aos sócios inscritos a menos de hum ano no quadro social.

Alinea b) Aos socios incapazes, nos termos da Lei Civil.

Alinea c) Aos sócios que tiverem sido condenados a pena identica aquela possivel de causar perda de função publica, nos termos da Lei Penal.

Alinea d) Aos socios que sejam empregados da Sociedade

ART. 8.o

As disposições contidas na letra "a" do artigo 7.o não se aplicam aos sócios que contribuirem e colaborarem para a construção do prédio da "CASA DE PORTUGAL DE MARILIA", e para a aquisição de seu mobiliario e demais instalações por menor que seja a data de sua inscrição nos quadros sociais.

CAPITULO III

Da Administração

ART. 9.o

A "CASA DE PORTUGAL DE MARILIA" será administrada por um Conselho Deliberativo, Fiscal e uma Diretoria.

ART. 10.o

O Conselho Deliberativo, é o órgão superior da direção da Sociedade.

ART. 11.o

Compoe-se o Conselho Deliberativo de vinte e um (21) membros eleitos juntamente com seus suplentes de numero cinco (5), sendo dirigido pelo seu Presidente o qual será eleito pelos seus pares que também, elegerão o 1.o Vice-Presidente, e 2.o Vice-Presidente que servirão de substitutos eventuais sucessivamente.

PARAGRAFO UNICO

O Presidente Eleito, nomeará dentro dos demais membros o que servirá como Secretario do Conselho.

ART. 12.o

O Conselho Deliberativo reúne-se por convocação de seu Presidente, ordinariamente, na primeira quinzena do mes de Janeiro, e extraordinariamente, sempre que se fizer mister ou necessario, instalando-se a sessão com qualquer numero se, durante uma hora após a que for marcada, não se apresentarem pelo menos oito (8) Conselheiros.

ART. 13.o

É atribuição do Conselho Deliberativo determinar a Diretoria todas as medidas oportunas para o fiel consecução das finalidades sociais.

ART. 14.o

Compete ao Conselho Deliberativo.

Primeiro - Eleger dentro de seus membros os sócios que deverão compor o Conselho Fiscal e seus suplentes e a Diretoria da Sociedade.

Segundo - Eleger o 1.o e 2.o Vice-Presidente dentro dos seus membros.

Terceiro - Estudar e emitir pareceres sobre as questões que lhe forem apresentadas pela Diretoria.

Quarto - Tomar parte nas reuniões da Diretoria quando, para as quais for convocado.

Quinto - Preencher as vagas que se verificarem na própria composição, no Conselho Fiscal e na Diretoria.

Sexto - Aprovar os regulamentos internos.

Setimo - Fixar a quantia correspondente a Joia para admissão de Socios.

Oitavo - Fixar a quantia correspondente as contribuições devidas pelos socios contribuintes.

Nono - Receber e julgar recurso interposto pelo sócio contra ato da Diretoria.

Decimo - Eliminar sócio.

Decimo-Primeiro - Apreciar o relatório e o balanço das atividades da Diretoria referente ao ano findo, emitindo o seu parecer.

Decimo-Segundo - Autorizar despesas extraordinárias.

CAPITULO IV

Do Conselho Fiscal

ART. 15.o

O Conselho Fiscal é um órgão destinado a emitir parecer, por escrito, sobre as contas, balancetes e balanço anual da Diretoria, inclusive exame dos documentos relativos á receita e á despesa da Sociedade.

ART. 16.o

O Conselho Fiscal compõe-se de 3 (Treis) membros eleitos pelo Conselho Deliberativo, escolhido dentro os seus membros, juntamente com os seus suplentes em numero de 3 (treis).

ART. 17.o

Aos membros do Conselho Fiscal é facultado, a qualquer tempo, vistoriar e examinar o que conviniente, principalmente, livros, documentos, arquivos sociais, etc.

ART. 18.o

Compete ao Conselho Fiscal:

Alinea a) Apreciar os balancetes mensais da Diretoria aprova-los e rubrica-los.

Alinea b) Apreciar e dar parecer, por escrito, sobre as contas e os balanços anuais, apresentados pela Diretoria, encaminhando-os em seguida á apreciação do Conselho Deliberativo.

CAPITULO V

Da Diretoria

ART. 19.o

A Diretoria é o órgão destinado a representar a sociedade em tudo o que for inerente as suas finalidades, promover todos os atos concernentes a sua administração.

ART. 20.o

A Diretoria compõe-se dos seguintes cargos:

Presidente, 1.o Vice-Presidente, 1.o Secretário, 2.o Secretário, 1.o Tesoureiro, 2.o Tesoureiro, Bibliotecario, Diretor Social e Diretor sem Pasta.

ART. 21.o

No desempenho de suas atividades, a Diretoria dará fiel cumprimento ao que dispõe estes Estatutos, bem como as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho Deliberativo.

ART. 22.o

A Diretoria afixará, mensalmente, na sede social, o balancete apreciado pelo Conselho Fiscal, bem como no encerramento do exercicio submeterá a apreciação do Conselho Deliberativo o balanço geral e o relatorio de suas atividades.

CAPITULO VI

Das Atribuições dos Membros da Diretoria

ART. 23.o

Compete ao Presidente.

Alinea a) Tomar todas as providencias necessárias, á fiel execução da Diretoria.

Alinea b) Decidir os casos imprevistos ou de caracter urgente, dando conhecimento de seus atos á Diretoria na sessão imediata.

Alinea c) Comparecer, quando solicitado ás reuniões do Conselho Deliberativo.

Alinea d) Representar a Sociedade em juizo, ativa e passivamente, fazendo-o nos demais casos, conjuntamente com o 1.º Secretario ou com o 1.º Tesoureiro, conforme o assunto se relacione com a Secretaria ou com a Tesouraria.

Alinea e) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria e ordenar o pagamento das despesas de expediente e todas aquelas que se fazem necessarias.

Alinea f) Apresentar o balanço geral da receita e da despesa juntamente com o relatório anual, o qual, deverá conter o parecer do Conselho Fiscal e o beneplacido do Conselho Deliberativo afim de ser apresentado á aprovação da Assembleia Geral Ordinaria.

Alinea g) Abrir e encerrar os livros da sociedade, rubricando as suas folhas.

ART. 24.º

Compete ao Vice-Presidente:

Alinea a) Colaborar com o Presidente naquilo que lhe for solicitado.

Alinea b) Substituir o Presidente nos seus impedimentos e na ordem de enumeração.

ART. 25.º

Compete ao 1.º Secretário:

Alinea a) Organizar os trabalhos e responder pelo expediente da Secretaria.

Alinea b) Redigir as atas das reuniões da Diretoria e outras convocadas e acompanhar o Presidente na representação da sociedade quando se tratar de Assunto da secretaria.

Alinea c) Assistir, com o Presidente, aos atos e solenidades em que a "CASA DE PORTUGAL DE MARILIA", se fizer representar e assinar com o Presidente a correspondência, relativa a Secretaria.

ART. 26.o

Compete ao 2.o Secretário:

Alinea a) Colaborar com o 1.o Secretario no desempenho de todas as suas atribuições e substitui-lo em todos os seus impedimentos.

ART. 27.o

Compete ao 1.o Tesoureiro:

Alinea a) Organizar os trabalhos e responder pelo expediente da Tesouraria.

Alinea b) Pagar as despesas ordenadas pelo Presidente, assinando com ele todos os documentos relativos a conta e movimentação de fundos, inclusive mantendo sob sua responsabilidade e guarda, os livros de Contabilidade e todos os valores da sociedade, recolhendo, em nome da "CASA DE PORTUGAL DE MARILIA" todas as quantias em especie á estabelecimento, ou estabelecimentos bancarios.

Alinea c) Apresentar mensalmente, um balancete do movimento de Caixa.

Alinea d) Acompanhar o Presidente na representação da sociedade quando se tratar de assunto ligado a Tesouraria.

Compete ao 2.o Tesoureiro:

Alinea a) Colaborar com o 1.o Tesoureiro no desempenho de todas atribuições e substitui-lo em todos os seus impedimentos.

Compete ao Bibliotecário:

Alinea a) Dirigir, manter e desenvolver a biblioteca cuidando dos seus pertences.

Alinea b) Formar uma discoteca, sobretudo de musica portuguesa e brasileira.

ART. 30.o

Compete ao Diretor Social:

Alinea a) Cuidar da boa ordem e apresentação da sede Social.

Alinea b) Incrementar as atividades sociais.

Alinea c) Fazer manter a boa conduta e o respeito entre os participantes das atividades realizadas na sede Social.

ART. 31.o

Compete ao Diretor sem Pasta:

Alinea a) Substituir qualquer dos diretores menos os Tesoureiros.

CAPITULO VII

Dos Sócios

ART. 32.o

São sócios todas as pessoas de nacionalidade portuguesa que tiverem seus nomes inscritos no quadro social.

ART. 33.o

Os sócios, inclusive os membros de qualquer órgão, da sociedade não respondem, nem sequer subsidiariamente, pelas obrigações sociais.

ART. 34.o

Para ser admitido como sócio é indispensavel que o candidato gose de bom conceito e de reconhecida moralidade.

ART. 35.o

Aos socios que se demitirem ou forem eliminados, não cabe qualquer indenização ou restituição pelo que houverem pago para a sociedade.

ART. 36.o

Os socios classificam-se nas seguintes categorias:

a) Contribuintes, b) Benfeitores, c) Benemeritos e d) Honorarios.

ART. 37.o

São socios contribuintes aqueles que satisfizerem o pagamento correspondente á joia, concorram, periodicamente, para os cofres sociais c/ as quantias que lhe forem fixadas.

PARAGRAFO UNICO

É dispensado o pagamento de joia para os filhos de socios que atingirem a maioridade.

ART. 38.o

A admissão de sócios contribuintes é feita mediante proposta firmada pelo candidato e pelo socio proponente, devidamente apreciada e aprovada pela Diretoria.

ART. 39.o

São socios benfeitores aqueles que por doação ou liberalidade propiciada á sociedade façam jús á alta distinção e reconhecimento.

ART. 40.o

São socios benemeritos aqueles que, por serviço relevante prestado á sociedade, façam jús a alta distinção e reconhecimento.

ART. 41.o

São socios honorarios aqueles que mereçam a consagração da sociedade aos seus atos de louvavel e meritoria conduta publica.

ART. 42.o

A admissão de socios benfeitores, benemeritos e honorarios é feita por deliberação do Conselho Deliberativo, após parecer favoravel de uma comissão nomeada pela Diretoria.

ART. 43.o

A qualidade de socio é comprovada pelo Cartão de Identidade acompanhada para os socios contribuintes do recibo da contribuição periodica devida.

ART. 44.o

Os socios benemeritos, benfeitores e honorarios, alem da inscrição normal nos registros da sociedade, serão agraciados com um Diploma de Honra e terão os seus nomes transcritos em livro especial denominado "Livro de Honra da CASA DE PORTUGAL".

ART. 45.o

Pelo falecimento do sócio, a sociedade tomará luto, prestando a Diretoria de forma condigna suas homenagens à memória do extinto.

ART. 46.o

São direitos dos Sócios:

Alinea a) Integrar qualquer órgão da sociedade.

Alinea b) Receber a assistência e os benefícios prestados pela sociedade.

Alinea c) Participar de todas as atividades que constituam os objetivos sociais.

Alinea d) Recorrer dos atos da Diretoria para o Conselho Deliberativo.

Alinea e) Propor socios contribuintes.

Alinea f) Requerer com 30 (trinta) socios, convocação da Assembleia Geral desde que estejam todos quites com a sociedade.

Alinea g) Solicitar e obter demissão do quadro social.

PARAGRAFO 1.o)

São extensivos os direitos de participar das festas recreativas e culturais os seguintes membros da família dos socios: o outro conjuge, filhas solteiras, filhos até 18 anos (dezoito anos).

PARAGRAFO 2.o)

Parentes ou pessoas outras enquanto vivam em relação de dependência com o socio ou sob sua responsabilidade, poderão gozar dos direitos de participar das atividades recreativas e culturais, desde que justificado o pedido de concessão ficando o mesmo sujeito a revisão.

PARAGRAFO 3.o)

Poderão ser socios da "CASA DE PORTUGAL DE MARILIA" os filhos de portugueses natos, quer por parte de pai ou de mãe, dependendo da aprovação da Diretoria.

ART. 47.o

São obrigações dos Socios:

Alinea I) Cumprir os dispositivos dos Estatutos Sociais e Regulamentos internos.

Alinea II) Respeitar as decisões emanadas dos órgãos da sociedade.

Alinea III) Cooperar para o progresso da sociedade, bem como, para consecução dos objetivos sociais.

ART. 48.o

É indelegavel pelos socios o exercicio de seus direitos e obrigações.

CAPITULO VIII

Das Penalidades

ART. 49.o

São penas a que estão sujeitas os socios.

Alinea f) Advertencia, Suspensão, Demissão e Eliminação.

ART. 50.o

A pena de Advertencia será aplicada pela Diretoria ao socio que infringir o instituido neste Estatuto e nos dispositivos do Regulamento interno.

ART. 51.o

A pena de suspensão, por prazo não superior a 90 (noventa) dias será aplicada pela Diretoria ao socio que reincidir em falta possivel da pena de advertencia ou que infringir disposições dos presentes Estatutos ou que se portar de modo inconveniente para o bom conceito da sociedade.

PARAGRAFO UNICO:

O Socio suspenso não fica isento do pagamento das contribuições para a sociedade.

ART. 52.o

A pena de demissão será aplicada pela Diretoria ao socio que deixar de pagar 3(treis) contribuições periodicas consecutivas, ou dentro do prazo que lhe for marcado, não solucionar qualquer outro pagamento a que esteja obrigado perante a sociedade.

PARAGRAFO UNICO

Aquele que estiver demitido ou haja sido demitido, deverá quitar-se com os cofres sociais para ter a sua nova proposta de socio apreciada pela Diretoria.

ART. 53.o

A pena de eliminação será aplicada pelo Conselho Deliberativo ao socio reincidente em falta de passivel pena de suspensão ou que no ambiente interno da sociedade infringir normas comezinhas de moral, ou ainda, que reincidir na pratica de crime doloso.

PARAGRAFO UNICO

Ao socio indicado a pena de eliminação é aplicada, emediatemente a pena de suspensão, a qual não terá limite de duração, perdurando até decisão do pedido de eliminação.

Paragrafo 2.o) Da pena de eliminação, poderá o interessado recorrer, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, para uma Assembleia Geral.

Paragrafo 3.o) O socio eliminado não poderá mais fazer parte da sociedade.

CAPITULO IX

Do Patrimonio

ART. 55.o

O patrimonio é constituído pelos bens de qualquer natureza que a sociedade possuir.

ART. 56.o

A alinação ou oneração de bens do patrimonio depende, para os moveis de autorização do Conselho Deliberativo e para os imoveis de autorização da Assembleia Geral.

ART. 57.o

Terminada a existencia da sociedade, os bens imoveis e moveis que eventualmente façam parte da "CASA DE PORTUGAL DE MARILIA" serão uso fruto da Beneficencia Portuguesa mais proxima de Marilia, ou então da cidade, caso ela exista.

CAPITULO X
Da Receita e Despesas:

ART. 58.o

Constituem fontes de receita. f) Efetivas.

Alinea a) As joias de admissão de socios contribuintes.

Alinea b) As contribuições periodicas dos socios contribuintes.

II - Eventuais. Alinea a) O produto de venda de material desnecessario ou imprestavel.

Alinea b) O produto da venda de bens, em geral, pertencentes ao patrimonio social

Alinea c) Doações.

PARAGRAFO UNICO:-

A receita da sociedade poderá ser acrescida de qualquer outra forma, a qual será incorporada sob o titulo "Diversos".

ART. 59.o

Constituem despesas, os gastos para atender e possibilitar a realização dos objetivos sociais,

PARAGRAFO UNICO

As despesas que escapam à mera administração, dependem de autorização do Conselho Deliberativo.

CAPITULO XI

Das Reuniões

ART. 60.o

A Diretoria reunir-se-á em sessão ordinaria uma vez por mes e tomará todas as suas deliberações com a presença de 6 (seis) diretores no minimo.

ART. 61.o

As reuniões do Conselho Deliberativo terão lugar sempre que o seu Presidente as convoque por solicitação da Diretoria ou para resolução de assunto que haja necessidade, e ainda quando o presidente achar conveniente.

ART. 62.o

As reuniões do Conselho Deliberativo funcionarão com um minimo de 8 (oito) Conselheiros.

CAPITULO XIII

ART. 63.o

As eleições serão realizadas, de 2(dois) em 2(dois) anos na primeira quinzena do mes de Dezembro, por escrutinio secreto.

ART. 64.o

Cada chapa concorrente deverá ser apresentada á Secretaria com 3 (treis) dias de antecedencia ao da eleição, por meio de officio subscrito por um dos candidatos a fim de ser registrada em livro proprio existente na Secretaria.

ART. 65.o

Para processamento da eleição, o Presidente da mesa suspenderá os trabalhos por periodo não superior a 30(trinta) minuto, afim de que os socios se munam das cédulas respectivas.

ART. 66.o

Processada a votação o Presidente da mesa tomará as medidas para a melhor e mais rapida apuração dos votos, proclamando eleita a chapa vencedora, empossando os seus componentes, inclusive aqueles que estiverem ausentes.

ART. 67.o

Nestas eleições será eleito o Conselho Deliberativo que por sua vez, em reunião que se realizará na primeira quinzena de Janeiro, elegerá de entre os seus membros a Diretoria da Sociedade inclusive seu Presidente e o Conselho Fiscal de acordo com o disposto no item I do artigo 14.o deste Estatuto.

ART. 68.o

Quando houver empate no resultado da votação considerar-se-á achapa vencedora, na qual o candidato ao cargo de Presidente do Conselho, for o mais antigo no quadro social e, no caso de igualdade de tempo o mais velho.

Alinea a) Não haverá voto por procuração.

CAPITULO Das Assembleias Gerais.

ART. 69.o

A Assembleia Geral é o órgão representativo do mais elevado poder da sociedade, sendo soberano em suas deliberações, ficando-lhe, todavia, vedado deliberar sobre matéria estranha aquela para a qual for convocada.

ART. 70.o

As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, serão convocadas pela Diretoria, a pedido do Conselho Deliberativo ou a requerimento de 30 (Trinta) associados quites de acordo com o artigo 46.o deste Estatuto.

ART. 71.o

X A Assembleia Geral é convocada por editais publicados 3 (Três) vezes, em dias alternados, em jornal local e de circulação diária, o primeiro com antecedências de 10 (Dez) dias e o último, no próprio dia designado para a realização da mesma, devendo contar a pauta dos assuntos a serem tratados na sessão.

ART. 72.o

A Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, se realiza com qualquer número se, durante uma hora após marcada, não se apresentarem pelo menos, metade e mais um dos Associados.

ART. 73.o

X Aberta a Assembleia Geral pelo Presidente da Diretoria, é dada posse ao Presidente da Sessão, eleito por aclamação, o qual nomeará os demais membros para constituírem a Mesa.

ART. 74.o

Compete a Assembleia Geral apreciar e decidir todos os assuntos de interesse da Sociedade, inscrito em sua "Ordem do dia".

ART. 75.o

A Assembleia Geral é contínua e só por motivo de força maior se interrompe.

Não sendo possível concluir apreciação da pauta constante da convocação em um só dia, o Presidente da Mesa, independente de novos editais, marcará a continuação no dia proximo.

ART. 76.o

A Assembleia Geral Ordinaria é convocada pela Diretoria e realiza-se de 2 (dois) em 2 (Dois) anos, na primeira quinzena de Dezembro, tendo-se em vista o que dispõe o artigo 63.o na parte referente a eleição do Conselho Deliberativo, e anualmente na segunda quinzena do mes de Janeiro para, alem de outros assuntos incluídos na "Ordem do dia" deliberarem sobre os seguintes objetivos:

I - Leitura, discussão, votação e aprovação da ata da ultima Assembleia Geral.

II - Leitura, discussão, votação do Balanço Geral e do Relatorio da Diretoria.

IV - Assuntos de Ordem Geral.

PARAGRAFO UNICO:

Bienalmente a "Ordem do dia" terá tambem objetivo da eleição e posse dos Membros do Conselho Fiscal, Conselho Deliberativo e da Diretoria.

ART. 77.o

As atas das Assembleias Gerais são subscritas pelo membro da mesa e as das reuniões do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e da Diretoria pelos seus membros presentes.

ART. 78.o

É Coincidente o prazo de mandato dos membros do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e da Diretoria, eleitos pelo periodo de 2 (dois) anos pelos socios reunidos em Assembleia Geral.

CAPITULO XIV
Das Disposições Gerais e Finais

ART. 79.o

Os presentes Estatutos são reformáveis, inclusive no tocante a Administração, por deliberação tomada em Assembleia Geral.

PARAGRAFO UNICO:

O nome, a natureza e os objetos da sociedade são imutáveis.

ART. 80.o

São considerados socios fundadores, todos os cidadãos portugueses que subscreveram a ata da fundação da "CASA DE PORTUGAL DE MARILIA".

ART. 81.o

São conselheiros vitalícios da "CASA PORTUGAL DE MARILIA", todos os que subscreveram a ata de fundação da "CASA DE PORTUGAL DE MARILIA", mais aqueles que foram eleitos para formarem a Diretoria provisoria.

PARAGRAFO UNICO:

Os Conselheiros vitalícios, terão somente função consultiva a criterio da Diretoria e desde que não tenham sido eleitos para o Conselho Deliberativo ou Conselho Fiscal, podendo serem convocados para debaterem assuntos de real interesse da sociedade em reunião conjunta.

ART. 82.o

Ficam isentos do pagamento de joia todos os associados que colaborarem com a diretoria dando donativos destinados a construção da sede propria da sociedade.

ART. 83.o

Perderá o cargo no órgão da sociedade o membro que descurar de suas obrigações.

Para tanto, se faz necessario instauração de processamento interno onde fica assegurado ao associado a plenitude de defesa.

ART. 84.o

Terminada a existencia da sociedade por deliberação de 2 (duas) Assembléias Gerais Extraordinarias consecutivas, estabelecendo-se o espaço minimo de 90 (Noventa) dias entre a primeira e a segunda convocação.

ART. 85.o

O ano economico e social da sociedade coincide com o ano civil.

ART. 85.o

Os bens da "CASA DE PORTUGAL DE MARILIA", caso se verifique a extinsão desta entidade, de acordo com o que percetua o artigo 84.o dos presentes Estatuto, serão doados a Beneficiencia Portuguesa de Marilia, ou em caso da enexistencia desta na cidade, será doada a da cidade mais proxima.

ART. 86.o

O Vice-Consulado de Portugal de Marilia, terá sua sede perpetua e gratuita em dependencias para tal designadas no edificio da "CASA DE PORTUGAL DE MARILIA", as quais deverão ser instaladas condignamente e satisfaçam as condições de servir ao fim que se destinam.

ART. 87.o

Aos não portuguese que se mostrarem dedicados aos objetivos sociais, compartilhando da afeição pela nação portuguesa poderá a Diretoria conferir o Diploma de "Amigo de Portugal", facultada a sua frequencia á sede social, na forma a prescrever o respectivo regulamento.

PARAGRAFO UNICO

A Diretoria a qualquer tempo, independente motivação, poderá cassar ao contemplado o diploma conferido.

ART. 88.o

São recebidos na sociedade com a prerrogativa de sócios honorários, enquanto investidos nos cargos, as pessoas que integrarem o Corpo Diplomático e Consular do Governo Português, acreditados junto ao Governo Brasileiro.

ART. 89.o

Os casos omissos serão estudados e resolvidos pela Diretoria em reunião conjunta com o Conselho Deliberativo, funcionando nas condições estabelecidas nestes Estatutos.

Ata da Reunião Realizada dia 2 (dois de Outubro de 1963 (Dois mil novecentos e sessenta e três)

Nos dois dias do mês de Outubro de Duem mil novecentos e sessenta e três, se reuniram ora sede do Vereadorado de Portugal, sito a Avenida Lambari Vidal numero 157 (quatrocentos e cinquenta e sete) 5º andar, sala 502, nesta cidade de Marília, Estado de São Paulo, os senhores: Manoel Cardoso da Costa Santos, Porfirio Martins Macieira, Manoel Joaquim Vires, Antônio Alves Barrocas, João Fonseca Pereira de Queiroz, Américo Ferreira Duarte, José Carlos Vieira, uma tentativa de formação da "CASA DE PORTUGAL DE MARILIA", digo: Fundação da "CASA DE PORTUGAL DE MARILIA". No início da reunião, usou da palavra o sr. Porfirio Martins Macieira, dizendo sobre a finalidade desta reunião, que era mais ou menos que uma tentativa da formação da "CASA DE PORTUGAL DE MARILIA", seguindo exemplo de outras cidades do interior, que já a possuem, e ao mesmo tempo essa fundação serviria para maior unificação da Colônia Portuguesa, não só desta cidade, como também da região. Foi então passada a palavra ao sr. Manoel Cardoso da Costa Santos, que apoiou a palavra do orador anterior, e então se pôs os estatutos da "CASA DE PORTUGAL DE TUPÃ", deu para os presentes item, por item dos citados estatutos, tendo os presentes concordado com a maior parte dos itens dos estatutos da "CASA DE PORTUGAL DE TUPÃ", apenas discordando do capítulo IX, que depois de diversas discussões foi modificado para seguinte item: Terminada a existência da socie-

dade, os bens e imóveis que eventualmente façam parte da "CASA DE PORTUGAL DE MARILIA" serão um fruto da Beneficência Portuguesa anos proxima de Marília ou então da cidade caso ela exista quando da fundação da "CASA". Continuando nas discussões sobre os estatutos, também o artigo 45, alinea VII, será acrescentado do seguinte: Parágrafo 3º, Poderão ser sócios da "CASA DE PORTUGAL DE MARILIA" os filhos de portugueses natos, quer por parte de pai quer por parte de mãe, dependendo da aprovação da Diretoria. Também ficou encarregado o senhor Manoel Cardoso da Costa Santos de elaborar novamente os estatutos para que na proxima reunião apresente algumas sugestões para posteriores modificações. Após o assunto sobre os estatutos, pediu a palavra o senhor José Pereira, para falar aos presentes quanto a "CASA" iria cobrar de mensalidades. Então ficou acordado que o mínimo seria em \$300,00 (Trezentos cruzeiros, sem jôia para o inicio, daí para cima associado seria inscrito com mensalidade maior dependendo é claro, da sua boa vontade. Terminado este assunto, retornou de novo a palavra o senhor Porfirio Martins Oliveira, convidando o senhor José Pereira, para assumir a presidência da "CASA", tendo este em principio recusado, alegando ser ainda novo em Marília e pouco conhecedor da colônia desta cidade. Posteriormente concordou também o senhor Antonio Alves Barroadas, para ser o tesoureiro tendo este aceitado, ideou o senhor Manoel Cardoso da Costa Santos para assumir a Secretaria, ideou o senhor Manoel Joaquim Pires para Vice Secretaria, assim como o senhor João Fonseca Pereira Queiroz, para Diretor Social, tendo todos estes

senhores, aceitando os encargos. Com estes senhores já em-
possados, retomou a palavra o novo Secretário da "CASA",
solicitando a confecção dos impressos para a Secretaria,
ficando os senhores José Pereira e Antônio Alves Barra-
das de providenciarem. Ainda o mesmo senhor, es-
crevendo mais brevemente para disenter, marcou
uma nova reunião para o dia 20 (vinte) do corrente,
às nove horas no mesmo local, ficando compre-
missados todos os presentes de convidarem mais ele-
mentos da Colônia Portuguesa a tomarem parte nes-
sa reunião, para também fazerem parte da Diretoria.
Antes de terminar a reunião o senhor Porfirio
Martins Madeira sugeriu aos presentes que o se-
nhor Manoel Pereira - Vice-Consul de Portugal des-
ta cidade, fosse eleito, presidente de honra da "CA-
SA", com reconhecimento às facilidades e boa volun-
tade do citado senhor, cedendo gratuitamente a
sala onde funciona o Vice-Consulado. Nada
mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião,
para a qual foi lavrada esta ata que vai assi-
nada pelos presentes. Com adendo a esta ata,
por lapso do secretário foram esquecidos de serem
citados os senhores José Pereira, Antônio Josefa
Pereira de Queiroz, Filho que também se encontra-
vam presentes a esta reunião.

Jose Pereira
JOSE PEREIRA
Porfirio Martins Madeira
PORFIRIO MARTINS MADEIRA
Manoel Joaquim Pires
MANOEL JOAQUIM PIRES
Antônio Josefa Pereira de Queiroz, Filho
ANTÔNIO JOSEFA PEREIRA, FILHO
Américo Fernando Duarte
AMÉRICO FERNANDO DUARTE

Manoel Cardoso da Costa Santos
MANOEL CARDOSO DA COSTA SANTOS
Antônio Alves Barradas
ANTÔNIO ALVES BARRADAS
João José Pereira Queiroz
JOÃO JOSÉ PEREIRA QUEIROZ
Jose Carlos
JOSE CARLOS

Ata da segunda reunião realizada dia vinte de
Outubro de um mil novecentos e sessenta e três.

Aos vinte dias do mês de Outubro de hum mil, no-
centos e sessenta e três, conforme previa a ata anterior,
se reuniram na sede do Vice-Consulado de Portugal, si-
to à Avenida Lampaio Vidal, numero quatrocentos e cin-
centa e sete - quinto andar, sala quinhentos e dois,
sentados: José Pereira, Manoel Cardoso da Costa Santos,
Porfirio Martins Madeira, Manoel Artindo Granjo Fer-
reira, Vítor Guedes Monteiro Paiva, José Violante Monteiro,
Manoel Joaquim Pires e Antonio Tanseca Pereira de Queiroz
filho, com a finalidade da reunião anterior "Pro-fun-
dação da "CASA DE PORTUGAL DE MARILIA". No inicio da sessão
usou da palavra o senhor Porfirio Martins Madeira,
conclamando aos presentes, cooperação para que esta
ideia seja uma realidade e para que possamos le-
var esta iniciativa a bom termo. Depois proseguiram
com a palavra o senhor Manoel Cardoso da Costa San-
tos, explanando sobre diversos assuntos desta reunião e
dizendo inclusive que esteve em São Paulo, na Casa
de Portugal em São Paulo, (digo: Casa de Portugal de
São Paulo, sendo recebido com toda a amabilidade
pelo secretário daquela Casa, recebendo d'ele todas
as explicações necessárias à fundação da "CASA". Retomou
a palavra o senhor Porfirio Martins Madeira, indi-
cando o senhor Vítor Guedes Monteiro Paiva para que
o mesmo assumisse a Vice-Previdencia, tendo já nes-
ta ocasião, sendo aclamado pelos presentes, assumido
a Vice-Previdencia da "CASA DE PORTUGAL DE MARILIA". O
senhor José Pereira pediu aos presentes que se amis-
sem todos, para que com a sua colaboração, po-
samos chegar ao nosso fim. Posto isto, estão já
com Presidente, Vice-Presidente, primeiro Secretario, Vice-
Secretario, primeiro Tesoureiro. Director Local is etc.

ção da Diretoria, assim como os elementos que vão responder pelo Conselho Fiscal e Deliberativo. Continuando com a palavra o Presidente eleito, sugeriu aos presentes que a "CASA DE PORTUGAL DE MARILIA", fosse inaugurada dia primeiro de Dezembro de hum mil novecentos e sessenta e três, com o maior numero de presentes, sendo apoiado pela maioria. Então ficou acertada uma reunião para o dia primeiro de Dezembro de hum mil novecentos e sessenta e três, data oficial da inauguração da "CASA". Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta ata, pelo Secretario, e que vai assinada pelos presentes desta reunião. Em anexo a esta ata por tapso do secretario, onde se lê: Ata da segunda reunião realizada dia vinte de Outubro de hum mil, novecentos e sessenta e três, acerca-se Pro-Fundação da "CASA DE PORTUGAL DE MARILIA".

Jose Pereira
JOSE PEREIRA

Porfirio Martins Madeira
PORFIRIO MARTINS MADEIRA

X VITOR GUEDES MONTEIRO PAIVA

Manoel Joaquim Pires
MANOEL JOAQUIM PIRES

Manoel Cardoso da Costa Santos
MANOEL CARDOSO DA COSTA SANTOS

Manoel Almeida Granjo Ferreira
MANOEL ALMEIDA GRANJO FERREIRA

Jose Vitor Monteiro
JOSE VITOR MONTEIRO

Antonio Fonseca P. Queiroz Filho
ANTONIO FONSECA P. QUEIROZ FILHO

Ata da Inauguração Oficial da "CASA DE PORTUGAL DE MARILIA", realizada dia primeiro de Dezembro de hum mil novecentos e sessenta e três. No primeiro dia do mês de Dezembro de hum mil novecentos e sessenta e três, precisamente às dezoito horas, na sede provisória da "CASA DE PORTUGAL DE MARILIA", sita a Avenida Lompaio Vidal numero quatrocentos e cinquenta e sete - quinto andar sala quinhentos e dois, foi inaugurada oficialmente a "CASA DE PORTUGAL DE MARILIA", com a presença dos senhores: José Pereira - Presidente, Vitor Guedes Monteiro de Paiva - Vice-Presidente, Antonio Alves Barradas - primeiro Tesoureiro, Manoel Cardoso da Costa Santos - primeiro Secretario, Manoel Joaquim Pires - segundo se-

secretário, Antônio Fonseca Pereira Queiroz Filho - Diretor do Conselho Deliberativo, Manoel Arturdo Frango Ferreira - Presidente do Conselho Fiscal, Amândeo José Neto - Presidente do Conselho Deliberativo, João Francisco Gomes, José Mateus Pinheiro, José Teofante Monteiro, Antônio A. Ferreira, todos do Conselho Deliberativo da "CASA" e ainda o Diretor Sem Pasta senhor Americo Fernando Duarte e o Bibliotecário, senhor Porfírio Martins Madeira. Iniciando a sessão, falou em primeiro lugar o Presidente, congratulando-se com os presentes pela data que coincide ao mesmo tempo com a Restauração da República Portuguesa, pedindo a todos que não esmorecamos para que possamos levar avanti esta ideia, e por fim deu por inaugurada oficialmente a "CASA DE PORTUGAL DE MARILIA", sendo aclamado por uma calorosa salva de palmas. Antes de terminar, após as palmas dos presentes, o senhor Presidente que presidiu a sessão, agradeceu a presença da doutora Lucy de Carvalho. Após as palavras do Presidente, assumiu-a o senhor Secretário, aproveitando ensejo para apresentar sugestão à Presidência, quanto à contenção de gastos e, nessa oportunidade, foi aprovado pela maioria que o senhor Tesoureiro pagaria, com o visto do Presidente, importância até R\$ 10.000,00 (Dez mil cruzeiros). As despesas que ultrapassarem esse limite só deverão ser feitas depois de uma reunião da Diretoria e sendo aprovado pela maioria. Esta proposta deve-se ao fato sobre uma homenagem, embora bem feita e que ao mesmo tempo serviu para propaganda da "CASA", ao Presidente dos Estados Unidos da America, senhor John F. Kennedy, quando da morte deste. Também nesta oportunidade, os recortes dos jornais e os artigos lidos nas três emissoras locais, serão arquivados na

Secretaria. Foi uma despesa exagerada e que a "CASA" não estava em condições de o fazer, disse o Presidente. Também era oportunidade o Secretário solicitar que fosse providenciado um "LIVRO DE OURO", para angariar fundos para a compra de prédio próprio, ideia apoiada. O Presidente solicitou ao Secretário que o mesmo providenciasse o registro dos Estatutos e cópias de atas de reuniões anteriores e desta no Cartório local, para que assim a "CASA" pudesse funcionar juridicamente. Nesta oportunidade a Doutora Lucy de Carvalho deu algumas sugestões que se seguem: que seja acrescentado ao capítulo XII (décimo segundo), artigo 68 (sessenta e oito) a alínea 1ª (primeira). "Não haverá voto por proeminência". Inclusive a citada senhora colocou-se à disposição da "CASA" para qualquer dúvida que possa surgir no futuro. Também o Secretário usando de novo a palavra propôs à "CASA" que fosse convidado o Doutor Luiz Bodna, para uma palestra, ou em nossa sede, ou em local a ser designado pelo Presidente, sobre o que ele vir em sua estadia em Portugal e Colônias do mês de Novembro de 1963 (hum mil novecentos e sessenta e três). Antes do término da sessão o Presidente alertou o Secretário que fossem enviados a todas as Entidades Portuguesas, Secretariado Nacional de Informação, Prefeito Municipal, Câmara Municipal, Jornal do Comércio, Correio de Marília e José Arnaldo, agradecendo a este a sua colaboração espontânea através do jornal. O Secretário pediu ao Presidente que de hoje em diante fosse marcada uma reunião mensal todo o primeiro domingo de cada mês, sendo apoiada a ideia. Representando a palavra, deu para os presentes a composição oficial da diretoria, Conselho Fiscal, Conselho Deliberativo sen-

do no final aclamado pelos presentes com uma salva de palmas e cujos nomes iriam constar nesta ata. Finalizando a sessão, usou da palavra o Presidente pedindo mais uma vez a união de todos para a missão que ora se inicia e após isso foi encerrada a sessão com mais uma calorosa salva de palmas, sendo esta ata lida e aprovada por unanimidade o Secretário Manoel Cardoso da Costa Santos e que vai assinada pelos presentes a sessão.

Antonio Alves Barradas
ANTONIO ALVES BARRADAS

Manoel Joaquim Pires
MANOEL JOAQUIM PIRES

Manoel Arlindo Granjo Ferreira
MANOEL ARLINDO GRANJO FERREIRA

João Francisco Sornas
JOÃO FRANCISCO SORNAS

Jose Violante Monteiro
JOSE VIOLANTE MONTEIRO

Americo Fernando Duarte
AMERICO FERNANDO DUARTE

Jose Pereira
JOSE PEREIRA

Vitor Guedes Monteiro Paiva
VITOR GUEDES MONTEIRO PAIVA

Manoel Cardoso da Costa Santos
MANOEL CARDOSO DA COSTA SANTOS

Antonio Fonseca P. Queiroz Filho
ANTONIO FONSECA P. QUEIROZ FILHO

ARMANDO JOSE NETTO

JOSE MATEUS PINHEIRO

Antonio A. V. Ferreira
ANTONIO A. V. FERREIRA

Porfirio Martins Madeira
PORFIRIO MARTINS MADEIRA

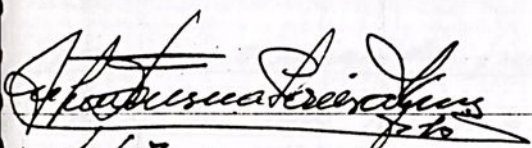
"Ata da reunião mensal da Diretoria, realizada dia cinco de janeiro de 1964, às 19h00, no salão nobre da Casa de Portugal de Marília, sito à Avenida Lins Vidal número quatrocentos e setenta e sete quinto andar sala quinhentos e dois, precisamente às dez horas, com a presença dos Senhores José Pereira - Presidente, Vitor Guedes Monteiro de Paiva - Vice-Presidente, Manoel Joaquim Pires - Segundo-Secretário, João Fonseca Pereira de Queiroz - Diretor Social, Manoel Cardoso da Costa Santos - Primeiro-Secretário e José Violante Monteiro do Conselho Deliberativo. De início o Senhor Presidente usou a palavra perguntando ao Secretário do andamento do registro dos Estatutos e foi por este informado que o assunto já estava bem encaminhado inclusive já se encontra no Car-

Tório de Registros para as providências necessárias, apenas agora será demorado, uma vez que neste mês são as férias do juiz. Pedindo um aparte o Senhor José Pereira informou que a falta dos senhores Manoel Granjo Filho, Porfirio Martins Madeira e Antonio Alves Barradas se devem a motivos de viagem. Então retomou a palavra o Secretário, dando de início a Ata da reunião anterior, sendo pelos presentes aprovada, após deu também aos presentes os ofícios recebidos até esta data, e ficou resolvido se escrever à Federação Portuguesa do Rio de Janeiro, indagando qual a vantagem e onus que existem para a filiação da "CASA" naquela Federação. Nada mais tendo a falar, o Secretário, retomou a palavra o Presidente, para nomear uma comissão, que já no próximo Domingo se deslocará às cidades de Vera Cruz e Jataí, para a angariação de fundos para a "CASA" e novos sócios. Também o Presidente pediu aos presentes, que daqui para o futuro procurassem incentivar a campanha social e de fundos para a construção de prédio próprio. Nada mais havendo a tratar, ficou encerrada a sessão, com a lavatura desta Ata, a qual vai assinada pelos presentes.

JOSE PEREIRA
 Manoel Joaquim Pires
 MANOEL JOAQUIM PIRES
 MANOEL CARDOSO C. SANTOS

VITOR QUEDES MONTEIRO PAIVA
 JOAO FONSECA ROBEIRA QUEIROZ
 JOSE VIOLANTE MONTEIRO
 JOSE VIOLANTE MONTEIRO

Ata da reunião mensal da "CASA DE PORTUGAL DE MARILIA" realizada em dia dois do mês de Fevereiro de hum mil novecentos e sessenta e quatro. Nos dois dias do mês de Fevereiro de hum mil novecentos e sessenta e quatro, reuniram-se na sede provisória da "CASA DE PORTUGAL DE MARILIA", sito à Que-


 JOAO FORSEER ROQUEIRO
 ANTONIO A. BATRADAS
 HUMBERTO REIS ALVES

MANOEL J. DIXES

FERNANDO M. LIEGAS

MANOEL APOLINARIO FERREIRA

Aos vinte e cinco dias do mês de Agosto de mil novecentos e sessenta e oito, se reuniram na sede provisória da Casa de Portugal, sito a avenida Sampaio Vidal quatrocentos e cinquenta e sete, quinto andar, sala quinhentos e hum, os diretores da Casa Portugal. Estiveram presentes os senhores: Antonio Fonseca Leão de Azevedo Filho, Manoel Joaquim Dias, Manoel Cardoso da Costa Santos, Manoel Arlindo Grap Ferreira, frei Fausta Cardoso, diretores, e mais, como convidados, os senhores: Américo Ferreira Duarte, Manoel Joaquim Andrade, frei Cardoso, Joaquim Daniel. Foi justificada a ausência do senhor Antonio Alves Barreiros, por motivo de viagem. Iniciando a palavra o senhor presidente, mandou que o senhor secretário lesse a correspondência recebida e enviada. Mandou que fosse respondido o ofício enviado, pelo grupo local "Maria Isabel Sampaio Vidal de Padua Nobrega, no sentido de que, no momento a Casa não se encontra em condições de atender o pedido. O sr. secretário leu a cópia do carta enviado ao sr. Leonel Claro em nome do cheque de mil reais para pagamento do aluguel empregado na Festa Vinho. Também o senhor presidente exibiu aos presentes a escritura definitiva do acido proprio da Casa, adquirido pelo imputamento de 100.000 mil Cruzados novos, e deixou aos presentes a vontade para que os fizessem apurados sem sugestões, para se fizessem apurados as sugestões, para elaboração do plano de reforma da nova acido proprio de variis chissimos, fizessem planos, que fizessem uma nova planta de fizessem, para depois, no trabalho um plano para a amada da fizessem.

Logo se o rito do fado do novo rito, celebraram-se
marcada nova reunião. Finalmente o senhor Presidente passou
a reunião, agradecendo a presença de todos e mandou a
Monsieur Cardoso do Espírito Santo, secretário, fazer as honras
de mais, que tudo se achou de acordo, foi tudo e animada
fez presentes a reunião

Barra das
Manuel Joaquim Andrade
José Antonio da Cruz
João Gomes de Sá
Barra das
Francisco L. Mattos
Manuel Joaquim
Miguel

As reuniões do mês de Outubro de 1891 foram realizadas e
presentes e oito, se reuniram no salão próprio da Casa de Patri-
gól, sito a Rua Amegras numero 11, as mesmas directores
desta entidade, sob o presidio do seu presidente se Ant-
Ferreira Ribeiro de Queiroz Filho, juntamente com o sr. Manoel Cardoso
do Espírito Santo, Antonio Alves Barroso, Manoel Ribeiro Gomes
Ferreira, Joaquim Daniel dos Santos, José Gomes Neto, José Cardoso
Luis Neto e Manoel Joaquim Andrade, após se realizarem
reuniões em convocação verbal do seu presidente. Ao terminar as
trabalhos o seu presidente, convidou o sr. secretário para ler a
correspondência enviada e recebida, sendo lidos todos presentes
ciculis do assunto e sendo feita as respectivas anotações, em
seguida o seu presidente, submeteu aos presentes a admissão
de mais 32 (trinta e dois) novos socios, sendo todos aprovados
Posteriormente foi exibido aos presentes o livro de plant

Nº.

Este livro contém cinquenta folhas numeradas
tipograficamente de 1 a 50, destinando-se
à lavatura das atas de Assembleias Gerais
da "Casa de Portugal de Marília", tendo as suas folhas publicadas, pelo Presi-
dente da sociedade conforme Alínea g) do Art.º 23 Cap.º
do Estatuto.

Marília, 28 de Dezembro de 1967

Ata nº 1

Aos vinte e oito dias do mês de Setembro de hum mil
 novecentos e sessenta e sete se reuniram no sede da
 Casa do Povo de Macaíba, sob a Av. Gonçalves
 Vianna 457 5ª andar, os seus membros
 foi eleito o Sr. Manoel Joaquim Lima para eleito do
 mesa, tendo como odo a mesa, Manoel Cardoso do
 lito Santos para secretaria a mesma. O Sr. Presidente
 assinando os trabalhos, deu inicio as atividades
 da Casa do Povo, mandando ler o relatório da
 diretoria anterior, sendo as contas, aprovadas. Sendo
 sequencia, de acordo com Estatuto desta Casa, artº
 nº 6.5, Capº 13, O Sr. Presidente, suspendeu a sessão para
 Compromissos da chofas, durante 30 dias minutos, ficando
 o tempo estipulado sob o Presidente, foram iniciados
 os trabalhos, tendo sido apresentado como chofa única
 com os seguintes nomes: Antonio Firmino Pereira Queiroz, Antº
 Helio Barroso, Antonio Martin Dias, Helio Antonio, Manoel
 Helio Jorge Ferreira, Manoel Cardoso Lito Santos, Manoel
 Joaquim Lima, Sr. Firmino Pereira Queiroz, Humberto Reis
 Helio, Sr. Cley Pereira Soares, Luis Nelly, Sr. Carlos
 Raul Douglas Brito, Fernando Sr. Douglas Vieira, Rofin.
 14. Madure. Rmado Sr. Nelly, Sr. Vitor Alexandre. Américo
 Ferreira Duarte, Vitor Junior H. Paiva, Sr. Helio Lito
 Manoel Martin, Manoel Joaquim Andrade, Sr. Lito
 Sr. Faria Cardoso, Sr. Rmado Pereira, Sr. Teixeira
 Rodolpho, sendo os 5 ultimos, apresentados para
 suplentes. Apoi em, o Sr. Presidente foi em votacao para
 a chofa e a mesa acima, tendo sido os mesmos
 aprovados por unanimidade. Declaro a sessão
 encerrada.

a diretoria. O sr. Luodete abreu a palavra para
quem dela quizesse fazer uso. Fez uso de palavra
o Humbert de Deus dizendo o seguinte: já se o
eleitor vai ser feito em aclamação, e de afeição
que se por eleitos os membros do direito formado
para se no se fazer o rito do trabalho, e enaltece
sendo o seu trabalho. Ninguém mais querendo fazer
uso de palavra, o sr. Presidente mandou que
fosse lido a seguinte ata a qual vai amoroso
feita pronta, após a sua leitura e aprovada. Eu
Manoel Cardoso do. Isto sou eu larei esta ata

~~Manoel Joaquim Pereira~~

~~Manoel Joaquim Pereira~~
Joaquim Daniel Santos

Manoel Joaquim Andrade

Antônio Rodrigues

Manoel Joaquim Pereira

Manoel Joaquim Pereira

Manoel Joaquim Pereira

Manoel Joaquim Pereira

Manoel Joaquim Pereira

Alonzo da Graça Pereira, Manoel Joaquim Lima, José
 Vitor da Silva Alexandre, Manoel Nunes Moura,
 Alonzo Antunes Matias, Armando da Cruz Pereira,
 José Cruz Pereira Sanches, Armando José Marques Viegas,
 Manoel Soares e Américo Ferrando Duarte, os pri-
 meiros entre um, membros efetivos e os cinco últi-
 mos suplentes. Em face da existência da única
 lista a Assembleia, por aclamação, elege os sócios
 acima citados que o Presidente da Assembleia, empos-
 sa os seus componentes, inclusive os que estavam aus-
 sentes, conforme determina o Art.º 66º "in fine".
 Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata
 que lida e aprovada, foi por mim subscrita, com
 os demais componentes da Mesa. ~~Attesto~~
~~Manoel Joaquim Lima~~ ~~Manoel~~ Em tempo, onde
 se lê Armando José Marques Viegas, lêia-se
 Fernando José Marques Viegas. ~~Attesto~~
~~Manoel Joaquim Lima~~ ~~Manoel~~
 Manoel Joaquim Lima ~~Manoel~~ ~~Manoel~~
 Ant. Rodrigues

Aos vinte e três dias do mês janeiro de mil novecentos e setenta
 e dois, às dez horas, na sede social da base de Portugal de
 Mauá, sito a Rua Amazonas numero dois, realizou-se a
 assembleia geral Ordinária dos associados de acordo, com o
 edital de Convocação, nos dias 14-15-16 de janeiro, publicado
 no jornal Correio de Mauá. Feita a chamada pelo livro de
 presenças, na hora da convocação verificou-se haver quinze
 e dois associados em pleno gozo dos seus direitos. O presidente da
 diretoria sr Manoel Joaquim Lima, pediu ao sr Manoel Cordoso
 da Costa Santos Presidente do Conselho deliberativo, para

assumir, a presidência dos trabalhos. Este por sua vez, assumiu
de a presidência da Assembleia nomeia o sr Antonio Fonseca
Pereira, de Queiroz Filho, para secretariar os trabalhos. A mesa que
preside os trabalhos esclarece que a convocação obedece ao este
julhado no artº 76 do Estatuto XIII e assim os trabalhos a se realiza-
rem são somente a eleição do Conselho Deliberativo para o bie-
nio 1972/1973, de conformidade com o artigo 63 do mesmo Estatu-
to. Ante o exposto, apresentaram a lista de presenças os socios seguintes
que concerniam as eleições do Conselho Deliberativo a saber: Manoel
Cardoso da Costa Santos, Manoel Plínio Gonçalves Pereira, Diamantino
Martins, Libanio Enciclar Faurto, José Cardoso, José Fausto da Silva
Cardoso, Antonio Martins Dias, Manoel Jorgem Andrade, Antonio Teixeira
Rodrigues. Antonio Fonseca Pereira Queiroz Filho, José Fonseca Pereira Queiroz
Antônio Bento Filho, José Carlos Bandeira, Antonio Dias Lourenço, Arnaldo
Bernardo Biquero, Luiz Dias Costa, José Seara do Santos, Páfilo
Montes Radeira, Manoel Jorgem Dias, José Carlos Vieira, Luiz Dias
Lourenço, Manoel Soares, Luiz Dias Pires Farias, Americo Remondino Duarte
Teixeira, Fernando Fausto Lourenço. Em face da existência de uma unica
lista, a Assembleia, por aclamação elegem todos os seus componentes.
Nada mais havendo a tratar, lavrou a presente ata, a qual
lida e aprovada, foi por mim subscrita e os demais componentes
da Assembleia

lida e aprovada, por se tratarem de assuntos de interesse
da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Assinaturas:

Antonio Carlos de Almeida
Luiz Dias Laureano
José de Souza
João de Deus
José de Jesus

Aos vinte dias do mês de Fevereiro de hum mil novecent
 e setenta e dois, na sede social, da Casa de Piquete
 da Vila Rica, a Rua dos Prazeres, município da
 Cidade de Vila Rica, no Estado da Paraíba, do Brasil,

Atalia, nos dias oito, dezoito e doze do corrente, editado
assinado pelo presidente do Conselho Deliberativo, sr.
Manoel Arlindo Graup Ferreira, uma Assembleia geral da
própria desta entidade, com o fim de apreciar o item
único da convocação que dizia sobre a alteração dos
estatutos desta base. Feita a primeira chamada pelo
livro de presenças, precisamente às oito horas e trinta
minutos o sr. Presidente do Conselho Deliberativo sr. Manoel
Arlindo Graup Ferreira, verificou se não havia número
legal para início dos trabalhos. O sr. Presidente do
Conselho Deliberativo, conforme rezam os estatutos, suspen-
deu a sessão por uma hora. Após esse tempo foram
iniciados os trabalhos e feita a chamada pelo livro
de presenças e compareceram presentes os seguintes sócios
srs: Manoel Arlindo Graup Ferreira, Manoel Traquini Andrade,
Antonio Bento Filho, Manoel Cardoso da Costa Santos, Antonio
Teixeira Rodrigues, Amador Branco, Joo Faunha do Sobra
Cardoso, Luiz Dias Lourenço, Luiz Dias Costa, Antonio Dias
Lourenço, Antonio Martins Dias, Joo Carmo Canabarro, Joo
Ferreira Pereira Queiroz, Américo Fernando Lucate, Luciano
Lino Martins, Silvano Encinas Faunha, Manoel Soares
Antonio Luiz Dias Luis Kenós, Antonio Ferreira Pereira Quei-
roz Filho, todos associados em dia com a entidade. Feita
a chamada o sr. Presidente do Conselho Deliberativo, cha-
mou o sr. Manoel Cardoso da Costa Santos, para recitar o
trabalho. Após a fim do referido sr. Presidente do Conse-
lho Deliberativo foi em votação o item único da con-
vocação: Alteração dos estatutos; Então mandou o sr. secretário
ler o item, alias o Capítulo 1º artigo 2º, o qual após lido
e discutido pelos presentes, passou a ter a seguinte re-
dação: "onde se lê: Exclusivamente de nacionalidade
portuguesa; leia-se de qualquer nacionalidade".
No Capítulo II - dos Poderes artigo 7º Corte-se a alínea

a. No artigo 32º, passa a ter a seguinte redacção: "As sócios da Casa de Portugal de Lisboa, todas as pessoas de qualquer nacionalidade, que tiverem seus nomes inscritos no quadro Social". Após a aprovação e redacção dos itens expostos e alterados o sr. Presidente do Conselho Deliberativo, pediu ao sr. Secretário para ler aos presentes novamente o item alterado dos estatutos para se verificar entre os presentes a Assembleia, se havia alguma dúvida ou mais alguma alteração a fazer. Após a leitura pelo sr. Secretário de reunir, foram aprovados em unanimidade e tudo achado de acordo. Mesmo assim o sr. Presidente do Conselho Deliberativo, deu a palavra franca para quem dela quizesse fazer uso. Como ninguém usou a palavra o sr. Presidente do Conselho Deliberativo e também presidente da Assembleia deu por encerrado a sessão, me mandando levar esta ata, a qual lida e achada conforme foi assinada pelos presentes a Assembleia e depois será registada no Cartório competente.

[Handwritten signatures and stamps]
 Santos Felho
 Luís Fortes
 António
 João
 Carlos
 João
 João

Por dezete dias do mês de dezembro de nove mil, nonante e sete e dois, na sede social da Casa de Portugal de Lisboa, sito a Rua Amargoso nº 2, realizou-se a Assembleia Geral Extraordinária, de acordo com o edital de convocação, nos dias 8.10.12, publicado pelo jornal Correio de Lisboa. Fato e chamada pelo livro de presenças, na hora da convocação reuniram-se não havendo número legal de associados. Somente sendo notificado a assembleia em hora após a reunião, fato e

e responderam presente, os seguintes associados: Bento Filho, José Cardoso, Manuel Joaquim Andrade, Manuel Alcido Gouveia Lencina, Luis Dias Costa, Antonio Teixeira Rodrigues, Antonio Dias Lourenço, José Ferreira da Silva Cardoso, e Lourenço Estêvão, todos associados em dia com a entidade. O senhor Presidente do Conselho Deliberativo convocou o senhor Manuel Joaquim Andrade para presidir a assembleia e o sr. Antonio Bento Filho para secretário. Feita a mesa o sr. presidente pois em votação o item único = Aumento de contribuições dos associados e outros assuntos de interesse da sociedade; pelo aumento exposto ficou decidido o aumento da mensalidade de cr\$ 2,50 para cr\$ 5.00 que teve a aprovação dos presentes. Foi lido ao conhecimento dos presentes, associados a doação do loturionário da sociedade Montândia em favor da casa de Portugal, conforme ata de reunião de diretoria registrada e em poder da entidade. Menos oposição unanime o sr. presidente da assembleia liberou a palavra para quem quisesse fazer uso; e como ninguém usou a palavra o sr. presidente deu por encerrada a sessão, foi lavrada a ata e achando-se em conformidade foi assinada pelos presentes.

Bento Filho

Andrade

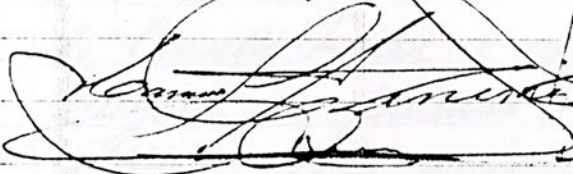
Cardoso

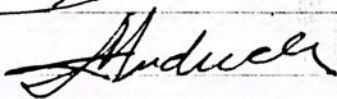
Rodrigues

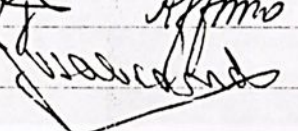
Manuel Joaquim
Antonio Montandia

Estêvão

Joaquim Luis, Manoel Joaquim Andrade, Manoel Almeida, Joaquim
da Costa, Manoel Carlos Costa Santos, Orlando Biel, Lourenço Sbragim, J.
Leão da Silva, Antonio Manteira da Silva, Augusto Magalhães, J. Car-
mo Barros, Afonso Aires, Antonio Teixeira Rodrigues, J. Rita
mau Luis e Sousa. Feito a leitura e submetidos os nomes a
assembleia a relacão foi eleito J. Adamas. Após isso o sr. Lu-
pate, retornou a palavra e disse que agora entre os membros
apresentados deveria ser eleito o presidente do Conselho deliberativo
para o biênio 1974/1975. Foi apresentado a aprovação do Aru-
elvia o nome de sr. Manoel Joaquim Andrade, para presidente do
Conselho deliberativo 1974/1975, sendo aprovado J. aclamado
seu euto o presidente da mesa passou ao sr. presidente do Conselho
deliberativo, o qual assumiu a partir daquela instante a presiden-
cia da mesa. Ao assumir a presidência o sr. Manoel Joaquim An-
drade felicitou os presentes, torceu pela paz e bom andamento
da Casa de Portugal, bem como agradeceu a confiança nele
depositada, e de acordo com a resolução aprovada no início
de sessões, convocou os Conselheiros eleitos para que fizessem com ele
no dia 20 de janeiro de 1974, procedessem a eleições do Conselho
Fiscal e da Diretoria para o biênio 1974/1975. Logo após
o sr. Manoel Joaquim Andrade, abriu a palavra para quem
desejasse fazer uso, como ninguém fez abriu a palavra o
sr. Manoel Joaquim Andrade, deu J. enunciação a respeito da
do J. para que o sr. presidente da mesa, sr. Manoel Carlos da
Costa Santos, lavasse esta ata a qual é transcendente sobre
a realidade que se passou na sessão e a qual vem assi-
nada pelos presentes da mesma





 Afonso Aires de Souza


Antônio Rodrigues
 Ant. R. Rodrigues

Aos vinte dias do mês de janeiro de 1974, conforme editais
 de convocação publicados pelo Imprensa/Cm. de Hailia) nos dias
 oito, nove e dez de janeiro de 1974 e anexados pelo Presidente
 do Conselho Deliberativo senhor Manoel Joaquim Andrade, reuni-
 ram-se na sede própria da Casa de Putingul de Hailia, isto
 é, no Amagor número dois, os senhores Conselheiros eleitos, na
 Assembleia geral realizada no dia 16 de dezembro de 1973, a fi-
 de efetivarem a eleição do Conselho Fiscal e Síntese para
 o biênio 1974/1975. Dando início aos trabalhos, precisamente
 às 9 horas, o senhor Manoel Joaquim Andrade, chamou o senhor
 Manoel Carlos da Costa Santos, para recitar as regras do trabalho
 da eleição. Após isso o senhor Manoel Joaquim Andrade, fez
 a chamada dos senhores Conselheiros eleitos, os quais na totali-
 dade, responderam a chamada. Após o senhor Presidente do Con-
 selho Deliberativo, seguiu-se a Assembleia, e houve alguma
 coisa para começar a eleição. Com nada houve-se o
 senhor Presidente, indicou aos componentes a Assembleia os
 senhores: Antônio Teixeira Rodrigues, Helio Roberto Lige, J. Litor
 do Silva Alexandre, J. F. Faria da Silva Costa, J. Costa
 do Barroso J. Silva do Santo, sendo os três primeiros como
 efetivos e os três últimos como suplentes para comporem o
 Conselho Fiscal para o biênio 1974/1975. A proposta foi que
 Voto foi unânime. Após isso foram eleitos os elementos
 do Conselho Fiscal; o senhor Presidente do Conselho Deliberativo
 sugeriu aos presentes o nome do senhor Manoel Adelino Gualp
 Pereira, para a presidência da Casa, para o biênio 1974
 1975, sugerido com que foi aprovado com oitenta e sete
 votos. O senhor Manoel Joaquim Andrade, sugeriu também o nome do
 senhor

boa, tendo sido afirmado que sem falta o resto da
do Conselho Deliberativo, chamou para a mesa do Conselho
o novo presidente da Casa de Portugal e pediu a quem que
apresenta - e a Assembleia para aprovar os seus compo-
nentes do Conselho. Entre o resto Manuel António da Costa
Ferreira, apresentou a nova Direção da Casa de Por-
tugal para o biénio 1974/1975, a qual ficou composta
da seguinte forma: Presidente: Manuel António da Costa
Ferreira, Vice-Presidente: António Martins Dias, Primeiro
Orlando Brel. Segundo Tesoureiro: António Bento Féliz, Primeiro
Secretário: Manuel Cardoso do Couto Santos. Segundo Secre-
tário: Afonso Ribeiro de Sousa. Quarta Secre-
tária: José Manuel Ribeiro. Quinta Secre-
tária: José Manuel Ribeiro. Sexta Secre-
tária: José Manuel Ribeiro. A depois foi aprovado por aclamação
para o resto o novo presidente do Conselho Deliberativo, de
emprego a nova Direção da Casa de Portugal para o
biénio 1974/1975. Após um momento a falar o novo
presidente da Casa de Portugal o qual sugeriu a Assembleia
que fosse criado o cargo de Diretor de Extensão e cultura
foi aos presentes o nome de senhor Lourenço Sprague, para assu-
mir o cargo, sugerido em que foi aprovado foi aclama-
ção. Após o fim do trabalho do Conselho Deliberativo o resto
presidente do Conselho Deliberativo, disse que nada mais havia
a tratar, agradeceu, a presença de todos e desejou a nova
Direção uma ótima gestão e ao mesmo tempo, pediu aos
presentes e aos ausentes, independentemente de cargos ou funções
que se juntassem ao resto presidente, para que todos juntos
e com a colaboração unânime, para que a Casa de Por-
tugal de Lisboa cresça cada vez mais. Nada mais
havendo a tratar, foi encerrada a sessão com aplausos
dos presentes e o resto Manuel António da Costa
Ferreira, deu
foi encerrado os trabalhos e mandou que em Manuel
Cardoso do Couto Santos, secretário do Conselho

lana e ata ata a qual vai assinado por mim e fto.
presente a esta Assembleia

Os dezesseis dias do mês de Dezembro de um mil novecentos e setenta e seis, conforme editais de convocação publicados nos dias oito, dez e onze pelo jornal Correio de Manhiça e assinados pelo senhor Manuel Joaquim Andrade, presidente do Conselho Deliberativo da entidade, reuniram-se em sala própria da fazenda Portugal de Manhiça, sita a rua Amazonas, 02, os senhores conselheiros eleitos, na reunião anterior, afim de efetivarem a eleição do Conselho Fiscal e da Diretoria para o biénio, um mil novecentos e setenta e sete e um mil novecentos e setenta e oito. Dando início aos trabalhos precisamente as nove horas o senhor Manuel Joaquim Andrade, chamou o Sr. Manuel Cardoso da Costa Santos, presente a assembleia para secretariar o trabalho e fazer as anotações devidas. Após isso o senhor Manuel Joaquim Andrade, fez a chamada pelo livro de presença dos senhores conselheiros aos quais todos o presentes responderam. Depois o senhor presidente do Conselho Deliberativo, perguntou a assembleia se havia alguma coisa para concorrer a eleição. Como nada houvesse o senhor presidente apontou a assembleia os seguintes senhores, José Fariña da Silva Cardoso, Manuel Joaquim Lins, Alfredo Martins Madeira, Ramantim Amptinis, Litano Concencio Fariña, Augusto Magalhães, para comporem o Conselho Fiscal, sendo que o primeiro seria presidente os outros dois efetivos e os três últimos como suplentes do referido Conselho Fiscal. A proposta foi aprovada por unanimidade e com a seguinte redacção: "O Conselho Fiscal, para o biénio de um mil novecentos e setenta e sete e um mil novecentos e setenta e oito, é composto pelos senhores José Fariña da Silva Cardoso, Manuel Joaquim Lins, Alfredo Martins Madeira, Ramantim Amptinis, Litano Concencio Fariña, Augusto Magalhães, sendo o primeiro presidente os outros dois efetivos e os três últimos como suplentes do referido Conselho Fiscal".

uma pessoa indicada para a presidência da Diretoria,
com o que o senhor Manuel Arlindo Gama Ferreira pediu
a palavra para apontar a assembleia o nome do Sr.
Miguel Joaquin Andrade para a referida presidência,
com o que os presentes lhe parabenizaram a sugestão
com aplausos. Sendo a palavra outra vez o senhor
Presidente do Conselho Deliberativo Sr. Miguel Joaquin
Andrade disse que aceitaria desde que tivesse
carta branca. Toda a assembleia concordou dando
as mesmas a incumbência de apontar os outros -
nomes que comporiam a diretoria a ser eleita.
O senhor Miguel Joaquin Andrade, disse que preci-
saria de dez minutos para consultar o resto dos
outros diretores. Então foi-lhe concedido o tempo pa-
ra que o referido senhor apontasse a assembleia os
seus componentes da Diretoria. Passado o tempo regulamentar
após a consulta o senhor Miguel Joaquin Andrade apor-
tou a sua chapa a qual foi aprovada com uma colo-
ryza rosa de palmas e a qual ficou assim contida:
Presidente Sr. Miguel Joaquin Andrade, Vice Presidente Sr. João
Ferreira Pereira Chieiro, 1.º secretário Manuel Cardoso da
Costa Santos, 2.º secretário Antonio Martins Dias, 1.º Tesou-
reiro José Cardoso, 2.º Tesoureiro Orlando Zill, Bibliotecá-
rio Rufina Chieiro, Diretor Social, Antonio Ferreira Pereira
Chieiro, Diretor sem parte Sr. José Carlos Vieira, Diretor
de Obras Antonio Teixeira Rodrigues. Posto isso
ficou acordado que a referida diretoria iria
tomar posse a partir do dia 1.º de Janeiro de um
mil novecentos e setenta e sete. Usando de novo
a palavra o senhor Miguel Joaquin Andrade,
discorreu sobre os atos da outra diretoria,
perdida pelo Sr. Manuel Arlindo Gama Ferreira,
pedindo ao mesmo tempo aos seus companheiros

de diretoria que todos se imanassem para que
 com a cooperação mútua pudessemos trabalhar
 e engrandecer cada vez mais o nome desta en-
 tidade. Pedindo a palavra o senhor Manuel Artur de
 Graça Ferreira agradeceu a todos que colabora-
 ram com a nossa gestão e colocou-se do inteiro-
 dizes da nossa Diretoria para o que fosse preciso.
 Não mais havendo a tratar o senhor Manuel Joaquim
 Andrade agradeceu a presença de todos e
 deu por encerrados os trabalhos e me mandou
 a mim Manuel Cardoso da Costa Santos, secretário
 desta assembleia que leu a ata da qual
 foi assinada por mim e pelos presentes da
 reunião. *Amitté*.

Logo se o mês de Junho do ano recu, estiverem para
marcada uma reunião. Finalmente o senhor Presidente encaminhou
a reunião, agradecendo a presença de todos e mandou em
Honorei Carlos do Espírito Santo, secretário, para se lembrar de
ato, que tudo se achou de acordo, foi lido e aprovada
fez presentes a reunião

Assinadas
Manuel Joaquim Andrade
José Antônio do Brasil
João Gomes de Sá
Benedict
Francisco C. Mattos
Manoel Francisco
Miguel

As reuniões do mês de Outubro de 1961 ocorreram e
presença e oito, se reuniram no sede próprio da Casa de Pátria
Gol, sito a Rua Amigos numero 11, as mesmas direções
desta entidade, sob o presidência do seu Presidente se Antão
Ferreira de Queiroz Filho, juntamente com o sr Manoel Carlos
do Espírito Santo, Antônio Alves Barroso, Manoel Antônio Gomes
Ferreira, Joaquim Daniel dos Santos, José Gomes Neto, José Carlos
Luis Neto e Manoel Joaquim Andrade, após se realizado uma
reunião em convocação verbal do senhor Presidente. No ato as
trabalhos o sr Presidente, convidou o sr secretário para ler a
Correspondência enviada e recebida, sendo lidos todos presentes
Círculo do assunto e sendo feita as respectivas anotações, em
seguida o sr Presidente, submeteu as presentes a discussão
de mais 32 (trinta e dois) novos sócios, sendo todos aprovados
desta maneira. Foi exibido aos presentes o livro de lista

